

Plural

Revista da Associação dos Professores da UFSC - SSIND - Nº6 - Ano 4 - ago/dez 1995

R\$ 5,00 ISSN 0103-9717



*Apufsc-SSind
faz vinte
anos de luta*

Apresentação

Há 20 anos, no dia 24 de junho de 1975, 95 professores da UFSC reuniram-se no auditório da Reitoria - naquela época pomposamente denominada salão nobre - com o objetivo de fundar uma associação que visasse "congregar os professores de todos os níveis da UFSC". Nestes 20 anos de existência, a APUFSC passou por várias fases. No seu início, predominavam as ações de cunho cultural, científico e assistencial. Na gestão do Prof. Osvaldo Maciel, ela passou a ter um caráter diferente, mais identificado com as questões sindicais através de movimentos reivindicatórios, e uma intervenção maior no campo político, que teve grande expressividade nas lutas contra a ditadura e pelo impeachment de Collor.

Esta edição da revista Plural procura resgatar um pouco da história desta Associação de Docentes, atualmente uma seção sindical da ANDES-Sindicato Nacional.

Como parte das comemorações referentes aos 20 anos da APUFSC, em maio e junho de 1995 ocorreu uma série de mesas redondas com ex-presidentes. Não temos a pretensão de que es-

tes depoimentos encerrem o processo de resgate da história da APUFSC, entretanto, é com certeza um grande passo nesta direção.

Nessas mesas redondas, foram relatadas de viva voz as experiências de quase todas as gestões que passaram pela APUFSC nos últimos 20 anos. Alguns trechos destes relatos são altamente significativos. É interessante, por exemplo, lembrar o poder quase ditatorial que tinham os primeiros Reitores que, por exemplo, nomeavam todos os diretores de centros e chefes de departamentos. Posteriormente, pode-se perceber toda a luta desenvolvida para a democratização do País e da Universidade. Cabe salientar, neste ponto, a participação da APUFSC na já famosa "novembrada de 1979", ocorrida durante a visita do então presidente João Figueiredo à Florianópolis. Com relação à atuação sindical, não faltam exemplos dos ganhos decorrentes das lutas salariais e o que isto significou para manter a universidade pública. A resistência contra a destruição da universidade pública transparece na narração das lutas contra diversas ameaças de mudança de

regime jurídico e/ou privatização. Outro ponto marcante desta história é a transformação da Associação em seção sindical, em 1989. Estes são apenas alguns aspectos. A leitura desta revista certamente, para alguns, servirá para lembrar a história, para outros, para conhecê-la.

Lançada na gestão 90-92, com o objetivo de estimular o debate e a troca de experiências, a revista Plural faz parte desta história. Em que pese as dificuldades em se manter uma publicação deste nível e com a qualidade que merece, temos conseguido atingir nosso objetivo.

Esta edição nº 06 está sendo publicada graças aos esforços de todos, diretores, funcionários, trabalhadores do setor gráfico, e especialmente dos participantes das mesas redondas e dos membros do Conselho Editorial.

Todos nós leitores, ex-diretores, desejamos que o contato com as experiências destes 20 anos de existência sirva para avaliar o passado, e preparar as ações para o presente e o futuro.

Prof. Osni Jacó da Silva
Presidente da APUFSC SSind.

Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina SSind/ANDES - SN

Gestão 94/96

EXPEDIENTE

Presidente:

Osni Jacó da Silva

Vice-Presidente:

Mário Luiz Vicenzi

Secretário Geral:

Waldir José Rampinelli

2º Secretário:

Anamaria Beck

Tesoureiro Geral:

Antônio Carlos Machado da Rosa

2º Tesoureiro

Vera Maria Ribeiro Nogueira

Diretor de Divulgação e Imprensa:

Fernando Ponte de Souza

Vice-Diretor de Divulgação e Imprensa:

José Gonçalves Medeiros

Diretor de Promoções Culturais e Científicas:

José Gatti

Vice- Diretor de Promoções**Culturais e Científicas:**

Eliane Braga Machado

Diretor de Relações Institucionais:

Milton Divino Muniz

Diretor de Assuntos dos Aposentados:

Maria Esmênia R. Gonçalves

Comissão Editorial:

José Gonçalves Medeiros, Ari Minella, Carmen Aidê Hermes, Danilo Wilhelm Filho, Elenor Kunz, Elizabeth Junchem Machado Leal, James Petras, Luiz Carlos P. Machado, Luiz Fernando Scheibe, Raimundo Campos Caruso, Raul Guenther, Ubaldo Cesar Balthazar

Jornalistas Responsáveis:

Rosângela Bion de Assis 1.019 DRT/SC
Luciano João de Faria 1.003 DRT/SC

Edição

José Gonçalves Medeiros

Revisão

Comissão Editorial

Capa:

Frank Maia Bretas
Editoração Eletrônica, Fotolito e Impressão
Ind. e Editora Gráfica Agnus Ltda

Correspondência:

Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Universitário - Florianópolis - SC
CEP 88040-900
Fone: (048) 231-9425 - Fax (048) 234-2

O material publicado é de responsabilidade de seus autores

03

Seminário Revendo a História

Realizados entre maio e junho de 95, com a participação de militantes, diretores e ex-dirigentes, como parte do calendário comemorativo dos 20 anos da APUFSC, três debates resgatam a história da entidade e fazem uma análise do movimento docente na UFSC, do período militar aos dias atuais.

80

Um olhar retrospectivo

Tanira Piacentini e Carmen Hermes relembram, através da fotografia, o trabalho das diversas gestões da APUFSC, e lançam um olhar retrospectivo sobre os principais momentos vividos pela Associação nesses 20 anos

92

Literatura

Procurando divulgar e prestigiar a boa literatura, Raimundo Caruso publica, nesta edição comemorativa da Plural, a poesia de Alcides Buss e Pablo Neruda, e trabalhos de Silveira de Souza e Virgílio Várzea, dois dos principais contistas de Santa Catarina

100

Avaliação Institucional da Universidade

Tomando como ponto de partida a intervenção da APUFSC durante o Seminário Regional de Avaliação Institucional, realizado nos dias 11 e 12 de agosto de 95, Fernando Ponte de Sousa faz uma crítica ao atual modelo de Avaliação da Universidade, a partir de um questionamento do projeto neoliberal para a educação

106

Mais crise, mais lucro: a condição não moderna do Brasil

Laércio Barbosa Pereira, Fernando Ponte de Sousa e Denilson Luis Werle fazem um resgate histórico da economia brasileira, criticam as receitas neoliberais e defendem o desenvolvimento do mercado interno, a distribuição de renda e a modernização das relações de trabalho como saída possível para a crise do país

112

Resenha Guardem as estátuas de Lênin Elas voltarão a seus antigos lugares

*Waldir Rampinelli faz uma resenha do livro de James F. Petras, *Ensaio contra a ordem*, lançado em abril de 95, em São Paulo, que resgata a importância da luta pelo socialismo a partir de uma análise das mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no mundo nos últimos anos*

P

I

U

R

A

I

Reverendo a História

... e um ano de 95, com a participação de militantes, dirigentes e ex-...
... o calendário comemorativo dos 20 anos da APUSC, três debates
... e fazem uma análise do movimento docente na USP, do

Um olhar retrospectivo

... e Carmen Hernandes relembram, através de fotografias, o trabalho das
... e lançam um olhar retrospectivo sobre os principais mo-
... 20 anos

Literatura

... e prestigiar a boa literatura, Raimundo Carlos publica, nesta edição,
... e Pablo Mendes, e trabalhos de Silveira de
... de Santa Catarina

Avaliação Institucional da Universidade

... a intervenção da APUSC durante o Seminário Regio-
... realizado nos dias 11 e 12 de agosto de 95, Fernando Pontes
... de Avaliação da Universidade, a partir de um
... para a educação

Mais crise, mais lucro: a condição não moderna do Brasil

... e Brasilian Luis Wehr fazem um
... e defendem o de-
... e a modernização das relações
... para a crise do país

Guardem as estátuas de Lênin Elas voltarão a seus antigos lugares

... e Lênin, Enríque conta a ordem
... e a importância da luta pelo socialismo e
... e condições ocorridas no mundo nos

Revendo a história

Para marcar a passagem do seu 20º aniversário, a APUFSC-SSIND promoveu nos dias 12 e 26 de maio e 9 de junho de 1995 uma série de debates, com o objetivo de resgatar a história da Associação e do próprio movimento docente na Universidade Federal de Santa Catarina. Dividido em três partes, o Seminário contou com a participação de diversos ex-dirigentes da entidade. Como forma de estimular a discussão sobre o tema, e dando continuidade ao calendário comemorativo desses 20 anos, a revista *Plural* traz agora a integra dos debates realizados.



A APUFSC na ditadura militar

Nesse primeiro bloco de debates, os professores Hamilton Schaefer e Jorge Lorenzetti - que participou do Seminário representando o professor Osvaldo Maciel - discutem a atuação da APUFSC durante o regime militar. Sob a coordenação do professor Sílvio Coelho dos Santos, o debate contou também com a participação dos professores Gerônimo Wanderley Machado, Luiz Fernando Scheibe e Bernardete Aued.

Hamilton Schaefer



Eu gostaria muito de agradecer a atenção da APUFSC em nos convidar para tecer algumas considerações rápidas sobre a fundação da Associação de Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, porque nós achamos que ela realmente representou um marco na vida dos professores da nossa instituição e gerou também reflexos em outras instituições. Eu entrei na UFSC pela Escola de Engenharia Industrial e fui professor fundador da primeira turma. Fui o primeiro chefe de departamento da Universidade, no Departamento de Ciências Básicas, que foi constituído na Escola de Engenharia Industrial, ainda na reitoria velha, onde hoje é o batalhão. E foi num processo eletivo

que, com muita honra, assumi esse departamento. Depois fui substituído pelo professor Nilson Paulo. A Universidade - para a gente situar o momento, rapidamente - surgiu em 1962, por um agrupamento de faculdades. Havia a Faculdade de Direito, de Filosofia, de Odontologia, de Medicina, de Economia. E, nesse instante, criou-se também a Faculdade de Engenharia.

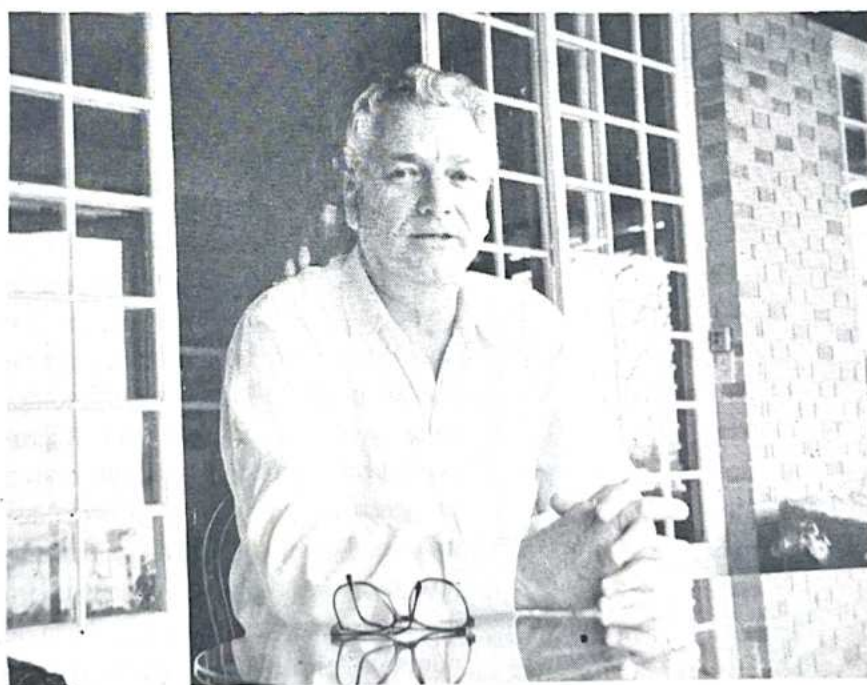
Essa união fez com que o poder dentro da Universidade estivesse na mão de treze pessoas, mas basicamente na mão do reitor. Havia o reitor, que era o presidente do Conselho Universitário, três pró-reitores, e os diretores de centro. Portanto, eram treze pessoas que comandavam a Universidade. Em 1970, quando houve a reforma da universidade, surgiu um novo Estatuto, e esse Estatuto previa uma estrutura mais democrática para a Instituição. Apesar da ditadura, a estrutura era mais democrática. A chefia de departamento deveria ser eleita, os diretores de centro também deveriam ser eleitos, de acordo com o Estatuto. Mas o reitor tinha um poder praticamente absoluto. O artigo 234 do Estatuto dizia o seguinte: "O reitor poderá tomar todas as medidas necessárias à implantação da reforma universitária." Então, ele baixava uma norma e aquela norma passava a vigorar imediatamente, até que o Estatuto e o Regimento fossem aprovados. Mas eles nunca eram aprovados. Então, o reitor passava a ter esse poder muito grande. E o engraçado é que, embora o Estatuto fosse claro (o artigo 82 dizia que deveria haver eleição para as chefias de departamentos, tinha que ser um professor titular, eleito pelos seus pa-

res), o reitor, quando fez suas nomeações na implantação da reforma na universidade, em 1º de janeiro de 1970, nomeou por portaria todos os chefes de departamentos e diretores de centro. E aquilo foi uma prática nunca contestada. Em 1972, numa eleição para reitor, o professor Paulo Lago entrou com recurso junto ao Ministério da Educação para anular a eleição porque não tinham sido eleitos os representantes de professores dos diversos centros, o que elevaria para 25 o número de votantes no Conselho Universitário.

Demorou bastante tempo, mas o recurso foi deferido, e eleições foram feitas aqui na Universidade, para representantes de professores nos colegiados dos centros e, logo em seguida, na primeira reunião, para representantes dos Centros no Conselho Universitário. Eu, nessa ocasião, participei com o professor Paulo Lago. Ele foi representante dos professores titulares no conselho do Centro e eu fui seu suplente. E, na primeira reunião, fui eleito membro do Conselho Universitário. Houve, então, a convocação da reunião, eu entrei na lista e fui escolhido o vice-reitor.

Então, as minhas passagens dentro da administração da Universidade sempre foram através de eleições e achava que tinha realmente compromisso com elas. Mas o reitor era quem comandava o processo. Até que um dia eu tive a oportunidade. Essa oportunidade surgiu quando o professor Víctor Warken, do Departamento de Administração, pediu demissão. Eu estava no exercício da reitoria e o processo veio às minhas mãos. Deixei um despacho, dizendo que a vaga de chefe daquele departamento seria preenchida de acordo com o artigo 82 do Estatuto. Aí alegaram que não havia normas. Eu, então, mandei um expediente à Comissão de Planejamento da Universidade, solicitando que ela estabelecesse as normas para que aquele processo fosse organizado. A comissão não o fez, evidentemente. Então, um mês após, novamente assumi o exercício da reitoria, e pedi a comissão que apresentasse as normas. Eles mandaram a seguinte informação por escrito: Que o Regimento da universidade já contin-

ha todas as normas – havia o Estatuto e o Regimento – para a eleição. Então, era só aguardar que ele fosse aprovado, porque aí se poderia fazer a eleição. Eu, nesse momento, então, fiz o seguinte: Baixei uma portaria, a Portaria 232, de 1972, se não me engano, dizendo o seguinte: “O reitor em exercício da Universidade, considerando o artigo 82 do Estatuto, considerando a manifestação da Comissão de Planejamento desta Universidade, de que as normas constantes no Regimento da Universidade, que está no Ministério da Educação, são necessárias e suficientes para normalizar os processos eletivos dentro da Universidade, resolve...” Então, eu copiei e coloquei em vigor aquelas normas. E foi convocada a eleição. O diretor do Centro Sócio-Econômico não convocou. Então, eu chamei o professor mais antigo, fiz nova convocação, e ele fez a convocação. Acontece que passou do prazo.



Essa convocação tinha que sair numa segunda-feira. E aí o reitor veio, desmanchou e anulou tudo, embora fossem atos juridicamente perfeitos os que eu tinha feito. E vocês sabem que a administração criou o pressuposto de que ela não erra e que ela sempre tem a boa intenção, embora nem sempre o administrador tenha, não é?

Então, um ato administrativo é aca-

Hamilton Schaefer

Professor do Departamento de Física da UFSC, foi fundador e primeiro presidente da APUFSC, entre 1975 e 1976.

tado, até que seja aprovado o contrário. E eu, naquela época, até peguei uma situação jurídica meio difícil. Porque eu tinha feito um ato, esse ato tinha validade jurídica, mas eu não podia contestar, porque eu já não estava no cargo de reitor, eu era vice-reitor. Bem, dali duas coisas deu para perceber: Primeiro, é que havia a necessidade de convocação de professores, e o professor tinha que se reunir para debater o seu problema. Ele não encontrava uma forma, a não ser através do reitor ou dos chefes de departamento, que não eram eleitos e, via de regra, obedeciam a orientação da reitoria em praticamente 100%.

Então, precisávamos de um instrumento que viesse a coordenar o professor, para que o professor pudesse, ele próprio, estabelecer as suas metas, seus objetivos, ou seja, ter a sua organização política. Nós tínhamos os vestibulares. Os vestibulares eram as reuniões em que a gente encontrava mais professores, principalmente quem ia lá para o RU. Então, no RU havia a oportunidade dos professores ficarem juntos. Ficávamos conversando, e a gente saía dali para um almoço na Lagoa. Num desses primeiros almoços, lá na Lagoa, todo mundo começou a conversar sobre a necessidade de uma entidade para congregar os professores, para ser um órgão político em defesa do professor. Passou um ano, também não aconteceu. Outro vestibular, as idéias vieram à tona. E começamos, então, a conversar com um grupo de professores. E, juntamente com o professor Carlos Humberto Corrêa, assinamos a convocação, que foi encaminhada aos 800 professores que existiam naquela época. Para se ter uma idéia de números, a nossa universidade, naquela época, tinha 800 professores, 1.200 servidores e 8.500 alunos. Era essa a universidade da nossa época. Bom, os professores aceitaram a convocação.

Na primeira assembléia, nós contamos com 95 professores presentes. E, dessa primeira reunião, resultou a formação de uma comissão para elaborar o estatuto. Eu saí como presidente, e os demais membros foram: o professor Carlos Humberto Corrêa, o professor Nereu do Valle Pereira, a professora Caro-

lina Galotti Köerig e o Telmo Vieira Ribeiro, hoje já falecido. Viemos então para nova reunião. Nessa assembléia já foram aprovados os estatutos. Dos 800 professores, o total de pessoas que assinaram a fundação foi de 165. Isso foi bem na época em que começaram a surgir os regimes especiais para o magistério superior. Quem estava com regime de 12 horas passava para 24, quem estava com 24 passava para 40 horas. Lembro a reitoria, pressionando – queria retirar as 40 horas de quem tinha recebido recentemente – armou uma pressão grande, mas mesmo assim os professores aceitaram aquele convite, que já representava uma aspiração coletiva, porque ninguém ia convencer ninguém. Era uma aspiração coletiva, que resultou na criação da Associação dos Professores.

O estatuto foi feito da maneira mais simples possível. Eu tive uma contribuição muito grande do professor Telmo Ribeiro. Lembro que um dos presidentes falou: “Não, mas a Associação tem que ter um orçamento. Como é que nós vamos regular o orçamento?” E ele disse assim: “Olha, é muito simples! Uma associação não pode gastar mais do que tem, mas tem que gastar tudo que tem. Quer dizer, eu achei sábia aquela colocação. Associação não é para ter fundos, não é para investir. Ela tem que investir nas suas finalidades. Então, se no fim de cada gestão, for zero a zero, financeiramente ela está muito bem administrada.

Então, pensando em poucos cargos para ser uma coisa enxuta, para não complicar muito, abrimos a possibilidade de que em cada gestão pudessem ser criadas três diretorias. Por exemplo, uma gestão tem um programa e esse programa vai intensificar uma nova política junto ao governo do Estado, junto a uma área de ciência e tecnologia. Então, a diretoria da Associação poderia criar aquela diretoria, que seria talvez transitória, porque daqui a três anos talvez não interessasse mais. Então, havia essa flexibilidade. Acho que foi um estatuto bom. Começamos a trabalhar.

A primeira coisa que nós resolvemos fazer foi a sede da APUFSC. Nós sabíamos que uma entidade de classe não

“O reitor baixava uma norma e ela passava a vigorar imediatamente, até que o Estatuto e o Regimento fossem aprovados. Mas eles nunca eram aprovados. Então, o reitor passava a ter um poder muito grande”

(Hamilton Schaefer)

vingaria se ela ficasse na sala de jantar de algum professor. Então, a primeira providência foi instalar aquela sede que está ali. Era uma coisa horrorosa. Uma sala onde chovia por todos os lados, as paredes eram negras, tudo quebrado. Ninguém acreditava. Eu convidei a Marilena Philipe, decoradora, esposa do engenheiro Manoel Philipe. Eu disse: "Marilena, nós precisamos de uma decoração para resolver isso aqui." Todo mundo pagava. Então, nós tínhamos um dinheirinho, e eu precisava da mão-de-obra. Fui lá na prefeitura, chamei o encarregado e disse para ele: "Olha, nós temos um projeto para ser executado em 20 dias. Eu quero saber o seguinte: Quanto é que vocês ganhariam se fossem fazer particularmente isto aqui." Ele disse o tanto. Acertamos o preço. Eu disse: "Olha, a viga está pronta, eu pago a viga; a porta colocada, eu pago a porta; pintou a parede, está na mão." Então foi um recorde absoluto nessa universidade. Inclusive, foi a Marilena quem deu a idéia, e nós tiramos as portas, que eram horríveis e colocamos vidros.

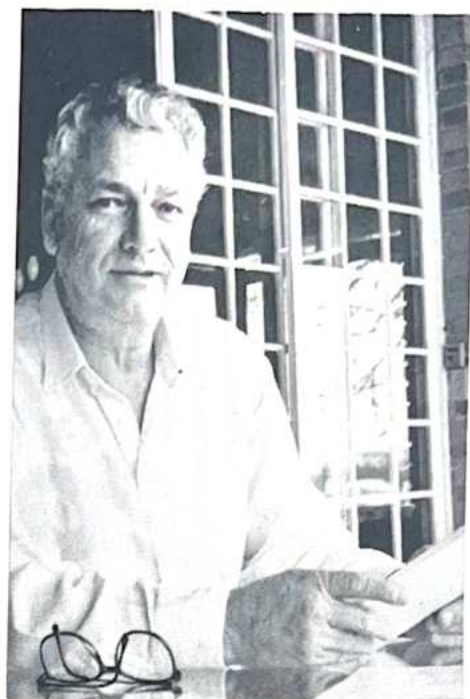
E aí, na frente, tinha um jardim. Mas aquele jardim era tapado por uns muros de elementos vazados, e o projeto era do Luiz Felipe Gama D'Eça. Fomos lá conversar com o Luiz Felipe e ele nos autorizou. Abrimos, plantamos muitas folhagens. Tinha gente que trazia de casa aquelas folhas, folhagens, e flores como aquela flor do Espírito Santo, para dar bastante força. Foi assim que nós fizemos a sede. Colocamos o primeiro serviço de xerox para os professores, conseguimos um telefone, fizemos uma parte administrativa fora, separada, para que a sala tivesse uma boa recepção dos professores, colocamos até móveis de couro. Era finíssimo o negócio, com mesa de vidro, etc. Demos uma caprichada lá. Tinha até quadro do Hassis, tinha uma porta da sala para o corredor do banheiro que foi decorada pela própria Marilena, uma porta de couro bonita.

E, além de manter essa base, nós procuramos também a parte de assistência médica. Quem organizou foi a Maria Helena Balster. Naquela época era a MEDSAN, e agora é a UNIMED. A As-

sociação procurou também representar o professor junto à Reitoria. Muitas vezes, nós fomos lá para defender professores e professoras que estavam sendo prejudicados ou perseguidos no seu trabalho. Resolvemos muitos problemas desses e estabelecemos um posicionamento na nossa Associação. Uma das coisas interessantes: o Departamento de Pessoal, naquela época, ofereceu para nós um desconto em folha da mensalidade, mas nós não fizemos. "Não, nós preferimos que o professor pague no banco. Porque isso vai nos dar mais liberdade." E, realmente, houve um reitor que uma vez chamou o chefe do Departamento de Pessoal e disse: "Então nós trancamos o dinheiro da Associação!" Aí o chefe do DP falou para ele: "Não dá para trancar, porque é o banco que desconta."

"Então, eu acho que essa independência política foi uma preocupação constante desde aquela época. Criamos uma Associação numa época realmente difícil, em que os professores eram pressionados, mas realmente tivemos condições de dar esse grande início. E eu acho que hoje a Associação cresceu, e eu me orgulho disso. Já tive oportunidade de falar, aqui na Universidade, de que me orgulho de ter sido um dos fundadores, de ter coordenado a fundação de uma entidade que realmente cresceu e que hoje está dando as respostas que a comunidade de professores e a própria comunidade está necessitando. Porque talvez só os professores têm a condição de alertar e defender a comunidade dos ataques que a educação e o ensino estão sofrendo hoje no Brasil. Eu queria cumprimentar a Bernardete pela ótima gestão, o professor Jacó, resgatando a história da APUFSC. Eu acho que o professor Lorenzetti também fez uma grande gestão na Universidade. Acho que houve um crescimento muito grande.

Esse crescimento, naturalmente, a gente está sentindo com muito orgulho, com muita satisfação. Eu quero parabenizar a todos vocês e desejar que, daqui para frente, a Associação seja cada vez mais forte e mais representativa dos professores.



"Associação não é para ter fundos, não é para investir. Ela tem que investir nas suas finalidades. Então, se no fim de cada gestão for zero a zero, financeiramente ela está muito bem administrada"

(Hamilton Schaefer)



Antes de tudo, eu queria dizer que é impossível representar aqui o professor Maciel. Acho que ele é insubstituível nesse papel histórico que ele tem tido até hoje, e que ele gostaria de estar aqui falando da história. Quem o conhece mais de perto sabe que ele guarda todos os artigos, desde o início do movimento, guarda todo o material, tem as suas pastas muito bem arrumadas. Ele é uma pessoa muito preocupada com a história, com a memória. Portanto, vocês podem imaginar o quanto é difícil para ele não poder estar aqui hoje. O companheiro Maciel telefonou-me, hoje de manhã, pedindo para representá-lo neste depoimento. De modo que eu também estou aqui em uma situação bastante difícil. Gostaria que o professor Maciel estivesse aqui, pois a sua contribuição na construção do movimento dos professores foi fundamental e, juntos, poderíamos falar melhor sobre o trabalho que realizamos. Mas ele comprometeu-se de escrever o capítulo da publicação que está prevista.

Eu quero, antes de tudo, apresentar-me um pouco. Na época em que eu fui estudante, de 1970 a 1974, criamos um partido aqui na Universidade, o Partido Universitário de Ação. O PUA também fez uma história no movimento estudantil e representou, naquele período, uma retomada da luta do movimento estudantil contra a ditadura e de atuação em defesa da educação pública. Fui presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências da Saúde. Já era o Centro de Ciências da Saúde, mas funcionava na Faculdade de Medicina, lá no centro da cidade. Já como professor, de 78 a 80, nós organizamos a chapa "independência e luta" que disputou as eleições aqui na Associação dos Professores, com o professor Maciel na presidência e eu na vice-presidência, junto com outros companheiros que formaram uma trajetória de luta e de militância no movimento dos professores, o chamado movimento docente. Depois eu saí, a partir de 85, fiz uma militância

em outros setores, particularmente na CUT. Desde 1986 até o ano passado eu fui da executiva nacional da CUT. Fui secretário nacional de formação. Portanto, eu fiquei quase 8 anos fora da Universidade. Estou regressando agora, neste segundo semestre. No ano passado e neste ano, eu estou coordenando também uma escola que a CUT tem aqui em Florianópolis, para a Região Sul do País, a Escola Sindical Sul da CUT.

Eu vou destacar alguns pontos dessa gestão de 78 a 80 que considero relevantes. É o primeiro período da gestão presidida pelo professor Maciel, que durou durante o seu segundo mandato (80-82) saiu para presidir a ANDES. Portanto, o professor Maciel ficou mais efetivamente aqui nessa primeira gestão. Depois assumiu a presidência da ANDES e ficou com as tarefas mais nacionais. Eu penso que todos nós ainda temos bem presente a conjuntura daquela época, que era uma época de vigência da ditadura militar, que coincidiu com uma iniciativa muito importante de retomada das lutas populares mais gerais no País, particularmente uma retomada da luta dos trabalhadores e do movimento sindical brasileiro, no final dos anos 70. Inicialmente com um foco muito grande no ABC paulista, com os metalúrgicos, mas depois com todo um processo, uma dinâmica que desembocou no chamado "novo sindicalismo", do qual o movimento docente faz parte. O movimento docente é elemento constitutivo nesse novo sindicalismo no Brasil.

As lutas tinham esse sentido de lutas salariais, lutas trabalhistas. Todo mundo lembra da importância que teve o expurgo da inflação que o Delfim Neto fez a partir de 1974. A busca dessas perdas e o crescimento da inflação foi um mote para a retomada das lutas e, posteriormente, das greves, que vieram já nesse período combinadas com uma força política muito grande, que era o combate à ditadura militar e a luta pelas liberdades democráticas. O movimento que se inicia e que avança nesse período

do tem a ver com essa conjuntura nacional, é parte dessa História.

Acho muito importante essa iniciativa da diretoria da APUFSC, de reconstruir a memória histórica do movimento dos professores nessa trajetória de luta pela democracia no país e de avanço das conquistas e dos direitos sociais.

No período de construção do movimento dos professores, foi muito importante essa combinação das reivindicações salariais, trabalhistas, com a luta pela democracia, com a oposição à ditadura militar. Esses dois grandes eixos caracterizaram a retomada das lutas em geral, e também o movimento docente, no nosso caso aqui a partir de 1979. Porque acho que o professor Hamilton também vai concordar plenamente que a Associação, no seu primeiro período, tinha um caráter cultural e científico, a ênfase era nos aspectos culturais e científicos. A partir da nossa gestão, no período 78 a 80, com o professor Osvaldo Maciel na presidência, a Associação começa a ter uma outra identidade, começa a ter outro perfil. Passa a desempenhar um novo papel, assumindo efetivamente um caráter sindical. Um papel mais político e abrangente, combinando esses dois eixos: uma atuação reivindicativa com uma atuação política de oposição, de luta política contra a ditadura, e também traduzindo isso no interior da Universidade como uma luta concreta pela democratização da Instituição.

Eu acho que o depoimento do professor Hamilton foi muito importante, no sentido de caracterizar o que era também uma mini-ditadura que a gente tinha, de fato, aqui dentro da Universidade Federal de Santa Catarina. Nós sabíamos que o Prof. Stemmer, com todo respeito, atuava aqui dentro como um ditador. E a luta daquela gestão, a luta daquela direção, como representação dos professores, foi pela democratização em todos os níveis e em defesa dos interesses dos professores.

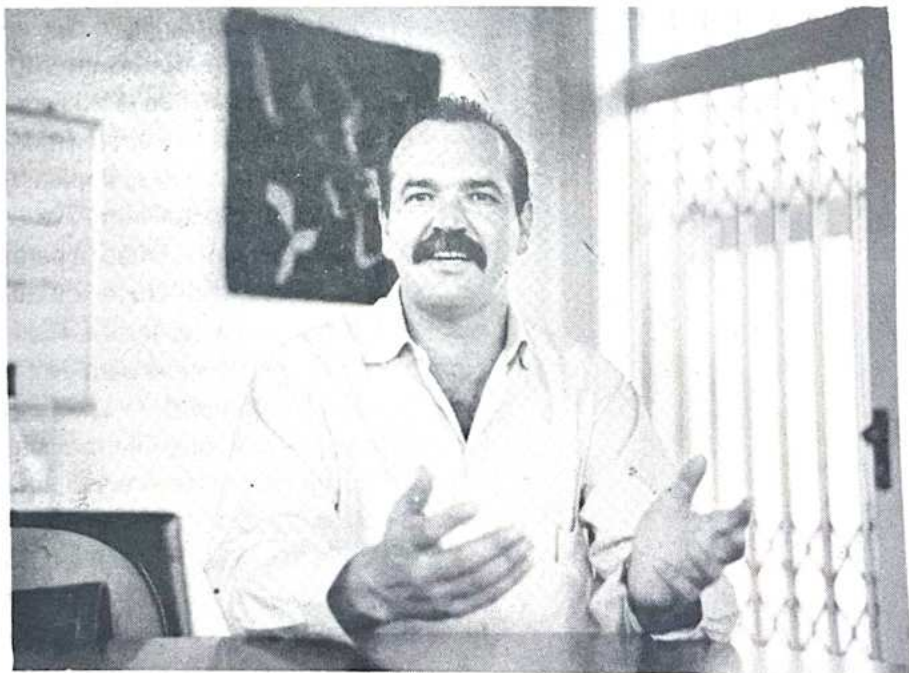
Outro fator, que nos identifica com o movimento sindical que ressurgiu nesse período, é essa característica da ampla participação, da capacidade de representação, da capacidade de mobili-

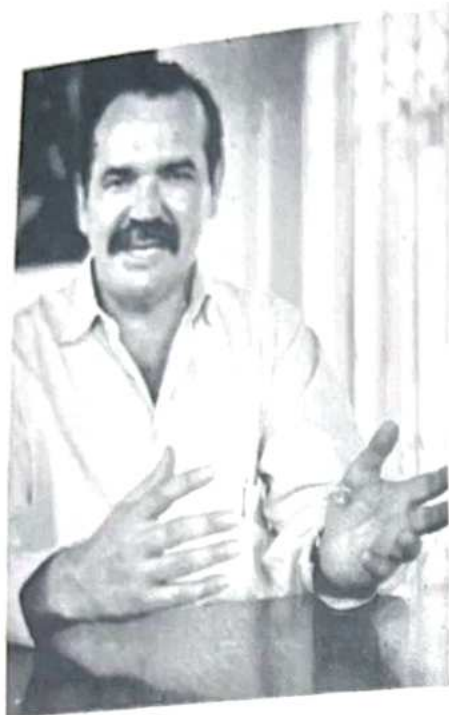
zação de grandes parcelas de trabalhadores na luta que combina defesa de questões salariais e trabalhistas com a luta política mais geral. Considero que se marca um momento histórico importante da vida da Associação. Ela começa a atuar, efetivamente, como um sindicato, em identidade com esse novo sindicalismo brasileiro, e no contexto dos servidores públicos que, como todos nós sabemos, até a Constituição de 88 foram impedidos de se organizar em sindicatos. Os trabalhadores, por dentro dos sindicatos pelegos, organizaram oposições sindicais, disputaram e ganharam eleições, transformando essas entidades. Transformaram a postura, o papel e a dinâmica desses sindicatos, tornando-os combativos, classistas, de luta.

Da mesma forma, no caso dos servidores públicos as direções foram assumindo um papel efetivamente sindical com esses princípios, com essas características, dentro das antigas associações de servidores públicos. E aí está todo o embrião, toda a base do sindicalismo dos servidores públicos. Porque sindicatos, mesmo de servidores públicos, só puderam ser criados oficialmente, legalmente, a partir de 1988. Então, legitimamente, essa conquista - inclusive a de 1988 - foi obtida com essa base. Nos diversos setores, como saúde, educação e previdência, as associações de caráter

Jorge Lorenzetti

Professor do Departamento de Enfermagem da UFSC, foi vice-presidente da APUFSC entre 1978 e 1980.





“A Associação tinha um caráter cultural e científico. No período de 78 a 80, ela passa a desempenhar um novo papel, assumindo efetivamente um caráter sindical, combinando uma atuação reivindicativa com uma atuação política de oposição, de luta política contra a ditadura, e também traduzindo isso no interior da Universidade como uma luta concreta pela democratização da Instituição”

(Jorge Lorenzetti)

cultural e assistencialista foram sendo transformadas em associações de perfil sindical. Então, foram sendo criados sindicatos de fato. Com isso, criou-se uma base de legitimidade que permitiu, em 88, que se assegurasse constitucionalmente que os servidores públicos teriam direito à sindicalização.

Então, isso é uma referência importante, pois marca a introdução, aqui na Universidade, nesse mesmo período, desse papel que a Associação desempenha, eu acho que com uma forte presença a nível nacional, pois a APUFSC se caracteriza, nessa época, por uma postura de liderança no processo do movimento docente a nível nacional. A APUFSC, representada pelo professor Maciel, teve uma presença importante no movimento pela anistia, em nível nacional. Na nossa gestão, nós tivemos um caso semelhante ao do movimento pela anistia. Nós tivemos aqui, o chamado “caso Gerônimo”, que está aqui de corpo presente e que foi discriminado por essa ditadura aqui e da qual já falamos. Tivemos outras situações de professores demitidos por questões políticas, como o professor João Sócas, da Engenharia. Eu mesmo fui ameaçado de demissão, em função da campanha pela conclusão do HU.

Nesse processo, além desse marco da Associação como sindicato de fato, há outros elementos relevantes e significativos. Na luta pela democratização da Universidade, o fato mais significativo, desse período, foi a implantação da eleição para chefias de departamento. Como o professor Hamilton já explicou, a gente tinha um estatuto e um regimento que se discutia mas não se implantava e, na verdade, o reitor nomeava os chefes de departamento. Então, a partir desse processo, é que os chefes de departamento passam a ser legal e legitimamente eleitos. Isso serve para destacar um elemento interno da Universidade, nesse período, que foi uma conquista do movimento docente. Foi uma conquista da luta democrática dos professores que devemos resgatar como patrimônio nosso.

O outro momento importante foi a atuação que tivemos na chamada No-

vembrada, o ato contra o general Figueiredo aqui em Florianópolis, em novembro de 1979. Alguns aqui estavam presentes. Nos dias subsequentes, Florianópolis se transformou no centro de resistência à ditadura, no centro de oposição a ditadura. Florianópolis entra para o cenário político nacional com uma força enorme, uma importância enorme. A partir desses acontecimentos, foi redefinido o perfil do governo do general Figueiredo. Porque havia toda uma estratégia voltada para mostrar o governo Figueiredo como um governo populista, como um governo que seria um desdobramento do governo Geisel e iria capitanejar, capitalizar, o processo de abertura lenta e gradual e, com isso, fazer a sucessão. Dando seqüência a essa estratégia nós, provavelmente, teríamos tido o Maluf como Presidente da República. É preciso recolocar isso, lembrar que foi aqui, na Novembrada de 1979, que, de fato, se barrou, se rompeu com essa estratégia. Porque nós dissemos que o general não pode ser tratado de outra forma, que ditador tem que ser tratado como ditador.

Junto com o general, estavam as oligarquias catarinenses lá no palácio, agredindo a nossa inteligência, nos ofendendo, tomando uísque na sacada do palácio e rindo do povo, rindo dos milhares que estavam ali e que resolveram que também podíamos ofender a mãe deles, assim como eles estavam nos ofendendo. Foi um momento dramático que a cidade viveu. Depois houve as consequências da noite, quando sete estudantes foram presos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Alguns de nós foram ameaçados. Eu, particularmente, fui ameaçado. Estávamos numa lista para enquadramento na Lei de Segurança Nacional. E aí entrou toda a luta contra a Lei de Segurança Nacional e todo um processo de mobilização, que ganhou força, ganhou ar nos momentos de guerra campal na cidade.

Houve também uma iniciativa muito importante, que foi a realização de um tribunal popular na rua sobre a Lei de Segurança Nacional. Houve uma grande repressão. Militares de outros estados desembarcaram aqui para desen-

cadear aquela repressão brutal e maciça, prenderam deputados, bateram em todo mundo e muitas pessoas foram presas. Eu acho que a Novembrada de 79 marca um momento importante na vida política catarinense, de resistência e de oposição à ditadura, e os professores e a APUFSC estavam lá. Depois no processo de luta contra a Lei de Segurança Nacional, de libertação dos estudantes, a APUFSC teve um papel de liderança e de destaque. Eu acho que esse é outro elemento importantíssimo desse período que se deve resgatar.

Finalmente, acho que devemos ressaltar a importância do papel da Associação na construção da ANDES, como um sindicato nacional com esse perfil do novo sindicalismo. A APUFSC, a UFSCar e algumas outras associações tiveram um papel de liderança efetiva nesse processo. Não foi por acaso que o professor Osvaldo Maciel foi o primeiro presidente da ANDES, numa magnífica

disputa democrática com o professor Luís Pinguelli. Quem estava no I Congresso de fundação da ANDES lembra disso. Então foi por isso, pelo papel, pela postura, pela posição, pela representatividade que a direção tinha junto aos professores, pela capacidade de mobilização, que nós acabamos tendo um papel preponderante no processo de construção da ANDES, seu perfil, etc.

Implementamos a mudança dos estatutos da própria Associação, no sentido de dar a ela esse perfil, esse caráter de uma verdadeira organização sindical e com essa amplitude de defesa da educação e de democratização da universidade. A defesa da educação é um processo de grande responsabilidade dos professores, combinada com uma atuação indispensável nas questões salariais e trabalhistas. E aí vem o processo que desemboca depois na Constituinte e que faz parte de uma história mais para frente. Eu fico por aqui.

"A Novembrada de 79 marca um momento importante na vida política catarinense, de resistência e de oposição à ditadura, e os professores e a APUFSC estavam lá. Depois, no processo de luta contra a Lei de Segurança Nacional, de libertação dos estudantes, a APUFSC teve um papel de liderança e de destaque"
(Jorge Lorenzetti)

Debate

Hamilton Schaefer - O professor Lorenzetti perguntou se eu concordava com ele que a Associação dos Professores era uma entidade cultural e recreativa, como sempre se quis dizer aqui. Eu quero dizer que eu não concordo, por várias razões. Primeiro, eu quero frisar que a própria natureza de uma associação é política. Em uma ocasião, eu já tive a oportunidade de dizer que uma associação vale por existir. Se há períodos em que ela funciona mais ou menos, não importa. Ela deve existir para ser acionada no momento próprio. E talvez as oportunidades de acionar a Associação tenham sido diferentes em várias épocas. Agora, nós podemos dizer o seguinte: o próprio fato da entidade ter sido fundada num regime de ditadura, quer dizer, em um período difícil de reunir

professores, e se os professores vieram a se reunir, já demonstrava a natureza política da APUFSC.

Foi nesse período que nós fundamos a Associação e lutamos para colocar, exatamente como o professor Lorenzetti falou, as eleições na Universidade. Lembram aquele episódio que eu contei? Eu poderia até contar um outro para vocês, para ficarem bem mais certos. Ele falou no caso do professor Stemmer. Vocês sabem por que o professor Stemmer foi buscar a nomeação dos Diretores em Brasília e não mais fez aqui? Tentarei ser rápido! Houve uma vaga. O professor Augusto Wolf, que era Diretor do Centro Sócio-Econômico, compareceu ao Conselho Universitário, na Reitoria, despedindo-se: "Senhores, companheiros, aqui eu me engrandeci mui-



**"A nossa universidade,
praticamente, vai se
desenvolver à sombra do
autoritarismo militar e,
evidentemente, da submissão
administrativa"
(Sílvia Coelho dos Santos)**

to..." Aquela rasgação de seda. O Reitor também falou aquela coisa toda.

Ele iria sair porque o professor Oscar Pereira viria de volta. Eu queria falar. Eu, pelo menos, estava bem informado e disse o seguinte: "Olha, o professor Wolf não precisa se despedir, porque o professor Oscar Pereira não é o Diretor do Centro Sócio-Econômico!" Todo mundo ficou olhando para mim. "Eu vou explicar para vocês: O professor Paulo Blasi foi nomeado Diretor pela Portaria 34/70 e o professor Oscar Pereira foi nomeado vice-diretor. Quando o professor Paulo Blasi saiu, o professor Augusto Wolf foi nomeado também vice-diretor. Como não podem haver dois vice-diretores, é evidente que a segunda Portaria - que nomeou o novo vice-diretor - anulou aquela que nomeara o professor Oscar. Ele não é, portanto, nem Vice, nem Diretor".

Aí foi aquela coisa. O Reitor disse: "Não se preocupem, que eu vou baixar uma Portaria." Então, eu disse: "Eu queria comunicar ao Magnífico Reitor que dei entrada no protocolo numa correspondência comunicando que, pelo Decreto 78 mil não-sei-das-quantas, é da competência do Presidente da República a nomeação de Diretores e vice-diretores de Centros Universitários. O Reitor não poderá mais nomear Diretor e vice-diretor." Então, o professor Oscar Pereira - vocês podem olhar lá no arquivo da Faculdade e da Reitoria - foi o primeiro Diretor já não mais nomeado pelo Reitor. E o professor Stemmer, que foi o próximo Reitor, não pôde, portanto, nomear os seus Diretores. Quem é daquela época se lembra bem. Ele teve que buscar nomeação em Brasília.

Então, vocês vêem que as lutas não ocorrem em um determinado instante. Elas são um processo que vai se estabelecendo ao longo do tempo. O importante é que, em cada momento, você faça a luta que é necessária naquele instante. Lembro-me que o Senador Calmon veio aqui para convencer a Comunidade Universitária da necessidade do ensino pago. E nós - eu não podia dissociar a minha posição de vice-reitor e de presidente da APUFSC - mostramos

- foi a única voz dentro da Reitoria que o ensino pago não era a solução para a universidade, não resolvia o problema de verbas. Não vamos entrar nesse assunto agora. Mas, então, nós tomamos essa posição. Todas essas lutas que passaram a sair, talvez, da comunidade universitária e que foram para fora, foram também objeto do trabalho da nossa Diretoria. Então, eu acho que os movimentos políticos foram importantes.

Reconheço que na parte externa, junto à Comunidade, as Diretorias seguintes foram mais atuantes. Elas apareceram mais nesse aspecto, mas não significa que a primeira Diretoria não tivesse uma conotação política. Fizemos festas. E não foram festinhas, foram festas mesmo. Nós tínhamos 800 professores. Os nossos churrascos eram nos ginásios cobertos. A professora Irmgard Maciel deve se lembrar bem ainda. E era uma forma de congregar o professor. Se você não conhece o outro professor, em uma universidade grande, você não pode se reunir. Então, é preciso se conhecer. A associação deve continuar fazendo a chamada, maior se possível até, para reunir. Eu faço essa colocação sem querer contestar em nada as palavras do professor Lorenzetti, mas só para reflexão. É um ponto de vista meu. Respeitarei opiniões contrárias e não vou polemizar sobre isso. Eu acho realmente que a Associação, desde a sua fundação, desde a primeira Assembléia, constituiu-se em um movimento político importante para a nossa universidade.

Sílvia Coelho dos Santos - Eu queria que o plenário me desse uma oportunidade como coordenador. Eu aceitei a coordenação, mas eu não fui presidente ou membro da diretoria da APUFSC. Também nunca me considerei um militante ferrenho. Mas eu gostaria, talvez com esse distanciamento que eu tenho tido, de fazer uma contribuição para a reflexão. Primeiro, eu devo dizer que eu gosto de escrever as coisas que penso e vivo. Eu comecei na Universidade no seu primeiro momento, em 1961. Logo em seguida comecei minha formação em pós-graduação. A universidade estava organizada em termos de tempo

parcial e eu comecei como instrutor de ensino superior, trabalhando na cadeira de Antropologia, com um caráter que tinha uma competência que até hoje é reconhecida, que era o Osvaldo Rodrigues Cabral. Realizei o doutorado na USP, sem afastamento da Universidade.

Na verdade as condições de trabalho eram totalmente diferentes. Deu para escrever a tese dentro da Universidade, o que hoje é totalmente impossível. Nesse contexto, eu apresentei três trabalhos, uma tese principal e duas subsidiárias. Com o professor Florestan Fernandes, que ainda não tinha sido cassado, decidi fazer um trabalho sobre o que estava vivenciando a respeito da educação em Santa Catarina. Eu trabalhava paralelamente à Universidade - para completar o meu ganho - na UDESC, na Faculdade de Educação, mais especificamente no Centro de Pesquisas Educacionais que eu ajudei a criar e do qual depois fui diretor. Escrevi um trabalho sobre educação e desenvolvimento em Santa Catarina. Então, sobre o ensino superior, eu destaco um pequeno parágrafo, porque eu acho que ajuda, nesse momento a, recuperação da sua memória. E todas as duas apresentações - que eu creio extremamente importantes - já trouxeram à baila todo o problema da contextualização política.

Vale a pena considerar, em primeiro lugar, que a nossa universidade, foi criada em 1960 e instalada em 1962. Isto é um dado marcante. A nossa universidade, praticamente, vai-se desenvolver à sombra do autoritarismo militar. Segundo neste campus onde nós estamos, começou a ser instalada em 1960 a Faculdade de Filosofia, que, diga-se de passagem, foi o embrião de uma universidade pensada pelo professor Henrique Fontes como uma universidade estadual.

Aqui na Fazenda Assis Brasil, onde nós estamos instalados, era um patrimônio estadual, uma fazenda experimental. O professor Henrique Fontes conseguiu que o Estado concedesse esse patrimônio para a futura univer-

sidade estadual. Havia orientações políticas várias; há várias coisas que estão aí no meio. Porque o professor Fontes era da UDN (União Democrática Nacional). A única Faculdade Federal era a de Direito, que estava sob a direção do professor Ferreira Lima, que seguia o antigo PSD (Partido Social Democrático). Isso tudo levou, em um certo momento, a uns desencontros de orientação. É claro que a inteligência da terra que estava trabalhando gratuitamente nas várias faculdades privadas, mas que não cobravam, eram gratuitas - percebeu que havia chance de se caminhar para uma Universidade Federal onde, digamos assim, as condições de verbas e de pagamentos de salários, etc, eram muito mais interessantes.

Nesse contexto é que se instalou a nossa universidade, em 1962. Numa publicação de 1968, que está reproduzida em um trabalho que elaborei quando deixei de ser pró-reitor, em 1986, acho que há uma boa referência para esta recuperação da "memória". Esta é razão porque eu o estou trazendo aqui. O título do artigo é "Questionando a universidade que temos: subsídios para a revisão da estrutura da Universidade Federal de Santa Catarina - um estudo de caso". Eu reporto ao problema da origem da nossa universidade e transcrevo o que havia dito em 1968. Dizia o seguinte: "Embora o ensino superior tenha sido organizado, administrado, em estabelecimentos isolados, há algumas décadas, a presença da universidade somente tornou-se realidade em Santa Catarina a partir de 1962, quando se instalou a Universidade Federal. (...) Esse nível de ensino obedece a padrões organizatórios estabelecidos pela legislação federal, e os problemas que se apresentam em Santa Catarina são comuns aos que ocorrem no resto do País. Com efeito, embora tenham surgido há poucos anos, as duas universidades (aqui eu estava me reportando à UDESC, de que eu tinha falado antes) localizadas no Estado se organizaram segundo os dispositivos tradicionais. Continuando a

minha análise, implantamos a Universidade Federal de Santa Catarina sem considerar as inovações que então se faziam na Universidade de Brasília, nem tampouco a experiência acumulada pela Universidade de São Paulo.

Na verdade, para a Universidade, ser instalada, as diversas Faculdades, se organizaram, que se compuseram, para chegar a constituição dessa entidade centralizada. Antes de tudo, motivava a remuneração dos professores e servidores. Pouco depois de instalada a Universidade, a remuneração de um professor catedrático era mais ou menos equivalente à remuneração de um desembargador. A frota de carros que se instalou imediatamente nas imediações das Faculdades não foi pequena. Isso só para falar de um item.

Um outro exemplo para vocês entenderem quando eu digo que Universidade se instala à sombra do autoritarismo militar: A sede da Universidade, a Reitoria, era na rua Bocaiúva, em uma área privilegiadíssima. Na época, a aquisição deste imóvel gerou muita discussão, porque toda a estudantada que tinha, digamos assim, uma militância de esquerda, negou-se a apoiar a compra da chamada "Chácara Molenda". Isso foi considerado, na época, mesmo em se tratando de um excelente patrimônio, alguma coisa assim meio suspeita. Percebeu-se, depois, que o patrimônio realmente valia o que foi pago, mas houve muita discussão e muita reação estudantil. Bem, quando a Reitoria se transferiu para o campus da universidade, em 1970, e implantou-se a Reforma Universitária, logo depois, o Conselho Universitário aprovou a entrega daquele patrimônio para o Exército instalar ali um quartel, o Comando do Grupamento Leste. Imaginem o que vale hoje e o quanto nós não poderíamos estar resolvendo de problema da nossa universidade se fôssemos ainda proprietários daquele patrimônio. E, evidentemente, ele foi transferido, assim, como se diz em língua popular, "de mão beijada".

Mas tem um outro exemplo, que eu não posso deixar de destacar aqui. A Universidade era católica. Não era de esquerda, nem de direita. Era católica, basicamente. Esse era um outro problema terrível para quem não estava, evidentemente, na militância de Igreja. Um exemplo clássico disso é que havia aqui a Faculdade de Serviço Social, que foi criada por um grupo de religiosos considerados, na época, progressistas. Eram freiras "paisanas". Então, essas freiras criaram, através de uma fundação chamada Vidal Ramos, essa Faculdade de Serviço Social, com o apoio de Estado. No processo de constituição da Universidade, esta Faculdade foi agregada. Mas o interessante é que a Faculdade manteve toda a independência. Em 1970, quando tivemos a Reforma universitária e o vestibular passou a ser unificado, chegou-se ao paradoxo de que o aluno que escolhia Serviço Social fazia o vestibular para a Universidade Federal, fazia o básico aqui no campus e depois era "deportado" para o Centro da cidade para a Fundação Vidal Ramos, onde continuava os estudos, sem nenhuma subordinação à Universidade. Ora, o processo para conseguir integrar este curso "autônomo", mas sempre beneficiado pelas verbas da Universidade, só vai finalizar em 1980, na administração do professor Ernani Bayer. Então, vocês têm uma idéia de que o poder que aqui foi mencionado não era só militar. Havia esse outro poder, difuso que a gente pode dizer "religioso" ou dos interesses locais. Isso foi uma coisa muito séria dentro da Universidade.

É claro que se deu um grande processo de luta aqui dentro, de resistência. Acho que o professor Hamilton fez uma colocação na situação anterior, das várias faculdades reunidas que o reitor talvez não tivesse muito poder. E depois houve uma certa tentativa de democratização, etc. Nesse meu texto, eu focalizo o problema de que, como era um *pool* de faculdades isoladas, com congregações, etc., o reitor realmente tinha pouco poder. Na época, o reitor era o Prof. Ferrei-

ra Lima, que foi nove anos reitor, se não me engano. E esse pouco poder implicava estar fazendo articulações permanentes com as direções dessas faculdades e suas respectivas congregações. E as congregações tinham representantes no Conselho Universitário.

Hamilton Schaefer – Isso depois de 72.

Sílvio Coelho dos Santos – Não, não. Isso quando ainda não tínhamos passado pela reforma. Quando passamos pela reforma... Na verdade, eu acho que a reforma foi uma trama. A nossa universidade foi a primeira a fazer a reforma. Ela aceitou por inteiro a proposta do Relatório Atcon. Eu estou colocando apenas a minha posição. Não quero dizer que seja correta. Mas, como eu tenho uma posição escrita, o que aconteceu? Instalada a reforma universitária, começou todo esse processo de novo regimento, de regras novas. O exemplo concreto que darei é o seguinte: antes da reforma, tinha-se chegado, na estruturação da Universidade, a três institutos de pesquisa. Eram o Instituto de Pesquisas Econômicas, na Faculdade de Ciências Econômicas, o Instituto de Direito do Trabalho, na Faculdade de Direito e o Instituto de Antropologia, na Faculdade de Filosofia.

Hamilton Schaefer – Henrique Stodieck.

Sílvio Coelho dos Santos – O Prof. Henrique Stodieck, parece que foi a causa de tudo. Eu vou explicar por quê. O Instituto de Antropologia, é o Museu Universitário de hoje. Bom, a palavra "instituto" foi vetada nesse processo de reforma. Por quê? O Stodieck era um professor catedrático, com um mestrado nos EUA. Na época, era um dos únicos professores da Universidade que tinha uma formação acadêmica em nível de pós-graduação. Era um professor com presença na OIT, a Organização Internacional do Trabalho, com teses aprovadas,

etc. Quer dizer, era um professor que circulava internacionalmente. E o Stodieck combatia de frente a reitoria, diga-se o professor Ferreira Lima. Então, decidiu-se eliminar a palavra "instituto", ou seja, vai-se acabar, na nova Universidade, com o Instituto de Direito do Trabalho. E, por extensão, o de Economia e o de Antropologia.

Hamilton Schaefer – E acabaram?

Sílvio Coelho dos Santos – Acabaram, claro! O de Antropologia, já que o Cabral era um professor que tinha uma relação razoavelmente boa com o Ferreira Lima, recebeu um recado: "Olha, se quiser sobreviver, mude o nome em 24 horas." E aí passou-se de Instituto para Museu. A história depois do Museu é outra. Eu não vou entrar nisso. Eu só quero é que vocês percebam o problema de poder.

É claro que estes são tempos de luta, mas também são tempos de "ame-o ou deixe-o". O fato é que se tivéssemos uma máquina do tempo, e pudéssemos descer aqui, examinando o campus com uma lente de aproximação, nos anos de 1970 a 1978 a frota que estava parada aqui, de propriedade dos professores tinha um adesivo: "Ame-o ou deixe-o". E quem não o tivesse sofria as conseqüências.

Eu, no início, disse que sempre fui muito cauteloso com o movimento que se instalou, porque, se analisarmos bem, vemos que entre as pessoas que estavam na diretoria da APUFSC, tinham integrantes da "Marcha da Família com Deus pela Propriedade", e uma série de outras coisas mais. Então, o ambiente, independentemente do respeito do movimento, era acautelador. Marx disse alguma coisa mais ou menos parecida com: "Se a aparência e a essência das coisas fossem idênticas, não haveria necessidade de ciência". E tudo tem o seu reverso, não é? É evidente que hoje a gente toma uma iniciativa e amanhã essa iniciativa pode ter desdobramentos que a gente não previa. É claro que a Associação que foi feita

naquele momento teve esses desdobramentos extremamente positivos.

Não posso deixar de colocar algo para vocês, também, porque me pediram que fizesse algumas provocações e eu realmente sou meio chato nesse sentido. A visão que eu tenho daquele momento, é a seguinte: o Hamilton, como vice-reitor, representava o professor jovem, colocado em uma administração que não o queria. Essa é que é a verdade. Pelo menos, na minha opinião. Ele era *persona non grata* dentro da reitoria. Inclusive, há o episódio em que ele entrou porta a dentro, sem ninguém permitir, etc. Então, ele era *persona non grata*, porque representava a ala jovem e queria uma coisa diferente. O reitor Lacerda deu um nó administrativo na universidade. Eu vou dar um exemplo pessoal, para vocês terem uma idéia melhor. Eu terminei o meu doutorado em 72, depois de um esforço de 6 anos. Naquela época, o professor que tivesse doutorado podia ganhar – eu era assistente – como adjunto. Não seria promovido a adjunto, mas podia ganhar como tal. Claro que eu fui requerer esse benefício! Depois de o processo estar parado meses, eu fui saber por quê. Soube que o reitor dizia: “Bem, mas nós não temos um convênio com a Universidade de São Paulo para reconhecer títulos.” Numa audiência com ele, escutei: “Se a Universidade de São Paulo quiser reconhecer os nossos títulos, nós vamos reconhecer os dela.” Respondi: “Isso não é problema meu.” E nunca usufruí desse benefício! Nessa época, eu exercia o papel de diretor do Museu, que acabei tendo que herdar, porque o Cabral se afastou, etc. Houve vários motivos para isso. Houve, também, muita luta não-oficial, luta individual. Esse foi um outro caso. Ele se demitiu por causa daquela história de proibição dos Institutos. Então, o “nó” administrativo foi muito grande. O Reitor Lacerda era daqueles administradores que se fechavam no gabinete. É claro que criaram-se as condições para os professores se motivarem a uma as-

sociação. Então, independentemente das tendências políticas desses professores, houve uma adesão forte. Porque se via que as coisas estavam realmente mal conduzidas.

Agora, eu acho que o Lorenzetti já encaminhou algumas questões fundamentais que eram também a respeito da crise. Na verdade, houve uma adesão danada àquele “Ame-o ou deixe-o” porque esse processo de modernização do Brasil realmente aconteceu. E se formou uma classe média – da qual, em tese, nós somos parte – que se beneficiou à beça. Olha, quando a Constituição de 67 entrou, ela promoveu todos os professores, gratuitamente, de um posto para outro. Quem respondia por disciplina passou à condição de titular, e os salários foram dobrados de uma hora para outra. Isso foi uma maneira, evidentemente, de neutralizar qualquer reação. E as reações vinham num crescendo. Vejam que em 68 houve o último grande movimento contra a ditadura que acabara de se instalar no País. Ao ser nomeado, o Reitor Stemmer começou fazendo uma grande crítica à administração anterior, ao seu marasmo, porque realmente foi uma administração que deu um “nó” terrível na Universidade. O professor Lacerda era extremamente legalista. Então, era aquele negócio que não estava na lei, etc e tal. Nesse contexto, na administração do Prof. Stemmer, vai haver toda uma nova dinâmica na Universidade. Há que se reconhecer que foi o reitor que criou um grande número de cursos e praticamente construiu esses prédios, essas coisas todas, com muita dinâmica. Mas ele teve um final de mandato muito triste, porque as greves vão se acentuar muito e, evidentemente, ele vai sair muito apupado, sem saber porquê. (Em tom irônico, provocando risos na audiência). Porque ele não conversava, decidia. O caso do Jerônimo foi sintomático, nesse sentido. Porque o Reitor teve de discutir na televisão. Os tempos tinham mudado, e ele teve que explicar na televisão por que ele não podia permitir

que o professor ficasse na Universidade. Mas nisso o Lorenzetti já tocou. Então, eu acho que esse quadro permite a gente identificar situações em que, nesse processo de resgate de memória, nós devíamos lembrar de colegas nossos que, digamos assim, foram cassados de forma branca. Lembro um caso, pelo menos, na Filosofia. Havia um sistema pelo qual os professores, quando novos, tinham que ser, no final de um determinado período, encaminhados para recontração. Então, a cassação branca era não encaminhar. Nesse caso, da Filosofia, o padre Bianchini, chefe do departamento decidiu que o professor não fosse recontraído de jeito nenhum. O Diretor do Centro apoiou. Nessa época, a gente aqui na Antropologia tinha uma vida mais ou menos independente. Mas éramos subordinados ao Departamento de Sociologia, cujo chefe primeiro foi o Prof. Nereu. Tivemos que agüentar essa subordinação.

Hamilton Schafer – Auxiliar daqui e daquilo, na livraria lá na Anita Garibaldi (?)...

Sílvio Coelho dos Santos – Isso são episódios um pouco nebulosos da história da Ilha. Então, nesse processo, em muitos momentos – não pela minha presença, mas porque a gente tinha ali um movimento de ciências sociais, de pesquisa de direitos humanos, etc –, havia no Museu uma certa ilha, digamos assim, de resistência. Mas havia outras “ilhas” na Universidade. Seria necessário identificar essas outras. E também seria necessário identificar essas pessoas, digamos, anônimas hoje, porque a gente esqueceu muitos fatos e não ficaram documentos. E não só, evidentemente, os episódios de cassação ocorridos, mas também a cobertura que se fez em vários casos de gente que precisou sair do País e passou aqui por dentro da nossa universidade, sim. E foram hospedados e passaram períodos aqui dentro do nosso ambiente, na nossa cidade, camuflados. Vi gente que saiu

de outros lugares onde a barra estava pesada e veio ser estudante aqui. Isso a gente conseguiu realmente...

E tem todo o pessoal da direita, evidentemente, que foi aceito como aluno da Universidade para espionar em sala de aula. Então, quer dizer, tem o outro lado também. Isso aí necessitaria um trabalho mais metódico, é evidente, porque a gente precisaria exemplificar alguns casos que mostram esses desencontros e mostram uma outra coisa que eu acho muito importante. Às vezes, o pessoal que teve que sair, quando voltou, veio naquela condição de ser “uma das vítimas de processo”. Mas é preciso também reconhecer que muita gente dentro das instituições – isso não é o caso só da nossa universidade, mas das instituições em geral do País – agüentou um tranco muito pesado, para poder dar cobertura e ter condições de abrir espaços para que algumas coisas acontecessem. É evidente que isso tudo, quando a gente começa a pensar em memória, a gente só percebe é que foram anos, assim, muito pesados. Mais pesados porque a maioria de nós não tinha possibilidade nenhuma de ter consciência da dimensão dos problemas como eles realmente eram, porque eram anos também de silêncio. Não pensem vocês que as informações circulavam. Essas coisas todas eram muito no titi-ti, “será que foi, não foi”, etc. Então, há essa limitação também da informação, que é uma outra coisa que, num processo de recuperação de memória, deve ser considerada, para não se ficar apenas naquele negócio de ouvir dizer, não é? Então, eu quero mais uma vez ressaltar a importância desse tipo de tarefa que o sindicato está se propondo a fazer.

Bom, vamos abrir o debate. Porque senão eu vou esticar demais. A palavra é aberta.

Gerônimo Wanderley Machado –

Eu queria dizer alguma coisa sobre o que já foi falado aqui, acrescentando mais alguns elementos enriquecedores do contexto da época (1975 a

“Havia um sistema pelo qual os professores, quando novos, tinham que ser, no final de um determinado período, encaminhados para recontração. Então, a cassação branca era não encaminhar”.

(Sílvio Coelho dos Santos)

1982). Gostaria de lembrar alguma coisa sobre tudo isto. Queria dizer umas coisas, relativas à Associação dos Professores da UFSC - APUFSC - e relativas à ditadura militar. Gostaria de lembrar alguns dados.

Em 1969 eu era estudante. Estudei na UFSC, de 1967 a 1971 e, aqui, fiz os cursos de Economia e de Direito, simultaneamente. Marcos Cardoso - que mais tarde também viria a ser professor da UFSC -, Sérgio Luiz Bonson - que hoje é cartunista do jornal *O Estado* -, Celso Wiggers, ex-vedador do MDB, em Braço do Norte, entre 1967 e 1970 e eu, fomos cassados, em 1969, quando nos inscrevemos como candidatos à diretoria do DCE. Eu fui candidato à presidente. Fomos cassados por uma portaria da UFSC, publicada nos anais da Universidade, no livro próprio. Esta cassação ocorreu na noite anterior ao dia da eleição, "por determinação de ordem superior"...

A reunião que "decretou" a nossa cassação foi presidida pelo professor Roberto Mündell de Lacerda, vice-reitor da UFSC, na época. Foi, também, a assembléia de eleição da nova diretoria do DCE que, por nos ter cassado e nos impedido de reapresentar novas candidaturas, "facilitou" a eleição de Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, como presidente do DCE, gestão 1969-70. Lembro-me bem de uma frase do vice-reitor, naquele momento, no auditório do Curso de Economia, na Rua Almirante Alvim: *"Como cansa esse negócio de democracia!"*. Como ele poderia falar em democracia, em 1969?! Só quem estava vivendo naquela época poderia falar alguma coisa sobre isto.

A segunda lembrança que trago aqui é de outro caso parecido com o anterior. Em 1972 ingressei na UFSC, como professor iniciante, mediante concurso de títulos. Uma prova de avaliação de títulos, com um semestre de acompanhamento do desempenho do novo professor. Ao final, passado um semestre de meu trabalho de magistério, sem receber um centavo de salários e tendo sido apro-

vado pela comissão de análise de desempenho, a forma que eles encontraram, para não me efetivar como professor, foi a de não homologar a minha recontração. Com isto, eles me mandaram embora, da UFSC, em agosto de 1972.

Mas, em 1973, um outro fato interessante ocorreu comigo. Participei de um concurso público para professor efetivo, de nível de auxiliar de ensino. O professor Sílvio Coelho dos Santos deve se lembrar disto. Não sei se o Hamilton Schaefer, aqui presente, se lembra. Mas, a portaria ou a resolução que estabeleceu as regras do concurso era algo muito esdrúxulo e dizia, mais ou menos, o seguinte: "Os candidatos serão avaliados, etc, com nota mínima igual a 7 (sete) e a conclusão do concurso não conterá a classificação dos aprovados. A nomeação dar-se-á independentemente da ordem de classificação dos candidatos aprovados no concurso público". Passem! Assim, apesar de haver-me classificado em primeiro lugar, nunca fui chamado para assumir uma das duas vagas do concurso. Foram chamados os outros concursados, inclusive o terceiro e o quarto, todos os que foram aprovados naquele concurso.

Um outro fato que queria lembrar é que fiz um levantamento onde procurei restaurar um pouco da história da APUFSC, enquanto estive na sua secretaria, de 1992 a 1994. Preocupei-me muito com isto. Recomendei outro dia, ao nosso presidente, professor Osni Jacó da Silva, que ele procurasse homenagear os sócios fundadores da entidade. Falei com o meu substituto, Valdir Rampinelli, o secretário, no sentido de que se cumprisse uma regra estatutária, que continuava válida ainda hoje e que é a de fazer uma homenagem especial aos sócios fundadores e às categorias de *emérito, beneficente e honorário*.

São quatro categorias. Aquela dos que já contribuíram por mais de 30 anos - é lógico que ainda não existe nenhum, evidentemente, pois a APUFSC está completando os seus 20 anos; e a dos professores sócios, que

"O ano de 1978 foi, na verdade, o primeiro e grande momento de nossa Associação de caráter sindical. Foi aí que ela assumiu o seu caráter definitivo. Ela mudou de patamar, passando a ter uma repercussão nacional, com o Congresso da Andes, realizado aqui em Florianópolis na UFSC, com o professor Osvaldo Maciel sendo eleito presidente da Andes e por aí afora".

(Gerônimo Wanderley Machado)

tenham mais de 70 anos de idade. Eles seriam os nossos homenageados. Também o seriam os beneméritos - os que fizeram contribuições de valor material importante para a Associação, e os eméritos - aqueles que tenham prestado contribuições de reconhecimento de valor, no campo intelectual. A categoria dos fundadores é a daqueles que estiveram lá, desde o início. São estas as quatro categorias que devem ser homenageadas. Sugeri que se faça isto para que estes professores sejam lembrados por suas contribuições. A secretaria da APUFSC tem a listagem de todos os associados, nos livros de atas e noutros documentos.

Pelo que pesquisei, penso que a fase inicial da APUFSC, a de sua fundação, foi retratada por nosso ex-presidente, Hamilton Schaefer. Mas dá para perceber que, sem dúvida nenhuma, a influência do Hamilton Schaefer é clara. Todavia, quando se vê a nominata dos fundadores da APUFSC, encontramos pessoas como a "mãe da CANDE" (Associação de Defesa da Democracia, do ponto de vista dos reacionários que combateram o governo democrático e progressista de João Goulart), professora Maria Carolina Gallotti Köerig, e outros. Ora, quando vejo aquela listagem, me arrepio. Era essa gente que segurava os paus-de-fita da TFP (Tradição, Família e Propriedade). Eram os que participavam daquelas passeatas comandadas pelas madames da burguesia, a favor da ditadura. Foram eles os queimadores dos livros da livraria "Anita Garibaldi", do PCB, na Praça XV, em 1964.

Estão lá, listados como fundadores da APUFSC: Nereu do Valle Pereira, Ernesto Vahl, Carolina, etc. Até hoje, quando vejo aquela nominata da diretoria do Hamilton Schaefer, fico arrepiado! Dá para ver que, da parte do Schaefer, há uma caracterização daquele contexto, que é a que tu fizeste. Mas tu ficaste só um ano na diretoria da APUFSC. Um ano e pouco e tua diretoria era, no mínimo, comprometedora, com um passivo social pouco recomendável. Não é

isto? Fundaste a APUFSC e a dirigiste por um ano. Logo em seguida, em 1976 foi eleito, em assembléia geral, o professor Ernesto Vahl. E, daí para cá, o que se percebeu, no período de 1976 a 1978, foi um grande vazio. Houve um enorme vazio.

Seria importante que isto fosse recuperado para a memória da APUFSC. Seria bom que convidássemos alguém da diretoria do Vahl, para aclarar as coisas deste período, ao que parece, vazio, de 1976 a 1978. Acho que esta lacuna não nos ajuda e seria bom que ela fosse preenchida. Seria bom tentar recuperar a presença de alguns daqueles diretores e fundadores, do período de Geisel, Presidente da República, período de caça aos comunistas, período de assassinatos de professores, operários, estudantes e outros combatentes das causas democráticas por liberdade, por eleições, pela anistia, por liberdade para os presos políticos, etc.

E, na verdade, acho que a parte que é fundamental é aquela onde se percebe a virada de 1979. Aí, há uma virada evidente, visível, quando se examina a documentação, o material e as atas da APUFSC, da época. A APUFSC tem tudo guardado, na sua secretaria. Aí se percebe uma grande virada política e ideológica na Associação, consentânea com o movimento que ocorreu aqui, como o da Operação Barriga Verde (prisão de todos os membros do Partido Comunista de Santa Catarina), um crescimento importante do movimento estudantil, etc.

Nesta época, eu estava fora do País, estava estudando em Paris e acompanhava tudo muito bem, pois companheiros meus estavam envolvidos com tudo isto, foram presos, torturados, condenados, perderam os seus empregos, como eu, que também, fui demitido do BESC, após inquérito da polícia federal, etc. Dá para se perceber que há uma ascensão muito forte do movimento estudantil, na Universidade, e isto foi repercutindo, foi se acumulando e, é claro, coincidiu com a diretoria da APUFSC,

comandada por Osvaldo Maciel, Raul Guenther, Jorge Lorenzetti, etc., em 1979. Período da virada! Percebe-se, na leitura da documentação, que tudo isto se refletia na APUFSC.

O ano de 1979 foi, na verdade, o primeiro e grande momento de nossa Associação de caráter sindical. Foi aí que ela assumiu o seu caráter definitivo. Ela mudou de patamar, entrando, daí para a frente, com sua repercussão nacional, com o Congresso da Andes, realizado aqui, em Florianópolis, na UFSC, com o professor Osvaldo Maciel sendo eleito presidente da Andes e por aí afora.

Eu contaria o meu segundo "caso", que foi o mais rumoroso, o de 1979. Voltei da França e participei de um concurso público para professor colaborador, assistente, em março de 1979, no Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Fui aprovado em primeiro lugar, comecei a trabalhar e passei todo o primeiro semestre sem receber um centavo de salários. Em agosto de 1979, o Reitor, professor Gaspar Erich Stemmer e sua "entourage", constituída de fiéis servidores do sistema repressivo e policial-militar, me demitiram da UFSC, mais uma vez.

A diretoria da APUFSC era, então, a do professor Maciel. E tudo ocorreu antes da aprovação da Lei de Anistia, que se deu em 28 de agosto de 1979. A Lei da Anistia trouxe outros desdobramentos. Por sinal, os professores Maciel e Güenther foram pessoas que me ajudaram bastante naquela época. Mas fui demitido. Não me beneficieei da Lei da Anistia. Porque antes de o professor Stemmer sair, ele ainda me prestou um outro "grande serviço": o meu processo de anistia veio do MEC, junto com os dos outros quatro professores anistiados, que foram: Vilson Rosalino da Silveira (Engenharia), Aldo Ávila da Luz (Direito), Eugênio Doin Vieira (pai do atual governador) e Osmar Cunha (ex-prefeito da cidade, pelo PTB) e estes, ambos, meus professores e do Departamento de Economia. Todos fomos anistiados. Só que, para minha "infe-

licidade", o professor Stemmer "deu fim" ao meu processo, o "jogou fora", "colocou-o" no lixo ou o queimou. Não sei o que ele fez com o meu processo de anistia, de 1979. E, assim, eu nunca fui anistiado.

Então, até hoje, tento resgatar aquele processo e aquela situação. Mais tarde tentei refazer aquele processo mas, na verdade, ainda não consegui recuperá-lo. Estou na Universidade hoje porque, em 1983, fiz outro concurso público, me classifiquei novamente em primeiro lugar e aí eles não tiveram mais como me impedir de assumir a vaga de professor do Departamento de Economia. Aliás, acho que a minha participação - a enorme briga pública, de imprensa e de opinião pública, por quase três meses, entre Julho e Outubro de 1979, lutando contra o Stemmer e por minha vaga de professor da UFSC - ajudou a definir, na lista sêxtupla, o nome do professor Ernani Bayer como novo reitor da UFSC. Ele era o terceiro da lista. E a Associação me ajudou bastante, nisto tudo.

Penso que nossa luta, a minha e a da APUFSC, ajudaram a definir o perfil do novo reitor, mais consentâneo com os momentos de transição que, no caso, foi o do professor Ernani Bayer. Ali nós derrotamos o que eu chamo de "linha dura" da UFSC, os "acadêmicos duros", da Universidade - que eram os conservadores, da linha dura que passa pelo professor Stemmer e por seus aliados. Eles se diferenciam do grupo do professor Ernani - os de linha "macia" e não acadêmicos - ligados à maçonaria. Estes são conservadores, mas são macios e pouco afeitos às coisas da academia.

Os outros são conservadores e duros mas acadêmicos, competentes!!! Mas aí temos que pensar mais de duas vezes quando o critério é o da qualidade acadêmica, em geral. O professor Ernani fez essa transição. É claro que dessa trajetória da Associação muito há, ainda, que se falar. Mas o que eu queria era fazer estes registros. Muito obrigado!

Hamilton Schaefer - Eu gostaria de fazer uma colocação. É o seguinte: Eu acho que o que realmente importa - e eu estou gostando muito dessa reunião por isso - é que nós estamos olhando os fatos que aconteceram na Universidade sob vários ângulos. Quer dizer, não existe uma verdade única. Existe a verdade de cada um, existe o ponto de vista de cada um. Agora em relação a conceituar a APUFSC por alguns membros da primeira Comissão encarregada dos Estatutos, eu não concordo. Eu nunca gostei de carimbo. Nunca gostei de carimbar o negro, o homossexual. Eu sempre fui muito contra isso, entendem? Eu acho que a coisa mais odiosa que existe é o carimbo. Detesto carimbo. Realmente, os fundadores da Universidade foram 95 professores, que depois totalizaram 165.

Agora vejam a diferença: Não sei se vocês já participaram da criação de alguma outra entidade de classe, de alguma associação. Geralmente, um grupo reduzido de pessoas se reúne, faz um estatutozinho, vai para uma reunião, domina e lança. Realmente, eu tenho visto que, na maioria dos casos, acontece isso. Agora, eu chamaria talvez o testemunho do professor Carlos Humberto Corrêa, que assinou comigo a convocação. Não foi nada combinado anteriormente. Quer dizer, nós fizemos uma convocação democrática. Em um período de repressão, nós utilizamos uma mala-direta a todos os 800 professores. Talvez tenha sido a primeira mala-direta não-oficial dentro dessa universidade. Embora eu fosse o vice-reitor, eu estava fazendo aquilo como um professor, assinando, juntamente com o professor Carlos Humberto Corrêa, uma convocação de professores. Essa convocação apareceu nos jornais da época e em rádio. Então, houve uma ampla divulgação.

É evidente que quem entra em um processo desse e quer fazer uma experiência democrática diferente, não vai impor à assembléia quem deve ser representante. E se eles eram ou não lideranças bemquistas, a verdade é

que foi a Assembléia que os indicou. Eu acho que nós, em uma Universidade, temos que saber conviver com as várias tendências. E acho que é fundamental você poder criar uma entidade de classe, mesmo que ela venha, e talvez principalmente porque ela venha a ter a participação dos vários segmentos da Universidade. Eu encaro isso com muita tranquilidade. Eu acho que eu fico muito à vontade porque eu sei desse lado que eu agora estou mostrando para vocês.

Então, foi com uma manifestação espontânea da comunidade que nós partimos. Agora, a minha posição individual na Universidade foi sempre uma posição de luta. Realmente, há um episódio, o famoso episódio da porta. Eu até gostaria de relatar para vocês. Conta-se que eu arrebentei uma porta. Eu talvez fisicamente tenha capacidade física para isso. Eu acho que uma porta dessa não seria até um estrago muito grande, não. Mas, realmente, aí se trata do seguinte: Embora não sendo bemquisto pela administração, todos vocês sabem que eu assumia o exercício da Reitoria, fazia Portarias, tudo dentro da Lei e do Estatuto. Nunca saí disso. Eu me posicionei durante os quatro anos dentro da vice-reitoria da Universidade. Talvez, conhecendo o meu temperamento, eles quisessem me aprontar uma boa.

Vocês se lembram do Decreto 477? Pois é, eu também me lembro. Seria expulso da Universidade o professor, o aluno ou o servidor que atentasse contra o patrimônio da Universidade. Eu era professor titular do Quadro Permanente da UFSC. Quer dizer, não podiam me colocar na rua. Além disso, tinha um mandato de quatro anos, como Vice-reitor, assinado pelo Presidente da República; não podiam me botar na rua. A única forma seria o 477. Talvez tenham armado isso aí. Mas eu acho que seria bom esclarecer. O Moacir Pereira era do gabinete, o falecido Fernando Beck, também. Aliás, quando o Reitor saía, os assessores só chegavam lá às 10 horas. Nesse dia eles estavam lá às 8

horas da manhã.

(Era a assessoria de segurança e informação)

Nessa Assessoria, além do Beck, tinha outro também. Ele quem mandava informações semanais. Informava que "o Vice-reitor, quando assume, faz contratações de parentes – eu não tenho nenhum parente aqui dentro – ou compromete o orçamento da universidade". Então, essa imagem negativa que se criou foi um fato que eu sofri dentro desta Universidade. Eu fiquei prejudicado, por muito tempo, pela imagem negativa criada por esse sistema. Então o que aconteceu? Criaram uma situação que talvez fosse ocorrer. Mas eu mandei abrir. Chamei o Justino. Todo mundo conhece o Justino, que era o Chefe de Portaria antigo lá. O Justino chamou um funcionário. Eu mandei ele pular a janela e ele abriu. E lá dentro estava o senhor Olsen da Veiga, que era o Chefe de Gabinete do Reitor. Então, a porta foi aberta, sim, por um funcionário a quem se mandou tirar os pinos. Eu sou engenheiro, realmente, e sei onde estão os pinos de uma porta (risos). E entrei e exerci. Realmente, eu exerci nos impedimentos do Reitor. Eu fui um vice-reitor que exerci. Eu combati. Fiquei famoso por isso.

Eu até gostaria de deixar como experiência para vocês, uma resposta que eu achei bonita na ocasião, mas que depois eu reformulei. O professor Acácio Santiago era pró-reitor, era o substituto do Makowieck no Planejamento. Era gente muito fina, político, mas ele sabia destilar um venenozinho. Então, ele foi lá e disse: "Mas, professor Hamilton, com a posição independente que o senhor assume, o senhor está tendo a sua imagem denegrida por todos os professores. O senhor tem que tratar da sua imagem". Eu respondi para ele: "Olha, professor, a imagem cada um faz de mim ou do senhor, independentemente do que eu possa fazer. Quer dizer, inclusive a imagem que o senhor faz de mim agora, daqui a um minuto o senhor pode mudar. A imagem é uma coisa muito volátil. Eu vou me preo-

cupar com o original. O que eu vou fazer é que, quando eu sair do meu mandato aqui na Vice-reitoria, quem vier conferir verá que o original estará íntegro. Isso é importante!"

Eu achei que tinha dado uma boa resposta. Na sua essência, ela está certa. É preciso manter o original íntegro, mas é preciso cuidar da imagem também. Então, eu acho que daria esse conselho a todos esses que estão na política, entendem? Quer dizer, paralelamente à sua integridade, à sua personalidade, à sua maneira de ser, à sua coerência, que é uma coisa vivida no seu interior, cuidem também de mostrar uma imagem que facilite o acesso a outras posições. Então, apesar de ter tido uma atuação grande, ativa, como Vice-reitor e como fundador da Associação, eu depois me retirei um pouco da vida política da Universidade e sei que levei por muito tempo essa imagem. E essa história sempre se contou muito, o negócio da porta. E eu não vou estar aí para contar para todo mundo como é que foi. Em todo caso, hoje vocês até acharam engraçado e eu também achei (risos).

Luiz Fernando Scheibe - Eu lamento não ser privilegiado por uma memória tão boa como a do Hamilton, que consegue puxar essas coisas. Também porque eu não vivi tão intensamente a Universidade nos primeiros tempos. Eu vim para Florianópolis para trabalhar no governo do Estado, em 1965, e entrei em 66 como assistente do Takeda, que era auxiliar de ensino. O que eu queria registrar é que a Associação foi extremamente importante numa coisa que eu não sei se já foi colocada aqui: a grande campanha que foi assumida pela APUFSC na luta pelo concurso de ascensão dos professores auxiliares de ensino. Eu fui auxiliar de ensino de 1966 até 1978. Por 11 anos e tanto eu fui auxiliar de ensino, porque não se fazia concurso. E, justamente não se fazia, primeiro porque não-sei-o-quê, depois por não-sei-o-quê, depois porque o Lacerda não abria concurso.

Uma vez, eu pedi uma audiência com o professor Lacerda. Falei para ele: "Olha, professor Lacerda, nós temos que fazer concurso na Universidade. Não é possível que se fique nessa coisa de auxiliar de ensino e tal, já faz não sei quanto tempo." E o professor Lacerda sentou na cadeira, coçou a cabeça e disse: "Pois é, eu às vezes acho que não devia ser eu o reitor e tal. Eu sou do tempo em que a gente pagava para o pessoal varrer a faculdade e tal. Esse troço de querer ganhar dinheiro com a universidade, eu não sei o que vocês... Vocês são jovens e tal, não-sei-o-quê... Mas isso aqui não é emprego, isso aqui... Vocês estão aí para prestar um serviço. Esse negócio de ganhar dinheiro da universidade não tem nada a ver." Eu saí de lá, realmente, sem muito.

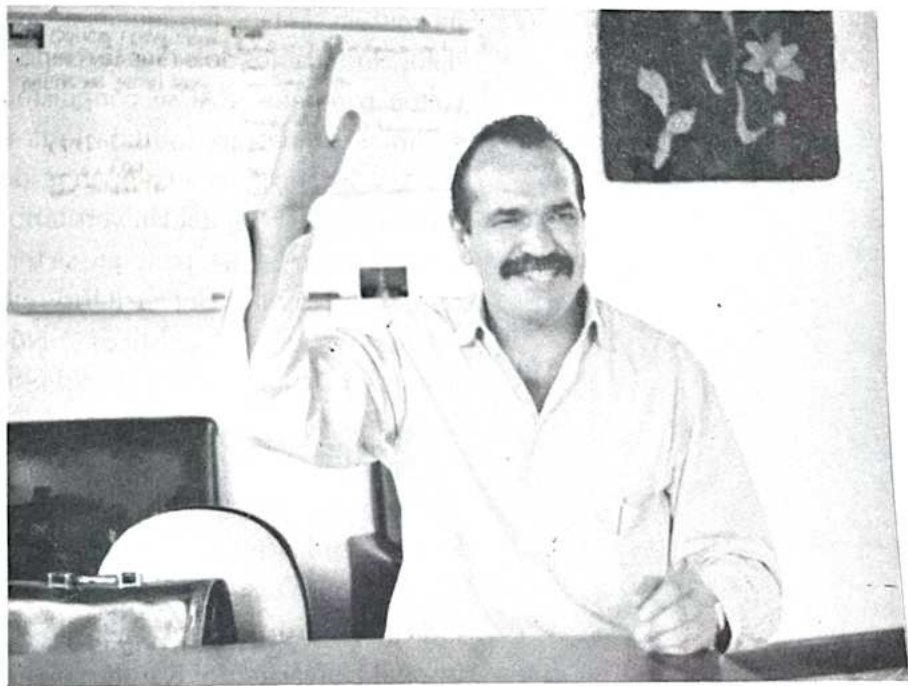
A associação comprou essa luta já desde o começo. Eu acho que um dos motivos que levou, inclusive, a um apoio grande dos professores foi essa idéia do concurso. Essa foi uma luta que o Hamilton encabeçou também. Durante os anos de 76 e 77, estive fora fazendo um mestrado e eu acho que realmente houve uma baixa total das atividades. Eu me lembro muito bem dos churrascos que a gente fazia. Uma vez, nós matamos um boi. Literalmente. Participamos de matar, carnear, etc. E aí usamos a parte de açougue lá do RU para dividir o bicho todo e assar o churrasco para todos os professores da Universidade, no dia do professor. Isso deve ter sido em 78, nessa época. Porque eu já tinha voltado. Então, foi a última grande promoção dessa gestão, se não a única. Nos anos anteriores, já havia tido festa também.

Jorge Lorenzetti - Acho que o professor Maciel iria falar bem essas coisas que eu não falei na minha intervenção inicial, esses aspectos mais internos da Universidade. Ele é um professor muito respeitado aqui na UFSC, grande conhecedor das relações internas da Universidade e também muito preocupado com essas questões subjetivas, como por exemplo a questão

da confraternização, das festas, que foram mantidas. Os churrascos continuaram em 78, 79, e nós inauguramos uma Semana do Professor no período de 15 de outubro, fazendo uma Semana do Professor com debates muito intensos da conjuntura nacional, da literatura brasileira. Trouxemos aqui nomes muito fortes, como Antônio Cândido e diversos outros para fazer uma série de conferências e debates que, para nossa satisfação, eram muito concorridos. Lotávamos os maiores auditórios. Eu lembro do debate com o Antônio Cândido lá onde funciona a prefeitura hoje, o antigo Sócio-Econômico, no auditório que hoje é o Art 7. Não coube todo mundo para ouvir o Antônio Cândido falar. Era uma coisa impressionante para nós. E eu acho que, nesse sentido, o debate, não só o debate estritamente político, mas o debate cultural, o debate acadêmico, a confraternização, são elementos bastante importantes, que devem ser considerados. Isso também se conseguiu nesse período sindical de 78 a 80. Conseguiu-se manter esse equilíbrio, entre o político, o cultural e o lazer.

E aproveito também para registrar um outro elemento interessante nessas histórias. Em 73, nós fizemos aqui o primeiro ato que marcou a retomada do movimento estudantil na Universidade. A ditadura tinha umas leis

"Nós lançamos a campanha da construção do Hospital Universitário. Fomos para a rua, para que se terminasse o HU. Tivemos um grande apoio da cidade, um grande apoio da população para essa campanha".
(Luiz Fernando Scheibe)



engraçadas. O 477 dizia que você só poderia concorrer a eleições estudantis por um partido. Olhem o 477, que está escrito lá. Você era obrigado a ter partido para concorrer às eleições. Então, nós fomos obrigados, aqui na Universidade, a fundar um partido, registrar o partido na reitoria, com estatuto, com diretoria e com tudo, para poder concorrer às eleições. Então, nós fundamos o Partido Universitário da Ação, o PUA. E aí montamos chapas em todos os diretórios para disputar as eleições. Era obrigado ter um partido registrado. Só para lembrar isso.

Em 73, também na gestão do professor Lacerda, suspendeu-se o direito a repetir a carne no RU. Isso foi um problema que causou uma enorme insatisfação e revolta nos estudantes. Porque, aqui próximo à Universidade, havia várias pensões. O pessoal vinha do interior e ficava nessas pensões. Eles iam com suas bolsas para o almoço, comiam, repetiam a carne, punham em um saquinho, botavam dentro da bolsa e levavam para a janta em casa. Então, aquela repetição da carne era super-importante. Eu era presidente do Diretório Acadêmico nessa época e um dos presidentes do PUA. Então, se programou a famosa batucada, o bate-copo e bate-prato lá no RU, no dia em que o Jarbas Passarinho estava aqui visitando o Lacerda na reitoria. Então, foi aquele escândalo. Nós ficamos dois dias lá, depois voltou o repeteco. Aí se conquistou de novo o repeteco, foi uma festa e tal. Aí nós lançamos a campanha da construção do Hospital Universitário. Nós fomos para a rua, para que se terminasse o Hospital Universitário. Estudantes, maquetes, plásticos... Nós tivemos um grande apoio da cidade, um grande apoio da população para essa campanha.

Fomos para Brasília, uma comissão de três estudantes, para falar com o Ministro, porque nós queríamos reivindicar a construção e conclusão do Hospital Universitário. Não consegui-

mos marcar audiência, porque o Lacerda disse que era impossível, que nós tínhamos que tentar por aqui, porque jamais conseguiríamos falar com o Ministro, que era o Jarbas Passarinho. Aí eu disse: "Não, nós vamos assim mesmo." Fomos para Brasília, ao Congresso. Conseguimos falar, na época, com o senador Antônio Carlos Konder Reis, senador biônico, mas muito amigo da mulher do Jarbas Passarinho, hoje já falecida. E a mulher do Jarbas Passarinho se comprometeu com ele que ia arrumar audiência e falou com o Passarinho. Aí o Passarinho disse: "Não tem problema. Vou receber os meninos."

O Passarinho é um gozador de primeira. Quem já esteve mais perto pode confirmar isso. É um dos grandes quadros da ditadura e muito irônico. Eles iriam nos receber desde o aeroporto. Aí chegamos no aeroporto, base aérea na ditadura. Carro, segurança. Passarinho nos recebeu, nos cumprimentou e tal e disse: "Ah, vocês são aqueles que lideraram o bate-pratos quando eu estava lá na reitoria, seus safados!" Ele nos encheu de desaforos, nos xingou. Eu pensei: "Pô, agora estamos presos." Fomos para o Ministério. Ele chegou lá no Ministério e falou: "Vocês podem procurar aqui no Ministério inteiro. Se vocês acharem aqui um pedido daquela reitoria e daquele reitor incompetente – ele não falou bem isso, claro – para concluir o Hospital Universitário, nós autorizamos agora concluir todas as obras imediatamente. Não existe um pedido aqui dentro."

Ele sabia, é claro. Porque, em Brasília, o Centro de Informações funcionava. Era super eficiente. Aí nós voltamos e aproveitamos. Já estava todo mundo com aquela revolta contra a gestão do Lacerda, marcada antes de tudo por essa inércia, por esse marasmo, por essa incompetência. Chegamos e convocamos uma coletiva de imprensa no aeroporto. E o jornal *O Estado* publicou: "Ministro diz que o reitor é incompetente". Lavamos a alma.

A APUFSC na Nova República

De associação a Sindicato

A programação comemorativa dos 20 anos da APUFSC prosseguiu no dia 26 de maio, com mais um debate da série "Revendo a História". Neste dia participaram os professores Raul Guenther, Hamilton Abreu e Luiz Henrique Verani, que presidiram a entidade nos períodos de 1982 a 1984, 1984 a 1986 e 1986 a 1988, respectivamente. Na coordenação dos trabalhos da mesa estava a professora Tanira Piacentini.

Raul Guenther

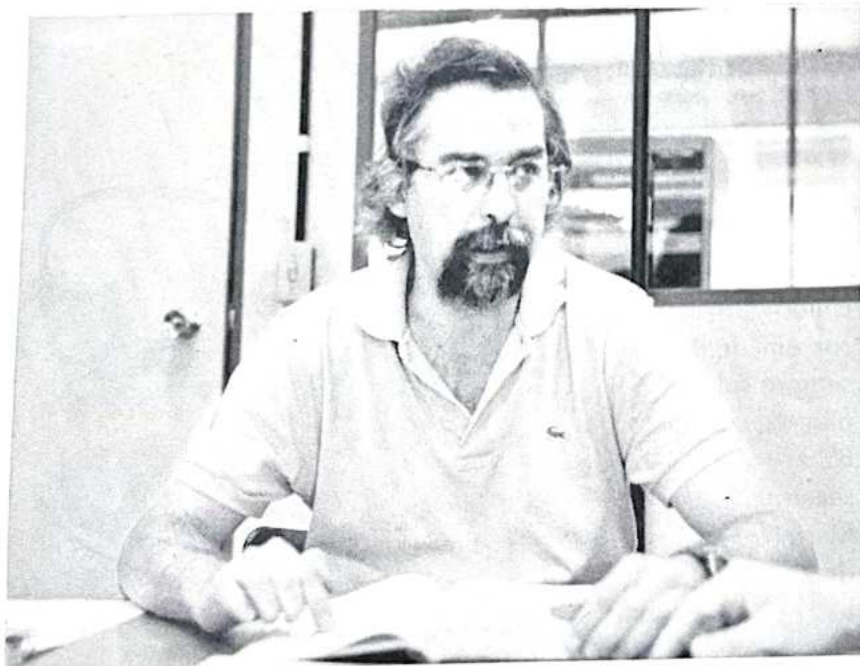
Para as pessoas aqui presentes tal vez eu não precisasse me apresentar, mas eu tenho a pretensão de que o que a gente vai discutir seja ouvido por professores que não estão aqui, principalmente pelos meus 500 colegas que entraram mais recentemente na universidade – os “desurpados” –, a quem vou direcionar este depoimento. Para eles eu preciso me apresentar porque eu não estive na universidade nos últimos anos, quando eles ingressaram. Bom, eu sou professor do Departamento de Engenharia

Mecânica. Já era professor do Departamento de Engenharia Mecânica quando presidi a APUFSC. Tinha concluído o meu mestrado e era professor em dedicação exclusiva, como sempre fui. Peço desculpas porque não vou conseguir falar do período de 82 a 84. Na verdade, participei da segunda gestão do Professor Maciel. Maciel foi presidente pela primeira vez de 78 até 80. Em 1980, ele foi reeleito presidente e eu fui eleito vice-presidente. Só que um mês depois, ele pediu licença para ser presi-



Raul Guenter

Professor do Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC, foi presidente em exercício na gestão 80/82 e presidente na gestão 82/84



dente da ANDES, e eu assumi a presidência da Associação dos Professores em 1980. Por isso para mim é muito difícil, até em termos de memória, separar os dois períodos. Porque depois eu fui eleito presidente em 1982. E aí, nesse sentido, está correto o registro. Então, peço licença para que o meu depoimento seja sobre o período de 1980 a 1984, época em que, de fato, eu estive presente na direção da Associação. Eu queria com isso dizer a primeira coisa: Isso aconteceu há 15 anos, em 1980, certo? Portanto, quem estava assumido a presidência da Associação dos Professores era um professor com 27 anos. Eu desejo ressaltar justamente isso: quem estava assumindo – não só eu, mas todas as pessoas que participaram da nossa chapa – a direção da Associação dos Professores eram professores recém-ingressos na Universidade. Às vezes já com alguns anos, mas não com muito tempo de Universidade. Nós éramos professores colaboradores, não estávamos incluídos na carreira, tínhamos uma situação instável dentro da Universidade e sofriamos um pouco mais do que os nossos colegas da carreira toda a opressão que na época se desenvolvia e era desencadeada pelas direções da Universidade, constituídas

pelos chefes de departamento, coordenadores de curso, diretores de centro.

Isso que existe hoje, de a gente eleger o chefe de departamento, coordenador de curso, representantes no CEPE (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão), representantes no Conselho Universitário, Reitor, isso era uma coisa que não existia. Todas as pessoas, em todas as funções, eram nomeadas. O reitor era nomeado pelo Presidente, que, na época, sempre era um general. E esse reitor nomeava os demais dirigentes da Universidade, que desenvolviam, então, toda a sua política aqui dentro. Foi essa época que nós vivemos e foram esses professores recém-ingressos que assumiram a direção da Associação a partir de 1980. A gestão anterior, do professor Maciel, foi que preparou o caminho para que a nossa diretoria assumisse a direção. Porque nós tínhamos uma outra característica: em boa parte éramos militantes de primeira viagem. Eu mesmo! A primeira assembléia geral a que eu fui na minha vida foi como professor. E outros que participaram desta gestão e do movimento tiveram uma trajetória semelhante. A gestão do professor Maciel, dentro do conselho de representantes, preparou a gestão que veio depois. Eu era membro do conselho de representantes. Depois, num processo de discussão, montou-se uma chapa, da qual eu participei como vice-presidente e acabei assumindo a presidência, logo após a saída do Maciel. Eu queria dizer aos 500 professores recém-ingressos que o movimento de 1980 foi feito pelos professores que estavam entrando na Universidade, pelos professores novos.

Quero dizer que estou aqui dando esse depoimento na esperança de que algum deles um dia o assista, e o que a gente fez possa servir para alguma coisa adiante. Isso posto, vou fazer meu depoimento relatando nossas lutas e as formas pelas quais nós as desenvolvemos, para que, dentro da perspectiva histórica, isso possa ser

analisado e se verifique como é que nós todos vamos dar continuidade às lutas daqui para frente. Pelo que lutávamos nós naquele momento? Lutávamos por uma carreira, lutávamos por salário e lutávamos por uma universidade pública, gratuita e comprometida com a maioria da população. A nossa chapa tinha o mesmo nome da anterior. Era a chapa "Independência e Luta", baseada fundamentalmente na independência do movimento sindical, perante todas as instituições, e na característica de levar adiante a luta dos professores. Então, a nossa luta era essa. Nós queríamos uma universidade, que fosse comprometida com a maioria da população, queríamos salários, queríamos estabilidade no emprego, queríamos uma carreira, que na época não existia. E o movimento todo foi desenvolvido com base nessas bandeiras, digamos assim.

Muito bem, a primeira coisa que eu queria dizer é a seguinte: durante um certo tempo, nós tivemos um pouco de vergonha de lutar por carreira, de lutar por salário. Desde aquela época a gente enfrentava estudantes que estavam se formando. Eram as famosas assembleias de formandos. Quando pedíamos salário toda vida eles diziam: "Olha, vocês estão prejudicando a Universidade. Estão lutando só por salários". Eu acho que, em alguns momentos, nós nos sentíamos um pouco envergonhados e dizíamos: "Não, a nossa luta não é só por isso. Nossa luta é também por uma universidade pública, uma universidade gratuita, uma universidade comprometida com os interesses da população." E, talvez, em muitos momentos nós não tínhamos percebido que a luta salarial foi absolutamente fundamental para que a Universidade tivesse hoje ainda a qualidade que tem. Olhando para trás, quinze anos para trás, eu estou absolutamente convencido disso. Se não tivessem ocorrido aquelas lutas salariais, com ganhos, hoje a Universidade não seria mais nem isso que ela é. Porque os professores teriam ido embora, iriam fazer

outras coisas. Não teriam lutado para fortalecer a dedicação exclusiva. Não teriam se dedicado a se formar. Não teriam se dedicado à universidade como se dedicaram. Então, hoje eu não tenho mais nenhuma vergonha de fazer luta salarial. A luta salarial é a luta pela universidade pública e gratuita. A luta pela estabilidade no emprego que nós tínhamos naquele momento era a luta pela universidade pública e gratuita. Porque a estabilidade era fundamental para que os professores não fossem perseguidos dentro da Universidade. Nós tivemos e enfrentamos reitores que faziam concursos e diziam aos professores que passavam no concurso – o professor Jerônimo está aqui e pode relatar melhor do que eu seu processo –, diziam o seguinte: "Você passou no concurso mas não vai entrar e pronto!" Então, a luta pela estabilidade no emprego – evidentemente que não desvinculada de uma avaliação, que se faz necessária para o desempenho das nossas funções – é absolutamente fundamental, para garantir que não hajam perseguições, para garantir a liberdade, para garantir que o professor possa exercer toda a amplitude da sua função. Essa é a primeira coisa que eu gostaria de ressaltar. Não tenho mais nenhuma vergonha de fazer luta salarial. Estou plenamente convencido de que ela foi fundamental para manter a universidade pública. Eu acho que, na época, nós tivemos algumas dificuldades, como hoje existem outras.

Uma dificuldade fundamental era a seguinte: Às nossas reivindicações, era contraposta uma proposta clara de privatização, a proposta de transformar as universidades federais, que funcionavam na forma de autarquias, em fundações. E isso era acenado como uma possibilidade de aumento de remuneração. Então, colocava-se claramente como uma alternativa para os professores: "Olha, vocês podem ficar lutando aqui, lutando por uma carreira, lutando por salários, por verbas para a universidade, mas também



“Se não tivessem ocorrido aquelas lutas salariais, com ganhos, hoje a Universidade não seria mais nem isso que ela é. Porque os professores teriam ido embora, iriam fazer outras coisas. Não teriam lutado para fortalecer a dedicação exclusiva. Não teriam se dedicado a se formar. Não teriam se dedicado à universidade como se dedicaram.”

(Raul Guenther)

existe uma alternativa: Nós podemos transformar as universidades em fundações, fazer com que elas tenham mais flexibilidade para a captação de recursos e, com isso, nós vamos poder ter mais verbas entrando na Universidade. Obviamente, a partir disso, a universidade vai poder pagar melhor, a universidade vai poder ter laboratórios mais bem equipados, etc.” Esse projeto nos foi oferecido e foi amplamente divulgado. E nós, professores, enfrentamos essa discussão. Nós mostramos que esse era o caminho para a privatização da universidade. Nós mostramos que a flexibilização administrativa era, na verdade, a maneira de fazer com que o governo se descomprometesse com a manutenção da universidade pública e gratuita que nós defendíamos. Não foi simples fazer isso. Porque muitos professores eram a favor disso.

A universidade era dividida entre professores francamente favoráveis a esse projeto e professores contrários. Nós enfrentamos essa dificuldade, por exemplo, no Centro Tecnológico. E lá a proposta de fundação foi rechaçada. E uma das coisas mais memoráveis para mim – aí entra um pouco de saudade – foi uma assembléia geral que nós fizemos na reitoria, para tomar posição sobre o projeto das fundações. Foi uma assembléia geral que contou com 250 professores para discutir o projeto de fundação. Não era para discutir para ver se entrava ou não em greve – nessas havia bastante

gente. Era uma assembléia para discutir o projeto das fundações, discutir ponto a ponto. Nós levamos horas discutindo aquele negócio todo. Era uma coisa super-complicada. Os professores ficaram lá, discutindo – alguns daqueles que estiveram lá estão aqui e podem lembrar isso também – e mostraram que eram contra o projeto e porquê. E nós levamos essa posição a nível nacional, levamos nossa argumentação para professores de outras universidades.

A nossa Associação dos Professores ganhou uma relevância nacional muito grande, por causa disso. Porque participou ativamente desse processo. E devo dizer que essa discussão foi feita com muito trabalho e muito estudo. A Luzete (Pereira), a Marli (Auras), que não estão aqui hoje, participaram muito ativamente. Também o Célio (Espíndola), o Daniel Hertz. Um monte de gente que não está aqui hoje participou ativamente da discussão desse projeto e da elaboração da contraproposta que nós fizemos. Nós tínhamos que trabalhar e estudar muito as coisas, mas conseguimos. Conseguimos derrotar aquela proposta do governo. Ela era uma dificuldade para nós. Mas eu digo que ela foi transformada em uma facilidade. Por quê? Porque nos vinculamos as duas lutas, a luta da questão salarial, da carreira, com a questão do projeto para a Universidade. Então, nós mostramos que nós queríamos, sim, melhores salários, nós queríamos, sim, uma carreira, mas não ao preço de vender a Universidade. Na minha interpretação, a postura que foi tomada por aquela assembléia foi exatamente essa. A postura de não entregar a Universidade por salários e por outras facilidades que se anunciavam. Então, nós tivemos a dificuldade, que transformamos, eu acho, em uma certa facilidade.

Agora, na minha interpretação, o que nos motivava? É um outro ponto de que eu queria falar. O que motivava aquelas pessoas lá, com 27 a 30 anos, recém-ingressos na Universidade, professores novos, sem estabele-

de, sem carreira, etc? Adquirir a estabilidade, adquirir a carreira, adquirir essa universidade pública e gratuita, comprometida com a população. Para isso, precisava o quê, no nosso entendimento? Precisava democratizar a Universidade internamente. Aí, desenvolveu-se toda a luta por eleições diretas na Universidade. Hoje nós temos eleições em todos os níveis.

Mas também nos motivava, eu acho, uma outra coisa. No meu entender, o que também nos motivava era que a gente olhava para a universidade que nós tínhamos e dizia: "Não, não é possível que seja só isso! Não é possível que a atividade na universidade fique limitada a essa coisa presa dentro do campus. Não é possível que a universidade seja tão restrita nas suas ações. Não é possível que não haja outra maneira de dar aula a não ser pela postura do exercício da hierarquia do professor sobre o aluno. Não é possível que não haja outra didática. Não é possível que não se construam outras relações dentro da universidade." Era isso que gente enxergava.

Tanto é que a primeira greve que nós tivemos, em 1980, foi uma greve com uma participação tremenda de professores e estudantes. Os estudantes estavam presentes na greve. Eles tinham uma situação meio confusa, se entravam em greve ou não... Mas, enfim, quando estava tudo parado, eles vieram e participaram. Foram montados debates, discussões sobre essas questões do dia-a-dia, de como nós íamos exercer a nossa profissão, o que a gente ia fazer. A gente queria, estava motivado para construir outra universidade. A universidade que nós vivíamos não servia para nós. Nós estávamos indignados com ela e queríamos construir uma outra universidade. Eu acho que era isso que nos movia – junto com as questões de carreira, etc e tal – mas isso nos movia. Isso gerava uma interação grande com os estudantes.

Posso dizer que aquele foi um dos processos em que mais aprendi dentro da Universidade. Aprendi com os meus colegas, aprendi com os meus alunos. Na minha percepção, foi um momento

em que vivi uma universidade, participei de uma universidade. Porque antes disso a gente não conhecia ninguém. Eu só conhecia os professores do meu departamento e olhe lá. Alguns deles. Eu não conhecia gente de outros centros. Eu não conhecia gente do Centro de Educação, do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, do Centro de Saúde, do Centro Sócio-Econômico.

Nas assembleias gerais, no transcurso desse movimento, nós aprendemos que existia alguém além de nós. Existia um departamento que não é o nosso, existia um centro que não é o nosso. Existia um colega lá do Centro de Educação que tem muito a nos ensinar e a quem também temos algumas coisas a dizer. É por isso que o professor da engenharia falava com os outros, e os outros falavam com o professor da engenharia. E tanto os professores do Centro de Ciências Humanas ouviam o que dizia o professor da engenharia, como nós ouvíamos o que diziam os professores dos outros centros. Isso foi uma coisa, a meu ver, absolutamente fundamental nesse processo. A nossa indignação, a nossa vontade de construir outra universidade, o nosso empenho em fazer isso, a mobilização que ocorreu e o processo todo que se desenvolveu, eu acho que foi um dos mais ricos que eu, particularmente, vivi em toda a vida. Essa era uma outra coisa que eu queria ressaltar neste depoimento. Porque é claro, é evidente que eu estou fazendo um paralelo com a situação de hoje.

Hoje nós estamos numa situação muito parecida com aquela que nós tínhamos. Está cada um no seu canto, fazendo as suas coisas. E quando existe uma oportunidade de uma assembleia, de uma discussão em conjunto, nós até resistimos. Eu queria deixar esse depoimento para os professores, os 500 que não tiveram essa experiência. Queria dizer que ela foi muito rica e muito importante para construir a Universidade da forma que ela está hoje. Ao organizar esta intervenção também pensei em falar uma outra coisa: Quando começou essa última greve, eu fui para a sala discutir com os meus alunos, e os

"A atividade sindical que nós desenvolvemos, não só na Universidade, mas também ajudando a organizar outras categorias, participando, levando nossas propostas. Houve um trabalho imenso nesse sentido. A APUFSC foi chamada para participar de um plano para reelaborar a política estadual de educação em Santa Catarina (Raul Guenther)

argumentos por eles levantados eram exatamente os mesmos de 15 anos atrás ("Olha, vocês estão prejudicando a Universidade. Estão lutando só por salários. Será que a greve é a melhor forma de luta?"). Aí eu brinquei perguntando: "Escutem, há quinze anos atrás vocês estavam onde? Eu já estava aqui e estava ouvindo dos colegas de vocês os mesmos argumentos. Agora é fácil responder; estou super-treinado." Então mostrei que o movimento docente soube utilizar formas de luta diferenciadas em diversos momentos. Foi necessário desenvolver mobilizações dentro dos departamentos, para conquistar as eleições. Não fizemos greve para conquistar eleições. E foi uma conquista importante, a partir das mobilizações internas que aconteceram nos vários locais de trabalho. Mas, no embate mais profundo com os governos, nós muitas vezes fomos levados a utilizar a greve como forma de luta. E é preciso reconhecer que as greves na universidade, trouxeram algum prejuízo. Por exemplo: Na primeira greve, demorou um mês para os alunos se formarem. Houve, portanto, algum prejuízo. Na época, os formandos diziam que eram prejuízos monstruosos. Mas eu estou completamente convencido, - eu tenho certeza - que se hoje nós reuníssemos aquela turma toda para fazer um churrasco, e para ver se aquele mês de atraso na sua formatura teve alguma importância na sua vida profissional, haveria praticamente uma unanimidade de que aquilo não causou prejuízo. Agora, o benefício que trouxe!

Nós termos desenvolvido essa luta, termos conseguido manter os professores capazes dentro da Universidade, dedicando-se a ela. Aquele mês de prejuízo pode ser completamente desconsiderado. Hoje nós temos a obrigação de colocar isso nessa perspectiva histórica, temos a obrigação de discutir isso com os nossos alunos. Nós temos que mostrar a nossos alunos que o serviço público nesse País foi destruído e que ainda não conseguiram destruir a Universidade. Porque tentaram transformá-las em fundações, tentaram transformá-las em autarquias especiais, tudo isso foi

feito há muitos anos atrás. Os professores, estudantes e servidores não deixaram que isso acontecesse. A Universidade não foi privatizada, a Universidade não foi destruída devido à luta e à mobilização destas categorias. Por isso, quando a gente pensa na greve como forma da luta, nós temos que pensar nessa perspectiva histórica. Nós temos que pensar que, daqui a quinze anos, nós vamos estar aqui de novo. e vamos ter que dizer: "Olha, os caras tentaram e não conseguiram nos destruir. Fizemos mudanças na Constituição, tentaram tirar a nossa estabilidade, tentaram acabar com a nossa carreira, tentaram tirar todas as verbas, e nós não deixamos." Foi isso que se fez nessa universidade com o movimento docente. É isso que se fez nesses 15 anos que estão para trás. E é isso que eu queria contar aos meus 500 colegas com os quais eu ainda não consegui falar. Eles precisam saber que, naquela época, foi o pessoal que estava entrando na universidade que puxou a coisa toda. Foi aquele pessoal que estava indignado com aquela situação toda que levou o movimento em frente. Mas nós contamos com a contribuição, com o apoio de muitos colegas que já estavam situados na carreira, que estiveram sempre presentes nas nossas lutas. E eu estou convencido de que hoje é a indignação dos meus quinhentos colegas, apoiada por todos nós, que pode mudar esta universidade. Porque eu tenho certeza que os meus quinhentos colegas e muitos outros não estão satisfeitos com isso que a gente vê na Universidade. Evidentemente, hoje são outras lutas que vão se desenvolver. Os ataques continuam muito parecidos, mas são outras lutas que têm que se desenvolver dentro da Universidade.

É para esses meus colegas que eu quero dar esse depoimento e dizer que eu conto profundamente com sua indignação, sua capacidade de mobilização e sua capacidade de mudar essa universidade, para que ela seja uma universidade pública, para que ela seja uma universidade gratuita e para que ela seja uma universidade que sirva à população que nos sustenta.

"Nós temos que mostrar aos nossos alunos que o serviço público nesse país foi destruído e ainda não conseguiram destruir a Universidade. Tentaram transformá-la em fundação, em autarquia especial, há muitos anos atrás e a Universidade não foi privatizada, não foi destruída devido à luta e a mobilização dos professores, estudantes e servidores."

(Raul Guenther)

Hamilton Abreu

Boa noite! Realmente é com muito prazer que eu recebi o convite para estar aqui e recordar o passado, fazer, de certa forma, o nosso *cantinho da saudade* e também documentar essa história para os colegas, não só para os que já estão entrando, como também os que virão para a universidade. Acho que é extremamente importante começar a conhecer a nossa própria história, porque se não, corre-se o risco de se surpreender com algumas coisas e de se achar que as coisas sempre foram como estão ou que não possam ser diferentes, e isso, ao meu ver, é muito perigoso.

Como foi pedido que se fizesse a apresentação, acho que a minha apresentação já é um elemento importante de reflexão sobre a situação da Universidade hoje e ontem. Eu também sou do Centro Tecnológico, sou professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e comecei a trabalhar aqui na Universidade, numa condição especial, ou seja, vim para ajudar a implantar o curso de Arquitetura. Fui contratado em São Paulo. Estava trabalhando em São Paulo, em 1979, e a Universidade, naquela época, se dava a condição de me contratar em São Paulo e me trazer, semanalmente, de avião aqui para Florianópolis. Eu dava de duas a seis aulas na quinta-feira e voltava na sexta, de avião, para São Paulo. Ficava aqui hospedado em hotel quatro estrelas. Passei o período de 1979 até 1980 nessa situação.

Logo que conheci Florianópolis, optei por vir morar aqui, exatamente por ter adorado a cidade. Eu encontrei resistência doméstica, familiar, no sentido de não se fazer a transferência e passei dois anos tentando convencer que nossa qualidade de vida aqui em Florianópolis seria melhor do que em São Paulo. Quando consegui convencer a esposa a respeito da transferência, nós nos transferimos para cá, em 1981. A partir de 83, aconteceu comigo algo semelhante ao

que tinha acontecido com o Guenther, em relação a Maciel. Ou seja, o Guenther teve que ir para a ANDES, e eu acabei assumindo, em vários períodos, a direção da entidade, porque apesar de eu não ter feito parte da chapa, acabei sendo eleito, em uma assembléia, para compor a diretoria, e suprir uma vacância na vice-presidência. Eu já vinha, de certa forma – não só no Centro Tecnológico, como também nas assembléias –, participando, discutindo, porque estava, também, muito insatisfeito com a condição da Universidade, principalmente levando em consideração o potencial que havia e eu estava percebendo a dificuldade de se desenvolver esse potencial. Acabei sendo convidado para ser vice-presidente. Eu me assustei logo com aquilo. “Por que logo eu? Estou apenas chegando aqui em Florianópolis. Mal conheço, inclusive as pessoas, etc e tal.” Mas acabei cedendo e assumindo a vice-presidência e, em boa parte, no período final da gestão do Guenther, também a própria presidência.

Um dos momentos mais críticos que nós vivemos foi a greve de 1984.



Hamilton Abreu

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, foi vice-presidente da APUFSC na gestão 82/84. Em maio de 1984, assumiu a presidência interinamente. Foi presidente na gestão 84/86





“O movimento docente durante a ditadura, quando o movimento sindical brasileiro começava a dar os seus primeiros passos, começou a criar uma postura sindical absolutamente diferente, com uma estrutura independente e de ampla participação das bases. Isso foi extremamente importante, não para a nossa categoria, mas para a história do movimento sindical no Brasil.”

(Hamilton Abreu)

Uma greve realmente duríssima, que o governo de então tinha decidido que nós não íamos ganhar, porque já tínhamos ganho as anteriores. Tínhamos feito já três greves e tinha sido uma decisão de Estado que nós não iríamos ganhar a greve. O governo estava disposto, inclusive, a enfrentar tudo. E de fato enfrentou. Enfrentou uma greve de 90 dias, enfrentou a opinião pública inteira do País contra ele. Nós recebíamos solidariedade e manifestações de toda a sociedade. O que nós chamávamos, na época, de o “desmonte das universidades” ficou público. Talvez tenha sido o período em que mais se discutiu a problemática da Universidade, em que mais se fizeram denúncias, em que a imprensa, inclusive, diariamente estava aqui, dando cobertura e denunciando as condições que nós estávamos enfrentando. Mas, mesmo assim, o governo Figueiredo e a Ministra Esther Figueiredo Ferraz mantiveram uma situação de absoluta dureza e intransigência, decididos que nós deveríamos perder. E acabamos, efetivamente, perdendo a greve.

Foi a primeira greve em que nós não conseguimos sequer abrir um canal de negociação e nem ter qualquer uma das reivindicações atendida no período da greve. Isso, a meu ver, de certa forma coloca algo que acho importante para nós pensarmos, principalmente no atual momento. Ou seja, nós tínhamos um momento em que o governo permitia inclusive situações que hoje, pelo risco que eu vi se manifestar em algumas pessoas da plateia, parecem até surpreendentes, como trazer um professor de São Paulo para implantar um curso, etc e tal. Por outro lado, também se mostrava extremamente intransigente, no sentido de qualquer negociação. E, com isso, o que ele fazia? Só negociava às custas de pressão e de grande mobilização.

Isso me parece importante para dimensionarmos algo, ao meu ver, fundamental: O que representou o movimento docente num momento em que estávamos num processo de dita-

dura e, principalmente, em que o novo movimento sindical brasileiro ainda começava a dar os seus primeiros passos? O que representou o movimento docente naquele momento? Ele começou a criar uma postura sindical absolutamente diferente, com uma estrutura independente e de ampla participação das bases. A participação nas assembleias, o respeito às decisões das assembleias, e as decisões junto à base significaram um momento extremamente importante, não só para nós como categoria de professores, mas seguramente, para a história do movimento sindical no Brasil. Essa discussão precisa ser feita.

Dentro desse contexto, acho que nós temos que ter a compreensão da relação que conseguimos estabelecer com as universidades no Brasil. Porque tentava-se, de certa forma, “comprar” essa insatisfação, através de vários projetos apresentados pelo governo, não só com relação às fundações como também, posteriormente, com o chamado projeto GERES. A partir de uma análise talvez mais refinada e mais inteligente, ele tentava transferir para dentro da universidade as diversas crises que sucessivamente nós estávamos enfrentando com o governo.

A partir da idéia de um orçamento único para cada universidade, o governo daria autonomia para as universidades discutirem como elas iriam aplicar essa verba. Isso, efetivamente, representava uma tentativa de se implantar uma estrutura de ensino pagas às avessas, ou seja, indiretamente. A partir do momento em que se transferisse para a universidade uma determinada quantia, os diversos movimentos iriam disputar para que se definissem se as prioridades seriam do movimento de estudantes, do movimento de professores ou do movimento de servidores. Com isso, seguramente, estava-se pretendendo que para se viabilizar a universidade, nós tivéssemos que negociar o ensino pago com os estudantes. Acho que essa discussão o movimento docente teve. No nosso período, esta luta se deu para defender uma universidade autônoma.

ma, mas mantida pelo Estado.

Para isso, nós tivemos a clareza do momento pelo qual se estava passando. Passávamos de uma ditadura para um regime supostamente democrático, ou pelo menos mais democrático, “semi-aberto”, como diz aqui a Tani- ra, com muita propriedade. Estávamos vivendo um momento muito importante e conhecê-lo é muito apropriado para pensarmos as condições atuais. Porque o final da nossa gestão coincidiu justamente com um momento muito dramático, que foi o Plano Cruzado. E, como vocês devem estar lembrados – a maioria, seguramente, se não vivenciou, tem informações sobre isto –, foi um momento em que os meios de comunicação neste país foram utilizados de uma forma bastante autoritária, bastante alienante, no sentido de convencer a população de que ia dar certo. E isso se conseguiu com mecanismos artificiais para controlar a inflação. A população toda estava entusiasmada e, justamente dentro dessa posição de entusiasmo, nós começávamos a questionar o Plano Cruzado e começávamos também a cobrar a necessidade de uma política verdadeiramente séria para o desenvolvimento do País.

Isso fez com que nos isolássemos bastante, não só na Universidade, como também da própria sociedade. Ou seja, de repente, quando íamos à imprensa ou começávamos a questionar que era necessário que se tomassem medidas mais conseqüentes, nós éramos acusados de sermos aventureiros, de sermos radicais, de sermos irresponsáveis, em função de que não estávamos aderindo ao coro geral de que tudo ia dar certo e que o País ia ter a vitória sobre a sua grande inimiga, a inflação. Apesar dessa ameaça, acho que foi extremamente importante ter essa compreensão, para a discussão do que se fez naquele momento. E acho que isso só foi possível devido à estrutura que o movimento docente conseguiu criar, uma estrutura de discussão aberta. A partir do momento em que havia essa ampla participação, foi possível fazer com

que setores importantes da Universidade não se deixassem contaminar pelo “canto de sereia” que era, naquele momento, o Plano Cruzado.

Nós também pagamos um preço bastante grande por isso. O movimento docente, naquele momento, ficou bastante isolado. Nós acabamos tendo uma situação difícil aqui dentro da nossa universidade e no País. Acho que, a partir daí, o movimento começou a ganhar uma nova qualidade. Justamente, a discussão desta nova qualidade é que seria de fundamental importância para aprofundarmos agora. Nós, até então, tínhamos conseguido manter uma participação efetiva por parte do movimento docente porque estávamos associados às lutas de caráter sindical, à luta pela defesa da universidade. A partir desse isolamento, começávamos a centrar mais as nossas reivindicações e os nossos encaminhamentos no caráter sindical do nosso movimento. Com isso, acabamos nos isolando também em termos de conseqüências. E acho que a grande dificuldade que nós estamos vivenciando hoje está sendo fundamentalmente esta: nós não estamos conseguindo estabelecer o vínculo necessário entre as reivindicações mais imediatas, mais urgentes, que o movimento tem, e a nova universidade.

De certa forma, temos deixado de fazer uma discussão que é de fundamental importância – em cima dela é que o movimento teve condições de crescer –, que é exatamente uma proposta alternativa para a universidade brasileira. A partir do momento que nós não estamos tendo essa proposta alternativa, temos nos colocado em uma situação defensiva. Só temos dito o que nós não queremos, mas ainda não tivemos condições de formular o que queremos. Acho que seria extremamente importante, no momento em que estamos fazendo essa reflexão, resgatar como surgiu o movimento docente. Ele se formou, fundamentalmente, em cima de uma proposta para a educação no Brasil e para a universidade brasileira. Em cima disso, as nossas lutas acabaram sendo corolá-

“Temos deixado de fazer a discussão de uma proposta alternativa para a universidade brasileira. A partir do momento que nós não estamos tendo essa proposta, temos nos colocado em uma situação defensiva. Só temos dito o que nós não queremos, mas ainda não tivemos condições de formular o que queremos.”

(Hamilton Abreu)

rio desta postura mais geral, e agora nós estamos tendo dificuldades de enfrentá-las.

Seguramente, o isolamento que nós sofremos, a partir de 1986, foi extremamente importante para isso. Talvez tenhamos tido a competência de enfrentar corretamente a ditadura. Mas, a partir do momento em que se criou a semi democracia ou o regime semi-aberto, nós talvez não tenhamos tido a

mesma eficiência. Acho que esse aspecto seria extremamente importante para a nossa discussão e, a meu ver, o fundamentalmente provocado pelo isolamento que nós começamos a sofrer a partir de 1986 quando nós não conseguimos dar resposta a uma opinião pública eficientemente manipulada pelos meios de comunicação. Acho que se am basicamente esses pontos que gostaria de levantar.

Luiz Henrique Verani



Boa noite a todos. Eu nunca fui e acho que nunca vou ser bom para falar em microfone. Seguindo um pouco a linha dos meus colegas que me antecederam, até para situar melhor esse processo todo, eu na minha vida nunca pensei em ser professor. Lembro até que no dia que eu fui fazer o vestibular, nas escadaria da FURB, meu pai ainda disse para mim: "Não queres mesmo fazer advocacia?" "Não, eu vou fazer Química mesmo." Daqui a pouco, lá estou eu numa sala de aula. Não sei se isso ainda existe no magistério estadual: o professor designado, aquele professor desqualificado ou em processo de qualificação que ficava à espera das sobras.

As aulas que sobravam eram distribuídas em ordem decrescente de qualificação. A gente se considerava um cachorro que ficava esperando as sobras do processo de qualificação do Estado. As aulas começavam em março e nós recebíamos o primeiro salário em abril. E a única entidade que tinha alguma coisa com o professor de segundo grau – nos anos 70, em 71, 72 – era a famosa ALISC, Associação dos Licenciados de Santa Catarina. Famosa porque tinha sido a primeira entidade de professores que tinha conseguido uma vitória muito grande contra o Estado, numa questão trabalhista. E nós éramos "bóia-frias". E "bóia fria" não tinha voz, ou não queria ser professor. Eu nunca

mais procurei outra profissão. Na época, eles diziam que isso era igual a u vinho. Era aquela questão de saca dócio. Não importa, passando fome ou não, se resiste e vai em frente.

Na época, nós fizemos um pequeno movimento e acabamos fundando a Associação dos Professores do Médio Vale do Itajaí. Tive então uma pequena experiência como presidente de uma associação de segundo grau. Nosso grande trabalho foi entregar numa grande comitiva de cinco integrantes – para o Secretário da Educação, na época o Salomão Ribas Júnior, um plano para o magistério de segundo grau. Terminado aquilo, veio Universidade, em março de 1977.

Eu entrei no Departamento de Química e, por cinco meses, ficando dando volta para não entrar na Associação. Porque sempre tem aquela questão que associação é um trabalho desgastante, porque ninguém ajuda, não é remunerado, e às vezes quem se envolve muito nisso paga caro. Então, há uma doação muito grande, como a gente vê em todo grupo. Mas, um belo dia, de repente, estava eu me associando, lá na sala 401 do CFM. Lá também estavam Osvaldo de Oliveira Maciel, Tanir Piacentini, Airton Oliveira, um dos poucos que a gente não conhecia. Depois de muita discussão, nasceu aquela primeira chapa, que se chamava: "Independência e Luta".

Na gestão do professor Maciel, eu ocupei o cargo de Diretor Financeiro. Posso dizer que aquilo foi – como o professor Guenther colocou – uma grande escola do que se vislumbrava do movimento sindical. Então, a gente tinha a idéia de uma associação pura e simples. Não teve nenhuma oposição e nós assumimos em outubro de 1978. A Associação tinha 350 sócios e quando terminamos a gestão contávamos com 1.550 sócios.

Quando a gestão não vai bem é preciso a gente se fechar uma sala e cada um dizer abertamente o que acha do trabalho do outro, sem constrangimento nenhum. Nós fizemos aquela reunião. O vice-presidente era o Jorge Lorenzetti, que se fortaleceu. E o resultado daquilo tudo foi um comando muito firme, muito importante do professor Maciel. Houve toda aquela questão das greves, o medo que a gente tinha, a primeira assembleia na Reitoria, onde todo mundo suava frio.

A minha atuação nesse período era no sentido de providenciar recursos para que as questões políticas fossem encaminhadas. Retornamos à diretoria em 84, com Hamilton Abreu como presidente e eu agora como tesoureiro. Criamos o Cheque-APUFSC, mecanismo que objetivava defender os associados da inflação e ao mesmo tempo reforçar as finanças da APUFSC. Através dele pudemos posteriormente, em nossa gestão, adquirir a kombi, sistema semi-profissional de som, manter a participação das delegações nos CONAD's e outros eventos da categoria a nível regional e nacional.

A Associação vinha crescendo, vinha se firmando. A partir dali saiu o movimento para a criação da ANDES. Eu acompanhei esse processo, e as primeiras discussões para a criação do PT, no qual me filiei. Após um ano de gestão, tivemos uma divergência com o Hamilton e lançamos um manifesto a todos os associados explicando os motivos da discordância. O divisor de águas estava centrado nas questões: O que é a APUFSC? O que é a



ANDES? E o que é a CUT e a "Clubística"? O manifesto foi a mola que motivou nossa candidatura em 1986 e ali defendemos a participação pluralista. Nosso objetivo era manter o equilíbrio das forças, não permitindo que o caráter sindical da Associação fosse prejudicado e, por outro lado, não fosse esvaziada. Como se falava da APUFSC antes e depois do professor Maciel. Antes, a característica era só associativa: uma sala bonita, com café, papel higiênico perfumado, xerox barato... Depois com aquele movimento, a sala bonita virou uma secretaria, e a coisa mudou. Então, queira ou não queira, na Universidade, como em qualquer lugar, tem um grupo que entende, que sabe da importância do que é reivindicar e também tem a questão vista só como "clubística".

Após essa nossa divergência, na metade da gestão do Hamilton, nós pedimos demissão. Depois, como estava se fortalecendo muito um movimento de divisão para acabar com a Associação, nós voltamos. Mais uma vez, estava lá um pessoal que se chamava da extrema direita e tinha o pessoal da extrema esquerda. E fizemos uma chapa, tivemos uma acirrada disputa e assumimos a APUFSC, em 86. A nossa missão agora era basicamen-

Lulz Henrique Verani

Professor do Departamento de Química da UFSC, foi presidente da APUFSC na gestão 86/88





“O magistério é uma profissão que nós abraçamos e a tornamos um modo de vida, é o falado sacerdócio, mesmo a pão e água se resiste e vai em frente.”
(Luiz Henrique Verani)

te manter o equilíbrio. Não só contornar as questões que poderiam esfacelar a Associação, mas também não deixar de encaminhar as questões postuladas perante o movimento docente: a universidade pública, gratuita e de qualidade.

Nós conseguimos conquistas importantes, participamos de um processo de reclassificação, quando tivemos oportunidade de fazer algumas correções no processo de 1980. Em 80, nós tivemos a primeira reclassificação, a primeira conquista na carreira do magistério superior. Em 87, houve a reclassificação pela qual foi possível corrigir alguns pontos em termos de níveis. O grande ponto que nós conseguimos foi a isonomia em nível nacional, quando nós atingimos o maior patamar de salários da nossa história. Um dos pontos pelos quais se lutava pela isonomia é porque existia uma diferença muito grande entre as universidades. E procuramos também preparar a sucessão, para que se mantivesse, se não dentro da linha,

pelo menos mantendo a bandeira do movimento.

Em todas as CONADs, em todos os congressos, a gente levava esse pessoal, os “discípulos”, para que acompanhassem. Porque às vezes, as pessoas que estão fora fazem uma crítica, mas nunca participaram de um congresso. Quando elas vão, falam diferente. As duas pessoas com quem a gente conversava mais de perto para isso eram o professor Edmundo Lima de Arruda Júnior, que foi nosso assessor jurídico durante toda a gestão, e o professor Almir Quites, que estudou os estatutos.

A chapa sucessória deveria ser composta pelos dois, porém, não houve entendimento e a chapa do Edmundo venceu a do Quites por nove votos e sua gestão se destacou nas questões judiciais, e o Quites continuou o processo realizando fóruns e marcando sua posição na candidatura para Reitoria em 1992. Em rápidas linhas essa foi nossa contribuição ao movimento.

Debate



Tanira Piacentini – Obrigada, Henrique. Eu só queria localizar rapidamente alguns fatos, em cima da fala dos nossos ex-presidentes. Eu acho que há questões que a gente deve enfatizar. Por exemplo, em 84, a greve chegou a 90 dias, se eu não me engano. Eu não confio em minha memória para números.

Hamilton Abreu – Nacionalmente foram 88 dias, mas aqui na UFSC nós mantivemos a greve por 94 dias.

Tanira Piacentini – O Hamilton faz

a análise da pauta de reivindicações. Eu diria que nós tivemos um ganho concreto nessa greve. Eu acho que o grande ganho da greve de 84 foi a divulgação que se fez da Universidade. Levou-se para a comunidade o que é a Universidade, o que ela faz, o que ela é capaz de produzir. Não só a greve de 84, mas também as primeiras greves á tiveram essa característica. Mas eu acho que, como as outras tiveram outros ganhos, a de 84, pelo aumento dessa aproximação, que já vinha sendo construída, pelo menos nesses períodos de greves – que era

um momento em que a gente não estava nas atividades internas –, teve um grande ganho. Além do fortalecimento do movimento docente internamente, houve esse reforço, essa participação maior da sociedade. Também queria lembrar a Assembléia Universitária que aconteceu após a greve, quando nós estávamos levando a discussão de fazer a Estatuinte. Nós tínhamos ficado três meses em greve. Como repor isso? E a proposta do movimento foi: Não. Perde-se o semestre. Assumimos a perda do semestre e vamos fazer a Estatuinte Universitária. Eu vou contar um pouco de casos, já que é para rever a história. Nós tivemos uma assembléia universitária – não docente –, uma assembléia universitária belíssima ali na frente do prédio da Reitoria. Tinha mais de 1500 pessoas.

Hamilton Abreu – Seis mil pessoas!

Tanira Piacentini – Seis mil pessoas? É que eu contei só as assinaturas. E foi unânime a votação da comunidade pela não-recuperação do semestre e pela instalação da Estatuinte Universitária. Infelizmente, no Conselho Universitário, essa proposta foi abortada. Perdemos por um ou dois votos?

Hamilton Abreu – Empatamos, e foi decidido em voto de Minerva.

Tanira Piacentini – Isso. Voto de Minerva. E tivemos que repor o semestre. Então, eu acho que a Assembléia Universitária, naquele momento, foi uma das coisas mais bonitas e mais educativas feitas pelo movimento universitário – não mais docente, nesse momento. A proposta da Estatuinte Universitária era uma bandeira do movimento docente que foi encampada pelos estudantes e pelo técnicos administrativos. Ainda em 84, eu queria nominar os nossos seis candidatos. Nós tivemos a primeira consulta – nós sempre chamamos de eleição – à comunidade, sobre os nomes

que depois seriam levados ao Conselho Universitário, para a composição da lista sêxtupla. E nós tivemos seis candidatos: os professores Maciel, Anamaria Beck, Flávio Valente, Alzira Hessman, Arno Bollman e Marcos Da Ros. Na votação do Conselho Universitário, quatro desses nomes entraram na lista sêxtupla. Não em primeiro lugar. Maciel ficou em segundo. Pegamos segundo, terceiro, quinto e sexto, se eu não me engano. Foi o Rodolfo em 84?

Anamaria Beck - Foi o Rodolfo, o Maciel...

Tanira Piacentini - Foi eleito, então, pelo Conselho Universitário, o Rodolfo. Pelo movimento, pela consulta foi eleito o Rodolfo também. Então, eles mantiveram a lista. Uma outra coisa que eu queria lembrar, também dessa época, era a constante participação do movimento docente nas lutas da sociedade brasileira como um todo. Na briga pelas "Diretas Já", nós tivemos uma grande participação do movimento, aqui em Florianópolis. Como o tema da mesa é "A APU-FSC e a Nova República – de Associação à sindicalização", eu não vou falar sobre isso neste momento, mas eu acho que a gente tem que depois retomar a questão da APUFSC com a ANDES. É que de 86 a 88 começa a discussão, no movimento nacional – e, portanto, local –, autor da passagem da ANDES de Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – que já era o nome, a marca nessa época – para Sindicato Nacional. Eu acho que temos que recuperar isso, porque essa questão foi também um bom "divisor de águas". Neste momento, estava por trás não só a questão "economizamos dinheiro e mandamos dez representantes para a ANDES, ou economizamos dinheiro e fazemos algumas coisas aqui", mas também questões mais amplas que, se ninguém comentar, eu pretendo retomar.

No período de 86 a 88, houve uma divisão dentro do próprio movimen-

to. Porque era e sempre foi o movimento docente. Tínhamos, temos e vamos ter sempre pessoas com posições contrárias dentro do movimento. Isso é democrático, é saudável. Mas caracterizou-se, nessa época, uma coisa muito interessante que, no meu entendimento, também marca um pouco a diferença de visão. Parece que, naquele momento, ganhou a visão de que o movimento docente discute muito, fala muito. Para fazer uma coisa, precisa de uma assembléia. Tínhamos que ser mais rápidos. Nós éramos os "assembleístas" e as pessoas queriam resolver as coisas muitas vezes através dos famosos plebiscitos. Essa simples forma de comportamento, digamos assim, na verdade, estava ocultando outras questões. Eu acho que a grande questão é que, nessa época, nós estudávamos muito. Então, quando o governo vinha com um documento, a gente já via que aquilo era produto de outra proposta que o governo já tinha feito dois anos antes. Então isso, para uma parte das pessoas era muito cansativo. Era perda de tempo. Diziam: "A APUFSC não é para isso! Então vamos resolver essa questão no voto." A proposta era não perder tanto tempo com discussões. Eu acho que esse comportamento do plebiscito foi responsável, inclusive, por muitas das nossas divisões naquele período.

Waldir Rampinelli – Pelo que se vê, a vida da Associação tem sido dura desde o início. Se a gente observar bem, são dez anos de ditadura militar e dez anos de regimes eleitorais autoritários. O que marcou a Associação foi sempre o autoritarismo. O Raul Guenther colocava que, principalmente no início dos anos 80, toda aquela discussão com os alunos fez com que a universidade fosse preservada e que ela chegasse inteira, intacta, pública, gratuita e de qualidade, enfim, voltada para a população. Hoje a gente passa pelos mesmos problemas. Só que aí eu vejo uma diferença. Naquele momento, a gente saía da ditadura militar... Saía, não! Começava o proces-

so de abertura "lenta, gradual e segura" do Geisel. Os partidos estavam se formando, os movimentos sociais nasciam, etc. E, naquele momento, quando se lutava pela defesa da universidade, obviamente se tinha o apoio da população que, cansada da ditadura, apoiava toda a luta em defesa da universidade. A luta dos professores era também uma luta da comunidade, da sociedade. A luta hoje é dos professores em defesa de uma universidade cada vez melhor, mas a gente já não sente o respaldo dentro da sociedade. Isso, em parte, é por causa da conjuntura internacional, em que mudou muita coisa.

O sindicalismo sofreu uma quebra de espinha no final dos anos 80 e nos anos 90. Isso afetou também a universidade. Então, como é que vocês avaliam essa situação: a luta pela universidade nos anos 80 e hoje, comparando com a população um pouco arredia diante da preservação da universidade de pública, gratuita e de qualidade? Eu até diria que muitos dos que participaram do movimento dos anos 80 que eram da entidade, por exemplo, hoje ocupam cargos na administração e quando vêem uma greve, acham que é uma loucura. Quando aconteceu a greve na semana passada, alguém chegou a dizer: "É uma loucura fazer uma greve nesse momento!" Talvez nunca se tenha discutido tanto a LDB nessa universidade como na semana passada. Talvez, nos anos 80, nunca se tenha discutido tanto a Universidade como naqueles momentos. Então, as greves eram fundamentais, às vezes para se discutir a universidade. E a greve feita agora foi fundamental para discutir a LDB dentro da Universidade. Eu pergunto para a mesa como ele avalia isso, essa "quebra da espinha do sindicalismo" – tentativa de quebra, eu diria – e, ao mesmo tempo, a sociedade um pouco apática diante da luta da universidade.

Raul Guenther – É claro que ninguém é cego para deixar de reconhecer mudanças na conjuntura. Naquele momento, no começo dos anos 80

a sociedade toda se mobilizava porque estava estrangulada, sufocada pela ditadura militar. E isso se expressava dentro da universidade também. Isso motivou nossa organização. Assim como a ALISC foi a primeira entidade do segundo grau, como já foi ressaltado aqui, a APUFSC foi um dos primeiros sindicatos. Nós já éramos um sindicato informal. Tínhamos uma atividade absolutamente sindical. Houve uma formalização depois. Nós éramos sindicato de fato, mas nós não éramos sindicato de direito. Talvez mais sindicato de fato do que em algumas épocas depois, quando nós já éramos sindicato de direito.

A atividade sindical desenvolvida, não só na Universidade, mas também ajudando a organizar outras categorias, participando, levando nossas propostas. Houve um trabalho imenso nesse sentido. A APUFSC foi chamada para participar de um plano para reelaborar a política estadual de educação em Santa Catarina. Meteram-nos dentro de uma comissão, e nós fomos para essa comissão dizer o seguinte: "Olha, a maneira que nós sabemos fazer as coisas não é assim discutindo entre nós. Estavam lá o presidente de uma fundação, de outra, de vários institutos. E iam bolar uma política educacional para Santa Catarina! Nós dissemos: "Não, não é assim que nós fazemos! Nós fazemos isso discutindo nas escolas, nos locais de trabalho. E é assim que nós desejamos formular um plano de educação." A nossa representante, a professora Marli Auras foi lá e defendeu brilhantemente essa proposta. E apesar da proposta ser amplamente minoritária, ela foi incorporada por um governador que resolveu se aproveitar da idéia, para promoção pessoal. Nós reconhecemos tudo isso, mas fomos nós que levamos essa proposta lá. Nós quem? Nós que aprendemos a fazer isso na Universidade. Nós fazíamos isso aqui. É por isso que nós levamos a proposta; não porque a gente tinha idéias brilhantes. Nós sabíamos fazer o quê? Organizar discussões, organizar assembléias, e tomar decisões em

cima disso.

Eu concordo que houve uma mudança na conjuntura. Mas eu acho que os próprios depoimentos que foram dados aqui mostram bem uma coisa, que eu não posso me furtar de dizer: Houve uma mudança de rumo na direção da Associação. Eu disse isso numa assembléia em que foram julgadas as contas da Associação da minha gestão, na época do Quico. Houve uma assembléia que examinou as contas, porque a preocupação grande era com a questão financeira, era com os problemas administrativos. Talvez hoje não fariam a mesma coisa, mas, na época, não tiveram nenhum cuidado ao fazer acusações quanto à gestão dos recursos financeiros. Eu fui em uma assembléia para dizer o seguinte: "Se vocês querem me acusar de que eu gastei todo o dinheiro, não precisam fazer isso em lugar nenhum. Eu confesso: gastei todo o dinheiro que entrava na APUFSC, para defender os interesses dos professores e para mobilizar, para levar a nossa luta em frente." Eu tinha o entendimento de que o meu mandato tinha sido dado pelos professores para fazer isso. A gente fazia isso.

Muito bem, eu acho que houve, depois da nossa gestão, uma mudança no comportamento. Eu acho que o aspecto institucional ganhou um peso mais forte. E, em vista disso, eu acho que ocorreram também algumas dificuldades. Então, houve uma mudança na conjuntura, sim, mas houve também uma mudança no direcionamento do trabalho da Associação. Tenho que aproveitar a fala para fazer uma retificação, que é super importante, principalmente se eu me lembro de novo dos 500 professores sem URP. Diz respeito à greve de 84. Foi dito aqui que nós perdemos. Eu não interpreto assim. Por quê? No encerramento dessa greve, não houve nenhum ganho salarial, mas foi formada uma comissão, constituída pela ANDES e o Conselho de Reitores, da qual eu fiz parte, como diretor da ANDES. Ao final da greve, o governo veio com a velha história: "Vocês saíram da greve,

"Quando a ditadura acabou, nós
tínhamos que ter aproveitado a
propriedade da Universidade
democrática, mas não conseguimos.
Foi então a mudança de direção das
ocorrências assumindo uma postura
fundamentalmente classista.
Passamos a priorizar as
relações com a sociedade mais imediata. E
com isso veio que nós perdemos
importância política."
Ronaldo Azeite

que nós examinaremos as reivindicações em uma comissão." Nós conseguimos fazer essa comissão funcionar, e o resultado disso é que houve um reajuste adicional de 20%. Eu não posso considerar uma derrota um movimento que tenha obtido isso, porque isso é quase o que os "desempregados" não têm, que são 26%. Eu tenho que fazer essa retificação. E para concluir essa resposta devo enfatizar que se de um lado houve uma mudança da conjuntura, também houve uma mudança de direcionamento mais para o sentido institucional de atuação da entidade. E os promotores dessa mudança de direcionamento não podem se eximir da responsabilidade pelo encaminhamento do movimento daquele momento para frente.

Hamilton Abreu – Eu acho que, realmente, é de fundamental importância a gente se situar quanto a essa questão. Como bem lembra o Raul, esse reajuste que houve após a greve de 84 foi o maior reajuste que nós já obtivemos e nos colocou no pico de toda a evolução. O que demonstra que a postura do governo era extremamente política, ou seja, ele tinha condições de dar o reajuste. Não deu por quê? Porque não queria negociar a greve. Durante todo o período de greve, não se abriu nenhum canal de negociação. Sequer isso foi feito. E acho que esta percepção é importante para, inclusive, direcionarmos a greve na atual conjuntura e dimensioná-la como forma possível de luta.

Uma das coisas que me parece fundamental é entendermos que nós fizemos, sim, sindicalismo. Mas só que o sindicalismo que nós fazíamos não se prendia apenas às questões da categoria. Ele não era pura e simplesmente um sindicalismo classista. E por que? Porque nós tínhamos, primeiro, uma situação fundamental, que era defender a universidade pública. Além disso, nós tínhamos também que apresentar uma alternativa para a universidade. Na conjuntura existente, era relativamente fácil fazer isso, em fun-

ção de que todo mundo era contra a ditadura. E você ser contra a ditadura, inclusive, já era um posicionamento. Daí, quando propúnhamos a democratização da universidade, todos eram a favor. A partir do momento em que a ditadura acabou, tínhamos que aprofundar a proposta da universidade democrática, mas não conseguimos. E acho que aí é que está a mudança de direção de que nós precisamos ter clareza. Nós acabamos assumindo uma postura fundamentalmente te classista. Passamos a priorizar reivindicações mais imediatas. E com isso acho que nós perdemos importância política. Não é por acaso, por exemplo, que nós fomos convidados a participar do Plano Estadual de Educação, e lá demos uma lição de política. Porque colocamos o próprio governo do Estado numa tremenda nuca. Ele, que pretendia fazer do Plano Estadual de Educação uma postura fundamentalmente demagógica, repente viu dois milhões de pessoas mobilizadas para discutir o Plano, tendo uma proposta concreta sobre como se faria a educação no Estado. Qual foi a única alternativa que o governo teve? Foi recuar do próprio plano que ele havia proposto e com relação ao qual havia assumido compromisso junto à sociedade.

Eu acho que é exatamente nesse aspecto que, de certa forma, nós estamos meio perdidos. Por que me parece que a nossa própria postura hoje é confusa em relação à prioridade de discussão do momento. Acho que extremamente significativo nós perdermos certas coisas. Durante todo o processo eleitoral, o que nós ficamos discutindo? Nós ficamos discutindo o Plano Real era eleitoreiro ou não. E, enquanto isso, o que aconteceu? Nós não fomos capazes de decodificar o que o Fernando Henrique estava dizendo. Porque, vejam, o que ele está propondo agora está tudo colocado no programa dele – muito bem colocado e embrulhado através de meios de comunicação – e foi apresentado à população, e a população sem saber no que votou. E nós

soubemos dizer o que estava significando aquilo que ele dizia. Agora ele diz: "Eu estou legitimado." E nós agora estamos correndo atrás do prejuízo. Porque durante o processo eleitoral, por exemplo, nós não soubemos discutir o que significava, no discurso do Fernando Henrique, o processo de globalização, a modernização e as vantagens comparativas. Mas ele disse isso claramente. Quer dizer, claramente não! Ele disse isso convenientemente, e nós não soubemos decodificar.

Eu acho que nós não estamos fazendo essa discussão aqui dentro da Universidade. E talvez um dos grandes problemas que a gente esteja enfrentando é o fato de só discutir a realidade quando a universidade pára ou quando a universidade entra em greve. Será que realmente devemos manter isso? No período da ditadura, eu me lembro de uma assembléia lá no CTC em que eu tive a oportunidade de dizer isso, denunciando a universidade. Eu disse que a universidade estava tão alienada que ela só discutia a sua realidade quando estava em greve. Quando acabava a greve, nós chegávamos à normalidade, e a normalidade significava o quê? Significava não se discutir onde nós estamos inseridos. Eu acho que nós temos que começar a criar formas novas, que não se precise da greve para discutir isso. Por exemplo, qual foi o posicionamento do movimento docente em relação à campanha eleitoral. Eu acho que é isso que precisa ser cobrado nesse momento. E também a nossa postura sindical. Ela não pode ficar só no seu caráter classista, sob pena de nos isolarmos ainda mais.

Anamaria Beck - A Tanira colocou uma coisa que eu quero retomar aqui, a questão da APUFSC em relação ao movimento nacional como um todo. Achei importante ressaltar isso porque a ANDES foi fundada em 1981, e em 1978 o professor Maciel e parece que o Jorge Lorenzetti participaram da famosa reunião histórica na SBPC, em São Paulo, que deu origem à ANDES.

Foi a primeira grande reunião nacional de docentes que, pela primeira vez, colocava questões que até hoje estão postas aí, como a privatização da universidade pública.

A APUFSC esteve sempre muito presente no movimento nacional e sempre foi uma ADs que permanentemente ofereceu quadros para o movimento nacional, muitas vezes – eu me lembro que uma vez discuti isso com o Raul – com sacrifício da própria organização interna. Eu lembro, por exemplo, que a ida do Maciel para Brasília, para a presidência da ANDES, foi algo muito sentido internamente pelo movimento e a ida do Raul também. Porque eram sempre saídas que se davam em momentos drásticos. Então, a APUFSC tem uma importância muito grande no movimento nacional. Eu acho que a Tanira fez bem em lembrar. Talvez a gente até precise organizar a discussão nessa direção, em algum outro momento. Nos 14 anos da ANDES, a APUFSC jamais saiu da diretoria da ANDES e tem sempre fornecido pessoas de seus melhores quadros.

Eu lembro de uma discussão em Juiz de Fora – não é, Tanira? – em que a gente dizia para o pessoal: "Nós vamos estar nessa diretoria, sim, porque nós sempre estivemos e nesse momen-

"Quando a ditadura acabou, nós tínhamos que ter aprofundado a proposta da universidade democrática, mas não conseguimos. E aí está a mudança de direção. Nós acabamos assumindo uma postura fundamentalmente classista. Passamos a priorizar as reivindicações mais imediatas. E com isso acho que nós perdemos importância política."

(Hamilton Abreu)



to nós precisamos estar". E a convenção da ANDES Autônoma e Democrática aceitou os nomes que a APUFSC colocava. Foi uma briga terrível no congresso, mas nós colocamos os dois nomes na chapa. Foi uma luta muito bonita e foi muito rica, no sentido da nossa experiência nacional.

Eu queria colocar também uma questão com relação à gestão 86/88: a famosa greve de 87. Ela foi politicamente fundamental. Porque foi a primeira greve unificada do setor das federais, autarquias e fundações. As fundações federais já haviam feito uma greve e foram unificadas em 85, com uma carreira única. Em 87, nós fizemos uma greve de todas as federais, autarquias e fundações e unificamos a carreira única federal, que é o PUCRCE e que nós temos até hoje. Nós não ganhamos a estabilidade com a Constituição. Nós ganhamos estabilidade no PUCRCE. Porque ele dizia que o professor só podia ser demitido a partir do seu departamento. Ou seja, o processo de demissão de um professor começava no departamento. Isso foi extremamente importante.

Tem uma coisa em que eu quero discordar do Hamilton. Eu acho que nós não estamos isolados. Eu acho que é um novo contexto. Hoje a luta da universidade, a luta em defesa da universidade pública, está absolutamente contemplada na luta pela aprovação do projeto de LDB na Câmara Federal, que recebeu emendas do Senado e hoje é o substitutivo Cid Sabóia. Lá está contida toda a nossa proposta para o ensino superior no país. É a luta contra a 938, hoje 967. Sabe, é uma Medida Provisória que fala de avaliação. Nós não lutamos contra isso desde a nossa primeira greve? Essa avaliação é um *ranking*, é uma classificação, não uma avaliação para jogar para frente, não é?

Essa forma de eleger reitor, que não está na Medida Provisória, que vai virar Projeto de Lei e que até hoje não chegou no Congresso, está contemplada no substitutivo Darci Ribeiro. Eu acho que a gente tem que ter claro que nós alcançamos a nossa luta e,

talvez, nesta contextualização mais ampla, nessa frente que nós formamos hoje com o conjunto dos sindicatos da educação, as nossas propostas estão contidas em uma luta muito mais ampla, que é a luta pela educação pública e gratuita, que é a luta pelo princípio constitucional de que a educação é direito de todos e dever do estado. Neste sentido, ao invés de nós nos isolarmos, talvez a gente tenha se diluído um pouco. Porque nós estamos numa briga muito maior, uma briga muito mais ampla. E penso que a gente precisa ter essa clareza, que nós não podemos corporativamente defender apenas a universidade pública e gratuita. Ela só vai existir se nós conseguirmos ter, nesse país, uma educação pública e gratuita. Acho que essa é a questão que nós temos que ter clara.

Eu queria fazer essas duas observações, uma que é a nossa articulação no movimento nacional e a importância da APUFSC nessa articulação e a outra que é o fato de que hoje nós estamos defendendo propostas amplas. É muito importante que se diga que o substituto Darci Ribeiro difere muito pouco dos Geres que nós já derrotamos anteriormente.

Gerônimo Wanderley Machado

Eu me inscrevi para falar porque anotei umas coisas que penso que, sem elas, nós não contaremos a história completa do movimento docente e, tampouco, a história da APUFSC. Acho que a Ane ajudou a lembrar de algumas coisas. O Valdir e a Tanira também lembraram aspectos importantes. Mas acho que é preciso que se incluam outros argumentos, para que esta história fique, efetivamente, completa. Um deles são os congressos nacionais da ANDES, desde sua preparação, na base, sua formação, aqui dentro da APUFSC. É preciso que se relembre, a forma como se davam os encaminhamentos iniciais e os seus desdobramentos, o que aquelas "preparações" refletiam.

Lembro-me que, ao retornar para a UFSC, em 1983, participei dos pre-

parativos básicos, na APUFSC, do que foi o meu primeiro Congresso Nacional da ANDES. Lá estava eu, nas Assembléias e reuniões preparatórias, com minha "delegaçãozinha", tentando me inserir e ocupar o meu espaço. Era eu, o camarada Marcos Cardoso que, lamentavelmente, faleceu naquele trágico dezembro de 1983 e o Vilson Rosalino da Silveira. Nós encontramos muitíssimas dificuldades de entrar no impenetrável círculo das lideranças docentes da APUFSC. Isto foi uma luta muito dura e longa. O primeiro congresso que eu consegui participar, como delegado nacional, foi o de 1987. E vou lhes lembrar que fui indicado pela assembléia e "constituí" a bancada da minoria. E, ainda mais, só fui ao congresso, como suplente. Apesar disto, participei e dei origem a "fabulosas" confusões naquele congresso de Juiz de Fora. Precisávamos ter muito mais tempo para lhes relatar as confusões que efetivamente ocorreram com nossa delegação.

É preciso que se lembre o congresso anterior, aquele de Goiás. Porque, se não se fizer isto, esta história ficará, absolutamente, incompleta. Há muitos detalhes importantes que acho que são ricos, sim, e comprovam os questionamentos colocados pela Ane Beck e sua conclusão de que não estamos isolados.

A conjuntura mudou, mudou tanto que, quando olho para esta mesa, só vejo lideranças do movimento docente que, hoje, fazem parte da alta administração da UFSC. Se isto não é um sinal das enormes mudanças - nem sempre na direção que pretendemos - não sei mais o que dizer. Lembremos os casos que envolvem grandes lideranças do movimento docente nacional, como o caso do ex-presidente da ANDES, Nilton Lima Neto, que se elegeu reitor da Universidade Federal de São Carlos e, depois, presidente do Conselho Nacional das Associações dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Ora, quantas mudanças! Quer dizer, "bota" mudança nisso!?

Hoje, temos nossa colega, a pro-

fessora Ideli Salvati - do movimento docente estadual, ex-presidente do SINTE (Sindicato dos Professores do Ensino Básico e Médio de Santa Catarina - a histórica ALISC) uma ilustre deputada de nosso parlamento estadual. Da ALISC também veio outro de seus ex-presidentes que, hoje, é o prefeito de nossa cidade, Florianópolis, Sérgio José Grando. É muita história! É preciso que isto tudo faça parte da história do movimento docente, porque tudo isto também teve os seus reflexos diretos na história da APUFSC.

Queria lembrar-lhes disto - porque penso ser importante para nós e para a história. Além disto quero dizer outra coisa que é o quanto o movimento docente refletiu e reflete a luta ideológica da sociedade. Quando um certo grupo ou um certo cidadão não pôde ir a um congresso, isto reflete, diretamente, a enorme luta que se trava no conjunto da sociedade. Temos isto aqui dentro da UFSC e na APUFSC, todos os dias, e isto continuará. Só que, hoje, temos uma disputa muito mais acirrada entre nós e os liberais.

E uma outra coisa, relativa a este ponto! Vocês me vêem com este adesivo aqui, colado à camisa, com este nome "esquisito" (*Consciência*), não é à toa, não. Estou "regurgitando" de alegria porque lá no meu enigmático centro de estudos, os Centros Sócio Econômico e Jurídico, nós conseguimos imprimir uma forte derrota ao avanço dos liberais no meio dos estudantes. "Eles" levaram até jegue, utilizando-o como instrumento de propaganda, nos pátios dos nossos Centros, o que, de algum modo, acabou nos ajudando a virar a tendência vigente e dominante, lá. Aproveitamos bem a "sujeira" que o jegue deixou e demos um "coice" na sub inteligência liberal: ajudamos a eleger a nova diretoria do CALE (Centro Acadêmico Livre de Economia).

Mas eu queria lembrar esses aspectos, que me parecem importantes, enquanto reflexo da luta ideológica no movimento docente e enquanto repe-

"Nós emergimos na trajetória do movimento dos anos 80, que alguns chamam de "novo sindicalismo", e justamente na contracorrente do movimento internacional que já estava se esfacelando".

(Bernardete Aued)

tição das lutas das correntes partidárias, aqui dentro.

Acredito que nós não contaremos a história completa deste movimento docente se não considerarmos estes aspectos: as disputas dentro do movimento docente da APUFSC. É preciso lembrar a trajetória da diretoria do Quico (Luiz Henrique Westphal Verani), como presidente da APUFSC, do período de 1986 a 1988. Em minha visão, em 1986, nós superamos o ciclo da unidade política e ideológica, contra a ditadura militar e iniciamos um ciclo em que houve grandes divisões, de 86 a 88. Depois disto, passamos por uma fase de reunificação, a partir de 88, quando organizamos as nossas "frentes populares e democráticas", para concorrer às eleições municipais, estaduais e nacional e que são, hoje, movimentos muito fortes. É claro que isto teve uma repercussão muito forte, sobre a universidade.

Portanto, de 88 em diante, a duríssimas penas, conseguimos uma certa reunificação política e ideológica do movimento docente progressista e de esquerda, aqui na UFSC. Conseguimos a Frente Popular de Florianópolis. Construímos a Frente Democrática, com a candidatura de Lula, em 1989. Etc.

Quer dizer, isto tudo reflete muita coisa! E, tudo isto, acho que tem que ser lembrado.

Para finalizar, acho que tinha que lembrar a questão da disputa das chapas da "ANDES-Autônoma e Democrática" e da "ANDES-Hoje!". Acho que foi a primeira grande disputa, dentro do movimento docente universitário nacional e que se refletiu muito, aqui, na UFSC.

Por último, este período, que vai ficar para a pauta do próximo seminário sobre a APUFSC - o das diretorias posteriores a 88 - precisa ser bem trabalhado para que se considere todos os reflexos e todas as suas interações com o conjunto da sociedade e suas mudanças. Teremos que incluir, nesta trajetória, o processo de refazer a nossa unidade política e ideológica, na APUFSC e nas novas con-

junturas, num outro e novo patamar. Se a mesa quiser fazer algum comentário sobre isto tudo, eu lhes agradeço.

Bernardete Aued - O propósito dessa discussão é um pouco reconstruir a nossa história, e é claro que a gente até gostaria que essa platéia estivesse lotada. Isso me lembra a questão da locada pelo Galileu que quando descobriu que as estrelas tinham movimento disse: "Olhem! Vejam, está o movimento! E, no entanto, as pessoas não queriam ver. Nem sequer botavam o olho no monóculo. Bem, esta aí! O papel da gente é um pouco este: recontar para que um dia, quem sabe, as pessoas vejam que há uma história, que nem tudo foi feito ontem para hoje. Mas eu queria referir especificamente a duas questões.

A primeira é a contabilidade da greve. De vez em quando, vem algum professor e pergunta quantas greves fizemos e quantos dias parados nos ficamos. E aí a gente telefona, pergunta, vê documentos, uns dizem uns dias, outros dizem outros. Eu acho que é oportuno, na medida em que vocês lideraram greves também, acertar um pouco essas contas. Já foi mencionado aqui a greve de 84, com 94 dias. Tem a greve de 80, a greve de 87. Se nesse ínterim, houve outras, pequenas, acho que é importante demarcar isso.

Em segundo lugar, eu gostaria de ouvir da mesa algo que está presente e que, de certa maneira, coloca o nosso movimento não apenas centrado no umbigo, mas na interface com outros movimentos. Especificamente, fazer menção ao movimento dos servidores públicos federais. Quer dizer, nós emergimos na trajetória do movimento dos anos 80, que alguns chamam de "novo sindicalismo", e justamente na contracorrente do movimento internacional que já estava se esfacelando. As taxas de sindicalização já estavam decrescendo quando nós estamos em ascensão. Então, nós surgimos na contracorrente do movimento. E

gostaria de ver se esta questão já estava presente, como estava presente a relação do movimento docente com os servidores públicos federais, que é uma questão que tem muitas controvérsias e tensões. Como é que se fazia presente nesse momento? E, por último, uma questão menor mas que me parece ter grande relevância hoje: a questão das aposentadorias especiais para os docentes. Como era essa questão? Ela incomodava ou não? Como foi discutida nessa época?

Telma Piacentini – Eu quero fazer um pequeno reparo, mas de uma forma carinhosa e com muito respeito ao que o Raul colocou. Porque eu acho que aquilo que o passado pode trazer para iluminar o presente ajuda na continuidade da luta. É o seguinte: Em 80, quando começa todo esse movimento, como era o dia-a-dia dos professores que aqui estavam, os chamados “antigos professores”? Em contraposição ao que o Guenther colocou dos novos professores, que começaram com o movimento ou que deram força ao movimento. Nessa época, nós tínhamos um cotidiano dividido da seguinte forma: Havia uma luta intensa, interna, pela democratização dos órgãos da Universidade. Diariamente, se discutia e se avançava contra a imposição, de cima para baixo, do reitor, dos chefes de departamento, dos coordenadores de curso e outros elementos da Universidade. Isso tomava, realmente, um tempo muito grande nas discussões e na luta, que era corpo-a-corpo.

Em 80, já tínhamos conseguido mandar uma lista tríplice para a chefia de departamento e fazer com que o reitor empossasse um candidato nosso, em chefia de departamento. Lá no nosso departamento - Ensino e Estudo Especializado em Educação - o reitor teve que engolir goela abaixo. E começa, também, ao mesmo tempo, uma participação efetiva nas lutas das camadas populares da sociedade. Então, a democratização da sociedade se dá, também, com o nosso trabalho nas camadas populares. Além do en-

sino e da pesquisa, tínhamos trabalho nas favelas e em outros setores da sociedade. Havia ainda um terceiro tipo de trabalho ligado às outras entidades de classe de ensino de 1º grau e de 2º grau, principalmente a ALISC. Eu quero colocar isso como condições objetivas que precisam ser pensadas nesse momento da Universidade. Quer dizer, como é o dia-a-dia do professor hoje? O que ele está desenvolvendo? Com o que ele está lutando? Qual é a sua participação além da sala de aula? Quais são as suas pesquisas? Qual o seu trabalho na sociedade? O movimento conseguiu evoluir, basicamente, como uma resistência a um governo autoritário, mas existe também, por outro lado, um espelho disso dentro da Universidade. Então esse pequeno reparo, que é carinhoso, é apenas para iluminar um momento.

Milton Muniz - É preciso criar aqui as condições que existiam, por exemplo, no início desse período que nós estamos analisando. No plano social, nós tínhamos uma dificuldade enorme no plano partidário. Nós tínhamos alguns partidos e um número significativo de opções partidárias na clandestinidade, ou fora da legalidade. Então, a sociedade lutava pela redemocratização do País e também pela reconstrução de seus instrumentos de pressionar, ou fazer a democracia caminhar. Nesse sentido, eu acho extremamente importante também levantar que a ditadura nos afetou de duas formas: na via partidária e também na via sindical. Nesse período é que renasce uma enorme discussão no plano sindical, por exemplo, com o confronto de diferentes opções sindicais tentando se posicionar, nesta motivação social que foi trazida pelo processo de redemocratização, conquistado pela sociedade. Esse momento do movimento docente é muito rico, porque ele precisa resgatar a questão social, a questão política e até a questão econômica. Nesse sentido, eu quero recuperar um pouco, porque o passo seguinte é a eleição do Quico que foi uma das mais importantes do mo-

vimento docente nesta universidade, na composição de forças que elegeram a diretoria subsequente.

"Sempre defendi um sindicato forte, economicamente forte para poder ter ações constantes. Devemos ser hábeis e capazes para enfrentar prontamente quem venha nos intimidar ou ameaçar os princípios preconizados pelo movimento docente".
(Luiz Henrique Verani)



envolvido com a Associação tinha uma carga muito grande de participação.

Na questão que o Milton apresenta, sempre defendi um sindicato forte, economicamente forte para poder ter ações constantes. Devemos ser hábeis e capazes para enfrentar prontamente quem venha nos intimidar ou ameaçar os princípios preconizados pelo movimento docente. Na presidência da APUFSC enfrentamos questões muito mais duras e passamos por situações amargas, desde calúnias até

o "sectarismo" de determinados integrantes de partidos políticos. Foram tão rotulados que, lembro bem, um CONAD, em Brasília, eu ficava no canto e cada vez que pronunciava alguma coisa recebia toda ordem de enfrentamento.

Com o passar do tempo, deu para mostrar o quanto estavam errados. Nós fazíamos nossa gestão de um modo muito ruim, pois no momento era muito difícil, que é justamente o início da gestão, estivemos fora (quase dois meses) fazendo um curso no Japão que no dia da eleição rendeu para os opositores oportunidade para uma série de ataques ao nosso grupo, canalizado em minha pessoa. Até quando passo por alguma delas pensando nas agressões que são capazes de fazer quando almejam alguma coisa.

Conseguimos restabelecer os princípios e levar adiante nossa administração pluralista. É bem verdade que Fletes, como secretário geral (assumiu posteriormente), foi muito ativo e abriu uma abertura para um processo político mais atuante apesar de, com isso, termos tido a secretaria mais desorganizada da história da APUFSC. Puxamos a paralização de 1987, quando o movimento nacional muito bem organizado, ganhamos a almejada isonomia com as Fundações Federais e o plano único de cargos e salários.

Eu não tenho as habilidades de orador e nunca me dei muito bem nesta arte de falar em público, em assembleias. Para cobrir esta deficiência dividimos esta tarefa com toda a retórica (principalmente com o Zé e o Fletes e o Fiúza). Admiro muito Hamilton, o Maciel, os nossos oradores das assembleias, esse pessoal consegue se dirigir a uma plateia de modo claro e motivador. Uma das coisas que nos foram feitas é a de que éramos contra a realização de assembleia, o chamado Assembleísmo, na verdade fizemos bastante assembleia, pelo menos as necessárias, e procuramos fortalecer o Conselho de Representantes, o que, segundo me parece, até hoje, ainda está difícil.

Bernardete Aued – Era um trabalho para a gente arrancar uma assembléia de vocês! (risos)

Luiz Henrique Verani – E fizemos bastante. A situação estava bastante complicada, mas fizemos. Tentamos modificar os Estatutos, visando melhorar a arrecadação e tornar mais claro o que era a ANDES, APUFSC e a questão da filiação ou não da APUFSC à CUT. O Quites estava encarregado desta parte, mas não conseguimos. Acho que realizamos assembléias importantes e suficientes tanto que o grupo que nos criticava parou de fazê-lo porque ele era parte da assembléia.

Todo militante do movimento docente deve participar e contribuir ativamente, basta que tenha vontade e acredite nos seus ideais, mesmo que tenha toda a espécie de limitações. Nós sempre contamos com esse apoio. Não sei se a Tanira ou o Hamilton lembram, mas a APUFSC estava seriamente ameaçada de perder os rumos do movimento se não tomasse cuidado com determinadas posturas e encaminhamentos. Havia uma ameaça constante de retornar a Associação a um tipo de clube. Os defensores desta idéia na verdade não eram contrários ao encaminhamento das questões relativas ao servidor público professor, mas se recentiam da atuação predominante do grupo do PT.

Nós, que nos intitulávamos participantes do movimento docente, tínhamos a responsabilidade de manter os rumos do movimento, prestar atenção a muitos detalhes que o grupo mais politizado não presta ou simplesmente despreza. Este grupo avança muito rápido enquanto o outro, em formação, tem dificuldade de acompanhar. As idéias precisam ser trabalhadas e não impostas. Durante nossa campanha, um iluminado me chamou de “ingênuo”, sem muita clareza no trabalho. Respondi: Veja só que perigo corremos, o primeiro ingênuo que aparece consegue derrubar a grande idéia de um grande iluminado. O que vai ser quando realmente aparecer um outro grande “iluminado” com outra

grande idéia. Por sorte, o ingênuo que aparece é alguém que contempla a mesma idéia. O resultado apareceu no processo eleitoral da APUFSC, onde tivemos uma vitória muito significativa.

Lembramos da última eleição para Reitor. Vejam bem como foi feita a composição para a eleição do professor Diomário. Lá estavam na administração eu, o Hamilton, o Fletes, uma parcela significativa do movimento docente. Nesta eleição, disputamos contra quem? Um grupo que mantinha a administração da UFSC, que no momento estava um pouco dividido, contra o grupo base do movimento docente liderado pelo professor Sheibe. O “Repensar para Mudar” levou um grande susto no primeiro turno das eleições e por praticamente “um voto” passou para o segundo turno. Feita a aliança para o segundo turno (mais pluralista ainda), nós conseguimos vencer as eleições.

Estamos novamente em véspera de eleições para Reitor e vale a pena retornar a análise desses pontos. As forças estão aglutinadas desse jeito porque a situação mudou. Precisamos considerar que desencontros são causados por divergências muito simples de serem resolvidas.

Hamilton Abreu – São tantas coisas, para discutirmos em tão pouco tempo, que seria importante refletirmos um pouco sobre o caráter destas coisas. Se nós estamos isolados ou se estamos diluídos, de qualquer maneira, estamos enfrentando uma situação muito mais difícil. Eu acho que a dificuldade é inerente às próprias condições da nossa atuação.

Quem vivenciou a experiência do Plano Cruzado aqui na Universidade sabe que, naquele momento, apesar de estarmos fazendo uma análise que posteriormente veio a se mostrar correta, não tivemos condições de viabilizá-la politicamente. O que ocorreu? Ficamos isolados, não tivemos condições de dar continuidade à ação política. Parece-me que corremos o risco de estarmos vivendo outra vez essa si-

tuação, em função de que a nossa postura tem sido fundamentalmente defensiva. Acho que a grande dificuldade que nós estamos encontrando é que, tanto na defesa da Constituição, quanto na defesa da LDB e na defesa do Projeto Cid Sabóia, nós não estamos apresentando alternativas muito diferentes das atuais. E acaba-se caindo em uma postura fundamentalmente defensiva. E assim corremos o sério risco de não termos alternativas.

A nossa própria linguagem não está tendo condições de ser transpassada para a população. Que universidade, efetivamente, queremos defender? É de fundamental importância que proponhamos uma universidade integrada à sociedade. E, seguramente, não é esta que nós temos! Essa universidade que nós estamos chamando de universidade pública, na realidade, está tendo muito pouco de público e está tendo muito mais do seu caráter estatal. Isso nos leva a uma grande dificuldade, que é o nosso relacionamento com os servidores públicos federais. Acho que uma das coisas que nunca conseguimos ter muita clareza foi essa relação com os SPFs. Porque nós passamos por um processo de formação sindical diferente dos SPFs. E todas as vezes em que tentamos essa composição, essa diferenciação vem aparecendo.

O mais importante é que nós conseguimos criar um movimento sindical pelas bases, em que a assembleia, apesar de toda a crítica e todas as acusações em relação ao assembleísmo, sempre foi absolutamente sagrada para as nossas direções. Há pouco, a Tanira estava lembrando que nós tivemos, em determinados momentos, que votar contra a filiação à CUT, em função de decisão tirada em assembleia. E uma das dificuldades que, até hoje, temos no relacionamento com o movimento sindical dos servidores públicos, é que eles não passaram por um processo semelhante. Acho que isso está nos levando a um problema político extremamente importante, ou seja, temos de fazer uma engenharia política muito complicada, como a

que se fez na última greve, e acabando criando uma condição artificial, muito mais para viabilizar uma aliança entre os setores, resultada mais em desejos, do que de condições objetivas.

Todos nós gostaríamos de ter um movimento sindical significativo entre os servidores públicos, mas ele não existe. Será que se nós atrelarmos nosso movimento ao movimento dos servidores públicos, nós estaremos contribuindo com eles? Esse é um questionamento que nós ainda não fazemos. Talvez fosse, mais didático, mais importante, mais significativo, manter-se a autonomia relativa dos diversos movimentos. Acho que talvez nós tenhamos dado um passo um pouco maior que as nossas perdas. Não em função da situação do movimento docente, mas da situação dos servidores públicos federais. Nas diversas experiências desse tipo que tivemos, eles mostraram uma posição de cúpula. E não foi nem uma, nem duas vezes que nós acabamos ficando como se diz aí, "com o pincel na mão". Porque, enquanto estamos acreditando nas bases, enquanto estamos tirando as discussões nas bases, as cúpulas dos servidores públicos federais decidem e resolvem pela categoria. Acho que isso é um exemplo significativo da necessidade de um processo de amadurecimento que não se dar, a meu ver, a mais longo prazo. Não dá para se queimar etapas. Acho que nós estamos tentando queimar etapas.

Obviamente, o desejo não é suficiente para modificar a realidade. Hoje em dia, acho que o movimento docente, com a força que tem, está extremamente debilitado a partir de um momento em que limita suas ações para se articular com os servidores públicos federais. Isso não é corporativismo. Até porque isso é um dado objetivo da realidade, e você não pode modificar essa relação com um ato de vontade, pois de repente corremos o risco de cair numa postura voluntarista, como tem se dado ultimamente. Qual é o caminho? Acho que

movimento tem que buscar o seu caminho. E as articulações têm que ser criadas quando as condições para isso estão amadurecidas. Não há como forçar essas articulações. Parece-me extremamente correto falar um pouco sobre o problema das aposentadorias especiais. No meu tempo, ainda não existia o problema da aposentadoria, porque nós éramos celetistas. E uma das condições que havia é que o professor não tinha interesse em se aposentar, porque havia perspectiva de se entrar em um regime jurídico único. A aposentadoria na CLT era de 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens, mas as pessoas não se dispunham a cair na vala comum do INPS, que significava aquela situação da média dos salários dos últimos três anos. Como se estava vivendo um processo inflacionário brutal, isso significava reduzir a aposentadoria a um quinto do salário.

Raul Guenther - Olha, é muita coisa. Eu vou ter que escolher as que eu considero mais importantes. Tenho que falar sobre os servidores públicos federais, porque isso é fundamental para a continuidade de movimento. Temos que lembrar e ver o que vamos fazer daqui para frente. Mas primeiro um esclarecimento: quando disseram que há três pessoas da administração na mesa, eu pensei: "Eu sou professor. Não faço parte da administração e nunca fiz." É importante caracterizar isso. Já fiz parte do Conselho de Ensino e Pesquisa. Na primeira eleição fui eleito pelo meu centro. Mas depois eu não participei mais de administração nenhuma.

Então, eu sou professor. Estou falando como professor. E, nesse sentido, eu tenho uma visão sobre essa questão dos servidores públicos federais. Tenho a visão de que, em primeiro lugar, nós precisamos conversar com os nossos colegas professores e explicar para eles que eles são servidores públicos federais. Por que nós somos servidores públicos federais? Porque nós reivindicamos ser. Não porque fomos incluídos na marra. Nós

reivindicamos ser servidores federais. Para quê? Para ganhar as vantagens. O que isso significou? Isso significou que as nossas discussões sindicais estão vinculadas com os servidores. Não tem outro jeito.

Não é simples, mas deixem-me contar uma história. Quando começamos essa luta toda pela carreira e pelo salário, até 1980, nós tínhamos situações muito diferenciadas nas universidades. Uma tinham ganhado uma ação de não-sei-o-quê, outras tinham ganhado uma ação de não-sei-mais-o-quê. O salário era totalmente diferenciado. O Prof. Célio Espíndola foi quem organizou as várias tabelas salariais, que foram a base das discussões a partir das quais formulamos uma proposta única, num índice de 48% de reposição. Assim unificamos nossas reivindicações. Com a eleição do Maciel começamos a tarefa organizativa, tomando a Associação da reitoria. Estávamos na frente de vários Estados do País, em relação à organização de AD's. E o Maciel andou por aí, o Jorge (Lorenzetti) andou por aí, eu também e outras pessoas, ajudando a discussão da organização das AD's em outros lugares, não só aqui. Por quê? Porque nós tínhamos a visão de que não adiantava Santa Catarina lutar sozinha por uma carreira. A questão era que nós estávamos vinculados nacionalmente.

E, a partir disso, nós começamos a construir um movimento nacional, organizando as AD's em outros lugares também. Essa não era uma proposta unânime! Havia muita gente que resistia. Tinha gente que dizia: "Não, nós temos que tocar só aqui, porque, olha, contar com o pessoal do Paraná é difícil. Os caras lá tem tal problema, etc." No Pará, dizia-se a mesma coisa de Santa Catarina: "Os caras estão lá no Sul-Maravilha..." Foi difícil fazer isso.



"Nós precisamos conversar com os nossos colegas professores e explicar para eles que eles são servidores públicos federais. Por que nós somos servidores públicos federais? Porque nós reivindicamos ser. Não porque fomos incluídos na marra".

(Raul Guenther)

Foi difícil convencer as pessoas de que a luta precisava ser nacional. Isso não era uma obviedade. Hoje é óbvio. Muito bem, desenvolveu-se essa luta e obtiveram-se as primeiras conquistas. Aí, num processo de mobilização conjunta, capitaneado pela ANDES, mas dentro dessa visão de unificar a universidade brasileira, o governo, que propunha transformar as autarquias em fundações, acabou transformando as fundações em autarquias. Pelo menos, na sua estrutura; juridicamente, não. Mas, estruturalmente, acabamos todos em uma estrutura única que se aproximava mais da nossa proposta do que da proposta das fundações.

Desenvolvemos a primeira greve conjunta em 87, mas antes disso foi preciso que as fundações se organizassem. As fundações tinham algumas questões específicas, questões de democratização interna e questões salariais também. Mas elas estavam desestruturadas em termos de organização do movimento docente. Nessa época, a gente esteve participando nas fundações, ajudando a organizar as associações docentes. Por quê? Porque nós entendíamos que a universidade ia ganhar mais força e nós entendíamos que o movimento docente como um todo ia ganhar um peso maior se ele estivesse unificado. O que nós fizemos? Organizamos as fundações e as autarquias. Nesse momento, nós não precisávamos convencer as autarquias; elas já estavam convencidas. Por quê? Porque nós unificamos tudo isso com a proposta de carreira salarial, com uma tabela acima dos salários das autarquias, mas que pegava as fundações pela média.

Então, vocês vejam o seguinte, de repente, eu me vi na seguinte situação: Fui designado pela diretoria da ANDES para ir a uma universidade, para convencer os professores que os salários deles tinham que baixar. (risos) É fácil você ir na assembléia defender que tem que aumentar o salário. Agora, você ir lá para convencer os caras que precisa baixar, ou seja, para eles se integrarem na nossa luta,

que era por um nível salarial maior do que eles tinham...! Fizemos Tivemos que fazer. Estou contando isso para mostrar o seguinte: Foi necessário organizar as autarquias, necessário organizar as fundações, necessário criar uma estrutura que pudesse capitanear as nossas lutas, reconhecida na ANDES. E como funciona? Tem-se uma assembléia geral em cada local de trabalho, com um representante, esse representante vai para Brasília, leva decisões e... Hoje em dia, todo mundo acha isso, mas na época também era muito difícil. "Como? Os caras lá estão fazendo tal coisa e nós aqui não? No fim, todo esse processo foi um aprendizado conjunto que nós tivemos. Muito bem, somos todos professores das universidades e reivindicamos como funcionários públicos. E qual é a nossa luta? Nos funcionários públicos, o processo organizativo é totalmente diferenciado entre as várias categorias. Você tem, na Universidade Federal de Santa Catarina, uma assembléia de professores deliberando. Você tem uma assembléia de servidores na Universidade Federal de Santa Catarina. Você tem, na escola Técnica, uma assembléia de professores e servidores deliberando juntos, e assim por diante. É uma coisa supercomplicada.

Como é que você vai construir uma instância que unifique tudo isso? Para mim, esse é o problema. Essa é a questão que está colocada para o movimento. É preciso superar a dúvida: somos ou não somos servidores públicos. Nós somos servidores públicos. Temos questões específicas que devemos encaminhar de forma específica. Mas temos questões conjuntas: as nossas questões salariais, as nossas questões sindicais, estão vinculadas com os servidores públicos. Então, não temos que ficar discutindo se somos ou não somos servidores. Nós temos que pensar num processo organizativo e desenvolver o esforço de participação dessa organização, assim como fizemos das outras vezes. Nas outras vezes, também não estava pronto. Agora é preciso fazer isso. Eu est

convencido disso. Pode ser que esteja enganado. Estou lá no meu canto, trabalhando, olhando só de binóculo. É a opinião de um professor!

Eu acho que a gente precisa, no caso dos servidores públicos, em primeiro lugar, dizer claramente para os nossos colegas que nós somos servidores públicos, nos reconhecer como servidores públicos e, a partir daí, arregaçar as mangas. Não é voluntarismo; é saber que você tem alguma experiência a oferecer. As outras categorias certamente têm muitas coisas a nos ensinar também. Então, vamos tentar aprender em conjunto e vamos costurar essa coisa por aí. Eu acho que é difícil dada a diversidade de casos. Mas eu acho que o caminho é esse. Isso no que diz respeito aos servidores.

Eu peguei esse tema porque eu acho que ele é importante daqui para frente. E eu acho que, enquanto nós não conseguirmos estabelecer um mecanismo pelo qual os nossos colegas professores reconheçam as decisões que estão sendo tomadas pelos servidores vai ser difícil. Os servidores públicos federais, os SPF's, tomam as decisões, e os nossos colegas não se sentem representados naquilo. É culpa deles? Não. É culpa nossa, que não conseguimos explicar para eles como é que se dá esse processo, e nem propor um processo organizativo claro. Nós temos que fazer esse esforço.

No que diz respeito à contabilidade da greve, eu não posso ajudar muito. Eu realmente não sei quantas greves eu fiz. Então, tem que olhar nos documentos. O que eu sei é que as greves foram instrumentos importantíssimos na nossa luta. E eu quero aproveitar só a deixa da contabilidade da greve para dizer o seguinte: Eu acho que sempre se tem que discutir todas as formas, mas a greve é um instrumento fundamental de luta. Porque ela é um instrumento pelo qual se quebra o cotidiano. No cotidiano, todos nós estamos lotados de aula para dar, projetos de pesquisa para atender, alunos para orientar, e assim por

diante. É quando se entra em greve – e a gente não deve ter vergonha de dizer isso – que se consegue parar para pensar o que nós mesmos estamos fazendo. Então, vamos devagar com esse negócio das outras formas.

Evidentemente, não é para tudo que se faz greve, mas a greve é um instrumento importantíssimo. Eu já disse no meu depoimento, mas quero reafirmar isso. Eu estou plenamente convencido, olhando para esses 15 anos, de que a universidade é hoje o que ainda é, não conseguiram destruir o que ainda existe, devido à luta que se desenvolveu com o movimento docente, com o movimento dos servidores, etc. Foram só as greves? Claro que não foram só as greves. Mas as greves desempenharam até um papel fundamental para a formação desses professores que hoje estão na administração, aqui e ali. Quer dizer, quantos não se formaram nesse movimento de luta? E que outra oportunidade eles teriam? Quero deixar bem claro isso, para que a gente não entre na confusão de tentar descartar a greve, dizendo “a greve nos isola”, etc. Eu, honestamente, não compartilho dessa avaliação e acho que as greves foram fundamentais para nós chegarmos aonde estamos, e o prejuízo que elas causaram foi ínfimo. Olhando numa perspectiva de 15 anos, arrisco a dizer que não houve prejuízo.

Outra questão que eu preciso responder é essa que a pluralidade na APUFSC começou com o Quico. Eu acho que não dá para deixar isso assim. Um exemplo simples: O primeiro presidente da ANDES foi Osvaldo Maciel, eleito no congresso de fundação concorrendo com o Prof. Luiz Pinguelli Rosa da UFRJ. As divergências que ocorreram nesta eleição em congresso prosseguiram até a eleição da primeira diretoria. Formaram-se duas articulações que formalizaram suas posições em documentos que foram discutidos no movimento. Aqui, na nossa universidade, nós desenvolvemos essa discussão, com base nesses documentos, e o nosso conselho de representantes tomou como deliberação encarregar o nosso

"Quando precisava fazer as coisas, a gente tinha que se virar, fazia ação de greve, movimento, bingo, e não-sei-o-quê para conseguir dinheiro. A carência financeira nunca foi impedimento para a ação do Movimento Docente através da APUFSC".

(Tanira Piacentini)

delegado de defender uma postura que se baseasse numa composição entre as duas articulações. Eu me lembro muito bem. Eram os chamados *pretos* e os *azuis*. O *pretos* porque imprimiram o seu documento em mimeógrafo a tinta, e os *azuis* porque imprimiram num mimeógrafo a álcool. E, vejam bem, contra essa postura de composição estavam nada mais nada menos do que Jorge Lorenzetti e Osvaldo Maciel. Discutiram isso no conselho de representantes que optou pela composição. Como a minha posição era pela composição, fui escolhido para ser representante no CONAD de Natal, onde isso foi discutido. Isso demonstra que a democracia sempre foi a base do nosso movimento. O critério sempre foi o de reuniões abertas. É por isso que o movimento se fez forte. Bom, as outras questões... Há outras aqui. Eu tenho uma visão para o problema das aposentadorias, mas eu vou deixar isso para depois porque eu acho que já está muito tarde.

Luiz Henrique Verani – Acho importante registrar que, durante a presidência do Hamilton, a APUFSC participou do movimento *pró-constituente*. Nesta Constituição nós conseguimos consolidar questões do movimento docente como um todo, colocamos nosso direito de greve, criaram-se os sindicatos. Hoje quem abre o "livrinho" não tem idéia como tudo foi discutido linha após linha, ponto após ponto. Foi com a participação de muita gente que conseguimos consolidar o "Plano Único de Cargos - PUCRES. Em nossa gestão não medimos esforços para participar de praticamente todos os grandes fóruns nacionais. A professora Tanira, por exemplo, foi baluarte da APUFSC, na diretoria da ANDES e permaneceu em Brasília durante longos períodos participando de comissões que preparavam documentos básicos para implantação do plano. Fizemos o reenquadramento dos docentes em 1987 e assim por diante.

Nós amanhã vamos ter uma oportunidade muito boa, em relação à questão pluralista que o Guenther colocou. A administração atual da Universidade

é pluralista. Nós amanhã vamos ter a confraternização dos três anos de ministração e uma homenagem ao professor Diomário pela posse na presidência da ANDIFES. Então, nós organizamos uma churrascada. Se alguém da não conseguiu um convite, nós da temos alguns ingressos aqui.

Tanira Piacentini – Eu queria lembrar que a primeira greve foi em 1979. Nas duas ou três primeiras, 80 e 81 e 82, eu não participei. Estava em Campinas. Fiquei tão frustrada que fiz a greve lá na UNICAMP. Eu também quero lembrar que a APUFSC, já em 1979, encaminhou um movimento de boicote ao vestibular de 80 em função de questões sindicais. Fizemos paralisação, boicote oficial ao vestibular, comunicado formalmente ao reitor, na época Stemmer. Então, na verdade, não houve greve em 79, mas o movimento estava articulado. Depois, em 83, tivemos dois movimentos. No primeiro, greve dos servidores públicos federais, houve uma participação mínima da Universidade. Já começava aí a grande briga de se reconhecer como funcionário público ou não. Hoje, uma das questões de pauta contra a volta da greve permanecermos, ou seja, reconhecimento da nossa condição de servidores públicos federais. Eu acho que não houve nenhuma discussão maior e concordei com o Raul nessa questão. No primeiro semestre de 83, houve uma greve junto com os servidores públicos federais cuja adesão foi muito pequena dentro da Universidade. No segundo semestre, tivemos as eleições para reitor. O movimento docente teve uma bela participação. Foi a primeira coisa feita à comunidade e o resultado foi muito bom pelo CUn.

Bernardete Aued – Em 83 teve greve.

Tanira Piacentini – Sim, a greve do SPF, com a participação de algumas universidades. A nossa participação foi extremamente mínima. Talvez seja por isso que as pessoas não se lembrem. 84, 85, 89, 91, 93 e 95. Só que eu não tenho os números. Eu sempre tive problemas de lidar com números.

Com relação à questão da aposentadoria especial para docentes, Bernardete, há realmente uma coisa que eu queria dizer: A memória do movimento não está na cabeça dos presidentes, nem de algumas pessoas. Essa recuperação vai precisar passar por outros momentos e outras coisas, como entrevistar um por um, fazer pesquisa. Porque a gente tem pedaços e é exatamente juntando as pessoas que tu vais encontrar os pedaços e tentar construir um todo orgânico. O que eu me lembro muito bem na questão da aposentadoria especial dos docentes foi quando, na briga da Constituição de 87 e 88, nós fomos para o Congresso negociar algumas questões e uma das bandeiras da ANDES, naquele momento, era com relação à aposentadoria especial integral.

Como isso surgiu a nível local, eu não me lembro. Era aposentadoria integral e por tempo de serviço. Com os 25 e 30 anos, aconteceu o seguinte: Nós, docentes do serviço público federal, já estávamos contemplados no momento em que fomos brigar pela aposentadoria especial para todos os docentes das universidades, inclusive as particulares. Eu me lembro que nós éramos encarregados de conversar com os deputados e senadores de Santa Catarina. Quando nós dizíamos que tínhamos que estender a aposentadoria especial para os docentes de 3º grau das particulares – eu vou contar porque eu achei interessante –, um deputado catarinense da época disse: “Mas é uma injustiça, porque eu tenho um cunhado que é professor na universidade de Criciúma, dá 4 aulas por semana, em sala com ar condicionado e não-sei-o-quê, e não precisa disso”. E a gente dizia: “Pois é, o seu cunhado é privilegiado, mas essa não é a realidade das universidades particulares”. Os professores das universidades públicas já ganharam, porque no capítulo do servidor público federal a nossa aposentadoria de 25 e 30 anos, continuava mantida. Então, a aposentadoria especial...

Bernardete Aued – Está garantido pela Organização Internacional do Trabalho.

Tanira Piacentini – Isso! Alguns constituintes não tinham nem percebido que já tinha sido votada a aposentadoria especial para os docentes das universidades federais. A nossa briga foi, na verdade incluir todos os professores na aposentadoria por tempo de serviço. E conseguimos fazer constar na Constituição.

Quando o Raul falou, eu gostei do “reparo carinhosos da Telma. Eu fiquei com medo de falar no tempo que eu entrei na universidade, porque iam dizer: “Ih! É muito velha!”. Mas em 1971... eu já recupero a questão da pluralidade e vou além. Quando a gente fez a chapa para 1979, era uma chapa plural. Não estava em pauta a questão partidária; estava sim a luta em defesa dos interesses da universidade. Era uma chapa plural.

Então, talvez a revisão da visão da pluralidade tenha ocorrido em função da nossa derrota em 86. A gente talvez tenha ampliado um pouco... Talvez, devido a hegemonia do nosso movimento, a gente tenha radicalizado algumas questões. Mas, a composição que se fez pós-86 e 88, nunca deixou de ter a mesma visão de pluralidade que já estava marcando o movimento.

Quico, eu tenho uma outra discordância aqui que não vai poder ser aprofundada. Disseste uma frase que eu acho que a gente não aprofundou aqui. “O sindicato para ser forte deve ser economicamente forte.” E não era bem assim, não. Quando precisava fazer as coisas, a gente tinha que se virar, fazia ação de greve, movimento, bingo, e não-sei-o-quê para conseguir dinheiro. A carência financeira nunca foi impedimento para a ação do Movimento Docente através da APUFSC.

Luiz Henrique Verani – Uma correçãozinha, a gente não dependia da aprovação de nenhuma lei, como aprovações em assembléia criando a 13ª mensalidade, contrária aos estatutos da APUFSC.

Tanira Piacentini – Sim, mas é uma diferença de visão que eu acho que a gente precisaria, em um outro momen-

to, aprofundar. Então, só para registro: entendo que o maior divisor de águas do MD à época, foi a questão sindical, a visão de sindicalismo que se pretendia implantar no movimento através da ANDES e das ADs. Havia duas propostas radicalmente opostas e dois grupos, a nível local e nacional, se formaram. A briga pela filiação da ANDES à CUT e, posteriormente, pela transformação da ANDES em Sindicato Nacional e das ADs em sessões sindicais era reflexo dessa divisão. É preciso recuperar essa questão no próximo seminário.

Só para encerrar. Com relação aos desurpados, eu acho que o movimento vai tomar uma nova direção com uma participação maior do pessoal novo, sim. Não só os desurpados, mas também muita gente que entrou em 87 e 88 e que eu considero novos. A visão do pessoal novo é muito importante, até para encontrar as saídas.

Recuperar a história, eu acho fundamental. Mas ela não deve ser, no meu entendimento, tão forte em nós, os chamados "antigos", "dinossauros", que nos impeça de enxergar a necessidade de nossa própria renovação. Eu acho que esse é um novo momento que a história pode ajudar a iluminar. Mas os sentimentos e as percepções dos novos são fundamentais para ajudar nessa iluminação. E eu acho que o grande mérito desse "Refazendo a História" é dizer que não foi fácil chegar aonde se chegou. E também que as coisas que se conquistaram demandaram um baita trabalho. E se hoje não se precisa brigar pela questão da DE, por exemplo, pois já está aí como uma conquista sólida, tem outras coisas para brigar que nós não conseguimos ainda. Estamos brigando por algumas desde o início e outras foram se incorporando, à medida que o movimento foi avançando. Eu acho que é para dizer isso, que não é fácil, não se encontra realmente nada pronto, nada cai do céu.

Quero cumprimentar a diretoria da APUFSC por essa iniciativa. Acho que é importantíssimo recontar essa história para nós mesmos. Inclusive, deu para perceber isso, como nós estamos com dificuldade de construir essa sequência.

Acho que tem que continuar, para garantir mais depoimentos, mais história. Porque às vezes a gente lembra mais detalhes daquilo de que participou, mas a gente não participou em todos os momentos de tudo. Alguém tinha feito uma observação sobre a minha participação em 87. Eu acho que foi o Quico. Eu quero dizer que eu participei através da APUFSC, mas não ANDES, da construção do PUCR da Portaria 475, não da 474. A ANDES não foi convidada para participar, que a ANDES, desde o início, tinha uma proposta absolutamente diferenciada da 474, que era a das funções comissões e gratificadas. Nós fizemos a comissão para uma outra proposta, não fizemos parte da comissão que criou, foi a única comissão de que a ANDES não fez parte. Isso porque, no governo, o Conselho de Reitores própria FASUBRA, naquele momento fechavam com uma determinada comissão e a ANDES era radicalmente contrária à proposta que acabou vencedora. Então, para nós não incomodarmos, nem entramos na comissão porque nos deixaram. A gente insistiu o tempo inteiro para entrar, mas não conseguimos. Então, a nossa participação ocorreu na elaboração do PUCRCE e da Portaria 475, que faz a definição detalhada da carreira. Das funções e gratificadas a ANDES não participou.

Bernardete Aued – Antes de entrar, há uma pequena homenagem à diretoria. Esse depoimento está começando dizendo aqueles que dizem que o professor tem memória curta. Não é verdade. São quase dez horas, e nós poderíamos ficar aqui mais algum tempo, não só com vocês, mas com todos os presentes, contando um pouquinho da nossa história. Certamente, se erramos – e há grandes acertos – o tempo para cada um. Finalmente, em nome da diretoria, nós temos aqui um depoimento especial a contribuição de vocês, não do passado, mas, sobretudo, pela gentileza de nos atenderem neste convite.

APUFSC e os anos 90

Já não somos mais o que éramos, o que seremos?

Na terceira e última parte dos debates comemorativos dos 20 anos de fundação da APUFSC, os professores Milton Muniz - que participou da mesa representando o professor Edmundo Arruda Júnior -, Marco Da Ros, Bernardete Aued e Osni Jacó da Silva discutem "A APUFSC nos anos 90", procurando resgatar aspectos do período que envolve o final dos anos 80 e a transformação da Associação em Sessão Sindical da ANDES

Milton Muniz

Inicialmente, eu quero manifestar o meu agradecimento por ter sido incluído neste debate. Quero pedir desculpas pela minha limitação de exposição. Porque o convite me foi feito exatamente há 15 minutos, uma vez que o Prof. Edmundo está na França e a Profª Vera comunicou agora no final da tarde que não poderia comparecer. Eu aceitei no sentido de registrar a presença daquela diretoria no debate e garantir o espaço para que

o professor Edmundo e a professora Vera, por escrito ou de outra forma, manifestem-se sobre este evento. Não estou substituindo-os. Os 15 minutos, eu vou reduzi-los significativamente, dizendo o seguinte: Essa diretoria teve um objetivo significativo, que foi juntar enquanto formação de chapa o maior número de segmentos organizados dentro da Universidade, a nível dos professores que têm uma visão mais sindicalista do que tinha a



Associação até aquele momento. As gestões anteriores, sem nenhum demérito, trabalharam com outro estilo. Mas já era um entendimento na época que, no momento daquela eleição, era possível implementar, significativamente, a questão sindical. A Associação tinha um trabalho já nessa linha, mas ainda com algumas dificuldades do ponto de vista operacional. No plano político, ainda não se tinha desvinculado do aspecto de Associação. No plano administrativo, ainda tinha uma tradição muito amadora de como fazer um trabalho sindical. Então, a formação da chapa, que recebeu o nome de **Com-Posição** e que se sucedeu, com este mesmo formato político, nas demais gestões até a presente, nesse aspecto, acho que foi extremamente positiva. Isto é, conseguimos juntar, se não todas, pelo menos a grande maioria das forças políticas que tinham na Universidade, naquele momento, uma perspectiva sindical significativa. Eu quero reiterar: não conseguimos juntar todas. Eu espero que, em um momento oportuno, a gente consiga, dentro desse movimento chamado Com-Posição, a agregação de todos os segmentos envolvidos com a questão sindical que existem na Universidade.

Milton Muniz

Professor do Departamento de Biologia da UFSC. Foi Secretário Geral da APUFSC, de 1988 a 1990. Atualmente é Diretor de Relações Institucionais



Eu acho que a APUFSC tem uma responsabilidade muito grande. Primeiro, já tem uma tradição. Segundo, tem uma responsabilidade grande quanto ao seu futuro. Terceiro, a APUFSC, tem que trazer seus dirigentes façam um esforço no sentido de agregar todos aqueles que têm uma aspiração sindical na Universidade.

No plano administrativo, tem uma impressão que não conseguimos fazer muito. A APUFSC era gerida de forma muito amadora e entendendo ao sairmos, ao final de dois anos, o amadorismo ainda persistia. Então, já havia algumas dificuldades. O amadorismo se autogestiona. Houve época – não é difícil ter uma organização neste sentido – em que os diretores passavam a noite inteira, por exemplo, digitando Cheque APUFSC, porque havia problemas de pagamentos, etc. É um trabalho que eu acho como importante, porque não há outra forma de fazer. Mas, no plano político, isso foi desgastante, porque é simplesmente uma atividade maniqueia, não podia continuar sendo pelos diretores, porque eles têm outras atividades na Universidade, e naquela. E aí houve alguns embates dentro da diretoria extremamente importantes. Havia o entendimento que era isso mesmo: cada diretor tinha que exercer as suas funções, fazer coisas do tipo digitar Cheque APUFSC. Mas havia também um outro entendimento, de que essa estrutura precisava se profissionalizar, precisava ter uma estrutura administrativa consistente, que comportasse o trabalho político. As atividades administrativas precisavam ser rapidamente separadas da atividade política. A diretoria precisava ser dada, e isso era para a diretoria. Entretanto, era preciso deslocar os diretores dessas atividades burocráticas. Porque elas já eram muito intensas, bastante significativas envolvendo um tempo enorme para realizar trabalhos que poderiam ser executados contratando-se pessoas.

competentes, pessoas convencidas de que precisam trabalhar. Hoje me parece que isso já foi atingido, se não no todo, pelos menos em parte.

No plano político, o objetivo era juntar todas as forças com preocupação sindical. Depois, ao assumirmos – e foi uma eleição apertada, que nós ganhamos com uma diferença de nove votos –, foi preciso fazer um trabalho muito significativo para manter a Composição e manter o trabalho na APUFSC.

No plano estritamente sindical, acho que o ponto mais significativo foi a questão da ação da URP. O Prof. Edmundo é advogado, tem uma formação acadêmica muito significativa. Nas discussões que tínhamos, ele via a possibilidade de uma ação reivindicando a URP e com chances de sucesso. Agora vejam, o plano sindical, quer a nível local, quer a nível nacional, estava se estruturando para essas questões. A própria ANDES, e outras AD's, não tinham ainda uma infra-estrutura jurídica capaz de enfrentar um processo daquele porte. O Edmundo consultou três advogados dos sindicatos – tenho a impressão que ele consultou mais um em Curitiba – e verificou, entre aqueles advogados, um que tivesse conhecimento suficiente para impetrar uma ação e conduzi-la a um provável sucesso. Isso foi feito. Acho que foi, no plano sindical, uma das maiores realizações que a APUFSC fez. Primeiro, por atender o interesse pecuniário de cada associado e de cada professor da Universidade que estava em condições de pleitear a URP. Segundo, por demonstrar, num primeiro momento, a nível nacional, que era uma ação possível de ser empreendida. Entre todas as ações impetradas – eu não tenho a informação de quantos tiveram sucesso – é uma das que foram vitoriosas. E envolve dois mil e um professores. Não envolveu todos os professores da época por um equívoco administrativo da Universidade, mas beneficiou não só os professores filiados à APUFSC na ocasião, mas todos os professores que tinham possibilidade, que foram arrolados pela

Universidade.

Talvez seja importante dizer que essa ação teve alguns trâmites dificultados. Eu costumo dizer que quando o biólogo, por exemplo, trabalha com o DNA, ele tem as suas hipóteses de trabalho. Ele quer verificar um segmento do DNA que provavelmente indique o gene para fenilcetonúria. Então, ele tem aquele segmento de DNA e tem as hipóteses sobre aonde vai chegar. A impressão que eu tenho é que os advogados fazem da mesma forma. Segundo uma crença generalizada na sociedade, lei é lei, direito é direito. Olha, se lei fosse lei e direito fosse direito, não precisaríamos de advogados nem de tribunais. E os advogados usam esses momentos para fazer também os seus ensaios com relação à legislação e com relação à vontade do judiciário. Então, não é uma questão linear! Por isso uns ganham e outros não ganham a mesma ação, ainda que utilizando argumentos idênticos, uma vez que o fato é o mesmo. Há variáveis que estão fora do controle dos patrocinadores. Acho que a URP, no nosso caso, foi uma enorme escola para isso. Um atropelo que fizeram, por exemplo, foi excluir ou arrancar ou sumir com uma página do processo. Isso dificultava o andamento. O advogado tem que pegar um processo ao qual não pode dar encaminhamento, porque falta uma página, e mover uma ação para incluir uma página perdida! Então, por isso que eu digo: Aquilo é um laboratório. Uma ação do porte da URP é um laboratório, onde cada um exerce o seu poder. E acho que, nesse sentido, a URP foi extremamente interessante. Foi um laboratório importante, eu acho, para alguns professores que acompanharam essa questão de perto e que não são ligados ao direito. O pessoal ligado à área sabe que isso existe. Mas nós, os leigos, trabalhamos naquela hipótese: Lei é lei e direito é direito, e estamos conversados.

Então, eu acho que as pessoas que não estão ligadas à área do direito e acompanharam essa questão tiveram um aprendizado extremamente im-

“Havia um entendimento que essa estrutura precisava se profissionalizar, precisávamos ter uma estrutura administrativa consistente, que comportasse o trabalho político. As atividades administrativas precisavam ser rapidamente separadas da atividade política. A diretriz política precisava ser dada, e isso era papel da diretoria. Entretanto, era preciso deslocar os diretores dessas atividades burocráticas.

(Milton Muniz)



portante. Tivemos uma contribuição significativa, a nível nacional, nesse período. Mas eu vou passar isso e ficar nessas questões. Eu encerro por aqui e espero que o professor Edmun-

do e a professora Vera, no momento oportuno, façam uma manifestação por escrito da questão, de uma forma um pouco mais consistente. Muito obrigado!

Marco Da Ros



Tudo aquilo que começou na gestão do Edmundo estourou na nossa. Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui discutindo um pouco da história da APUFSC com esse grande público. Entendo que é fundamental possuir um relato histórico, através da verdade histórica que cada participante irá apresentar. Na época de nossa gestão deixamos um jornalzinho chamado *Prestando Contas*, um dos quais utilizei para tentar fazer uma revisão histórica. Eu era tesoureiro na gestão do Edmundo e depois virei presidente da gestão que vou tentar relatar agora. A nossa gestão tinha como tesoureiro o nosso apresentador da mesa, sendo o Milton nosso secretário de cultura. Tudo em casa! O que eu quero dizer é que aqui na mesa há quatro gestões de um modelo inaugurado com a gestão do Edmundo, que é a Com-Posição. Nós armamos essa Com-Posição reunindo forças políticas não só relacionadas a sindicatos, mas inclusive a partidos – embora não seja isso o mais importante –, todas identificadas com a esquerda. Eu representei a segunda gestão dessa dinastia, segundo o Gerônimo.

O Paulinho e o Milton afirmaram que um dos três fatos marcantes que caracterizaram minha gestão foi a URP. Todo mundo conhece o câncer que isso significa para as gestões da APUFSC, desde que foi inaugurado o problema. Uma questão que se discutiu na gestão do Edmundo, inclusive, e principalmente na nossa, era a eficácia da ação jurídica como instrumento político. O problema foi inaugura-

do na gestão Edmundo, continuou na nossa gestão e constituímos advogado na APUFSC, como funcionário, em função de considerar que a ação jurídica poderia ser um instrumento político. Isso é importante analisar. Eu penso que essa decisão colaborou um pouco com a desmobilização. Eu não acho que seja a causa da desmobilização, mas passou-se a confiar muito nesse instrumento, como um instrumento capaz de promover conquistas sindicais, ao invés de garantir mobilização para as mesmas. Era a ação jurídica substituindo a mobilização. Não tivemos muitos problemas com a URP. Quando a primeira parcela dessa ação foi depositada no nosso salário, todos os professores sofreram um desconto dos 15% previstos para o advogado, não houve nenhum problema! Na primeira parcela, na primeira vez que saiu o salário, saíram os 15% num boa. O que a gestão do Edmundo havia conquistado juridicamente se concretizou-se na nossa gestão recebendo um bolo de dinheiro e tentando cobrar dos professores a parcela devida ao advogado, da qual parte reverteria para a APUFSC. Foi um problema do tamanho de um bonde! De 2001 professores, 1100 pagaram. Conseguimos que, pelo menos, metade que 50% pagassem. Mas os outros 900, a Bernardete pode dizer que seguramente pagaram depois (riso). Desta forma, tivemos um problema que criou uma cisão, criou muitos problemas para a APUFSC, permeando assim a nossa gestão. Mas, de qualquer forma, acumulamos um patrimônio na APUFSC que permitiu reali-

as atividades a que a gente se propunha, e eu vou falar um pouco dessas atividades, para não ficar martelando só na URP.

Uma questão importante foi a concepção de sindicato da nossa gestão, que precisava ser um sindicato diferente dos sindicatos só corporativos. Nós tínhamos também de defender a instituição em que nós trabalhamos, o que é uma situação meio *sui generis*. Claro que não é a mesma coisa do que os trabalhadores da General Motors defenderem a General Motors. É algo que possui uma característica diferente: defender a instituição em que se trabalha. Isso já muda um pouco a concepção de sindicato. O trabalho assistencial sempre nos foi muito cobrado. Tínhamos que tentar fazer coisas "assistenciais", mas que viriam em benefício do sindicalizado, tratar das questões sindicais, da defesa da categoria profissional, e principalmente, tentar romper com os muros da Universidade, trabalhando para fora da Universidade, tentando uma política mais ampla. Nós tivemos a sorte – ou o azar – de, na nossa gestão, a questão política nacional estar absolutamente tumultuada. Foi a gestão que conviveu com o governo Collor. Então, foi possível marcar movimentos de mobilização muito grandes. O Paulinho, que era o tesoureiro daquela gestão, disse que iria me servir aqui de super-ego, afirmando que "foi a gestão que derrubou o Collor". Uma das polêmicas internas que existia junto à diretoria era o apoio ou não a entidades irmãs. Sindicatos, a ASUFSC – que virou SINTUFSC depois – e o DCE vinham nos procurar seguidamente, pedindo respaldo financeiro, já que a APUFSC tinha "grana". E a nossa discussão era: devemos ou não devemos ajudar? Começou a aparecer sindicato de moveleiros, a CUT, o sindicato dos professores... Havia fila! Porque a APUFSC passou a constituir-se num dos sindicatos mais ricos dessa cidade ou do estado. E continua sendo um sindicato bastante importante em termos financeiros, pois aparentemente a APUFSC perde somen-



Marco da Ros

Professor do Departamento de Saúde Pública da UFSC, foi tesoureiro na gestão 88/90 e Presidente da APUFSC de 1990 a 1992

te para dois ou três sindicatos no Estado. Finalmente optamos por "sim", pois são entidades que trabalham conosco, numa mesma causa. Uma mesma causa que implicava, na ocasião, em postura sindical, postura em relação ao governo, em defesa da educação. Foi uma deliberação de diretoria, inclusive levada para assembléia, de garantir apoio a entidades irmãs.

Em termos de estrutura, o patrimônio da APUFSC foi muito modificado na nossa gestão, ampliando a sede, posteriormente ampliada mais ainda; trocamos de carro; conseguimos o desconto de 1% da mensalidade, o que significou também um aumento de capital para possibilitar o aumento do patrimônio; compramos equipamento de som; também adotamos, dando continuidade à gestão do Edmundo, uma política de funcionários, ficando já bem estabelecida na nossa gestão. Havíamos herdado, antes da gestão do Edmundo, o caos administrativo, e é bom que isso fique registrado. Uma só pessoa é que sabia as coisas todas que aconteciam, que controlava toda a circulação de dinheiro da APUFSC, sem registro. Era caótica a gestão pré-Edmundo. O Edmundo começou a política de funcionários, nós colocamos um gerente adminis-

“Eu não acho que a ação jurídica seja a causa da desmobilização, mas passou-se a confiar muito nesse instrumento, como um instrumento capaz de promover conquistas sindicais, ao invés de garantir mobilização para as mesmas. Era a ação jurídica substituindo a mobilização”

(Marco Da Ros)

trativo, dividimos os cargos, especificamos o que seria atribuição de cada um, tínhamos o motorista, contratamos um advogado, contratamos jornalistas por concurso, e organizamos uma política salarial, inclusive de negociação com os funcionários. Ampliamos bastante o quadro de funcionários na nossa gestão, o que eu acho que colaborou muito para a administração da APUFSC. Ela profissionalizou-se, enfim.

Continuando, os outros aspectos que desejo lembrar talvez estejam meio esparsos, mas não podem deixar de ser referidos num registro histórico, como nossos trabalhos fora dos muros, que se caracterizaram principalmente pelos Grupos de Trabalho. O GT Educação foi um GT que funcionou muito, com uma atuação muito grande em Brasília, em defesa da LDB. Foi uma coisa absolutamente inédita na ocasião. Ainda bem que a gente ganhou naquela época e não precisa mais se preocupar com a LDB, e está tudo resolvido! (risos da audiência) Isso mostra que algumas lutas daquela época continuam absolutamente presentes hoje, e que muitas coisas não mudaram. O GT Saúde, do qual eu participava, pois sou dessa área, teve uma participação significativa, inclusive na ANDES, em nível de GT Saúde nacional. Foi elaborado um documento para denunciar o que se pretendia fazer com a Previdência, que era a proposta do Antônio Brito, atual governador do Rio Grande do Sul, a mesma do Fernando Henrique hoje. Quer dizer, também não mudou nada. Só que agora a ameaça é muito mais forte. Fomos proféticos naquela ocasião, em defesa da Previdência. Também tivemos uma participação na formação do Fórum Popular Estadual de Saúde, através do qual organizamos uma reunião na Universidade com 68 entidades, elaborando um documento sobre a questão da Previdência em nível nacional, levando-o para a 9ª Conferência Nacional de Saúde, fórum onde a Saúde discute quais são os seus rumos ao nível de país. E esse documento, gestado a partir daqui,

acabou sendo um dos documentos básicos da discussão na 9ª Conferência. Nós tivemos o GT Ciência e Tecnologia, pelo qual nós empreendíamos uma luta, naquela ocasião, contra a Lei de Patentes, quadro que continua o mesmo atualmente. É interessante como os GT's se pautaram por lutas que, na ocasião, pareciam distantes e que hoje são mais concretas do que nunca.

De qualquer forma, isso nos permitiu uma articulação inter-sindical muito importante, através da nossa proposta de trabalho. Em relação às instituições de que nós participamos ao nível nacional, experimentamos algo transcendental na nossa gestão, que foi a transformação da APUFSC em Sessão Sindical da ANDES. Como a Andes é filiada à CUT, isso significava que a Associação aqui em Santa Catarina passava igualmente a ser filiada à Central, fato extremamente importante. A discussão havia iniciado na gestão do Edmundo, sendo uma das primeiras providências da nossa gestão essa transformação em Sessão Sindical da ANDES, pagando mensalidade para a CUT, e nos remetendo a três participações. Isso nos deu certeza, sem dúvida nenhuma, para participar mais ativamente da Associação Nacional, onde tivemos uma atuação muito marcante na nossa gestão, pois sempre se queria saber o que Santa Catarina estava pensando. Nós elaboramos documentos para todos os CONAD's que ocorreram. Os nossos documentos tiveram participação vital nos documentos da ANDES, inclusive participávamos da diretoria, pois eu era tesoureiro da Regional da entidade, na ocasião. A nossa influência na Associação Nacional deveu-se muito à nossa influência na entidade a que a ANDES é filiada, que é a CUT, onde tivemos uma participação muito ativa, tanto na CUT regional como na nacional. No Encontro Nacional, tivemos uma participação bastante marcante, posicionando-nos contra as coisas que a CUT pretendia fazer. Nós defendíamos acirradamente a necessidade de estarmos dentro da CUT,

mas defendíamos apaixonadamente posições contrárias às que a CUT estava defendendo. "Isso foi muito marcante na nossa gestão, e continuamos essa discussão na gestão da Bernardete. Acho que a Bernardete deve abordar isso, porque em matéria de política sindical – o GT Política Sindical –, a nossa gestão não foi boa, pois não conseguimos nunca uma boa articulação, enquanto GT. Era a diretoria que atuava. Não tínhamos um GT Política Sindical.

Em matéria de assistência – de novo, tenho que tocar na área da saúde –, nós fizemos a coisa mais significativa, no meu entender. Eu, presidente da APUFSC na ocasião, era e sou defensor intransigente do Sistema Único de Saúde. Mas justamente na nossa gestão, a gente realiza um convênio fantástico com a Unimed, o que foi muito contraditório para minha cabeça, apesar de acreditar de que tinha de ter sido concretizado. Havia uma pressão dos nossos sindicalizados no sentido de que a APUFSC entrasse nesse convênio, porque, caso contrário, eles pagariam diferenciadamente mais caro. Portanto, se a APUFSC entrasse, era o interesse dos associados que ela estava defendendo. Conseguimos, na ocasião, uma negociação muito boa com a Unimed, apesar de que aparentemente depois a Unimed puxou o tapete, nas outras gestões. De qualquer forma, foi muito difícil para nós, e tentamos apontar essa contradição. Em todos os jornais da entidade afirmávamos: "Continuamos defendendo o Sistema Único de Saúde, acreditamos nisso. Estamos fazendo a Unimed pela pressão dos associados e entendemos que temos de atender essa pressão, mas não é a nossa posição política".

Antes eu havia colocado a questão da política do Collor, que marcou muito a nossa gestão, inclusive por algumas coisas até hilariantes: numa reunião de autoridades, quando o Ministro da Educação, Eraldo Tinoco, veio à reitoria, a APUFSC pediu para estar presente, e leu um documento fazendo as reivindicações sobre LDB,

terminando a leitura, encarando o ministro e dizendo: "Fora, Collor!" Foi fantástico! Esperei aplausos, mas não vieram, ficando aquele silêncio constrangedor. Mas foi uma coisa louca! Nós conseguimos marcar também uma outra forma de a APUFSC se manifestar enquanto sindicato, como por exemplo quando ajudamos a construir o monumento da rótula do HU, juntamente com um estudante, que tinha bolado uma bandeira nacional com uma faixa preta marcando o luto pelo Brasil, em relação à questão do Collor. Foi um momento que marcou, saindo reportagem em revista nacional, inclusive. Ou seja, houve realizações onde se gastou muito pouco, mas se conseguiu um grande impacto em nível nacional, pois todo o Brasil leu o que a APUFSC estava fazendo. Acho que isso são coisas para refletir melhor, pensar em formas distintas de mobilização, dado o momento que nós estamos vivendo hoje. Naquele momento a mobilização era fácil porque o Collor estava caindo de maduro e as passeatas, mobilização, etc., tinham resposta satisfatória. Fizemos uma passeata juntando estudantes, funcionários e professores. Aliás, naquela ocasião nós tivemos um fórum inter-entidades. O fórum inter-entidades, com as três entidades, organizou essa passeata, e saímos em passeata contra o Collor, sete mil pessoas na rua, saindo da Universidade a pé para o Centro. Nós terminamos a nossa gestão com o Collor tendo caído; por isso o Paulo disse que nós derrubamos Collor.

Outro fato importante, que não posso deixar de relatar, é que nós tivemos uma greve, a mais longa que já houve, justamente na nossa gestão, a greve dos 108 dias. Foi uma greve iniciada com assembléias reduzidas em termos de participação, e começamos o processo de mobilização em relação às propostas da greve. Nós conseguimos a aprovação da greve com duzentas pessoas numa assembléia e mantivemos a greve durante 108 dias, sendo que nas últimas assembléias, no último mês, as assembléias eram se-

"No Encontro Nacional da CUT, tivemos uma participação bastante marcante, posicionando-nos contra as coisas que a Central pretendia fazer. Nós defendíamos acirradamente a necessidade de estarmos dentro da CUT, mas defendíamos apaixonadamente posições contrárias às que a entidade estava defendendo. Isso foi muito marcante na nossa gestão"

(Marco Da Ros)

manais, com mais de quatrocentos professores. Quer dizer, foi uma condição invejável de discussão. Os comandos de greve funcionaram bem, mas aprendemos algo importante com essa greve: não se conseguia gente para outra coisa que não fosse ir para a assembléia. Havia muita confiança na informação que a gente fazia circular, fosse por boletim fosse por assembléia, sendo as deliberações tomadas em cima dessa informação. Terminada a assembléia, nada de comissão. Isso nos fez pensar que, embora a mobilização fosse grande por causa do Collor, começava um esvaziamento da forma tradicional de organizar sindicatos, de ir para a assembléia em passeata, o que vem a redundar, penso eu, nos momentos de hoje, em que está cada vez mais amargo pensar em mobilização. Tivemos um debate depois, na gestão da Bernardete, sobre o sindicato dos anos 90, e parece que isso aparece com uma clareza fantástica. Constataram-se as dificuldades de mobilização e a necessidade de se repensar a forma de organização sindical toda, em termos de como atuar.

Outro fato que marcou a época da nossa gestão, foi o "Boletim 35". No "Boletim 35", colocava-se que havia doze motivos para defender a Universidade, doze ameaças que a gente recebia. São as mesmas de hoje. Foi possível, na época, fazer uma síntese bem razoável do que eram as doze ameaças, sendo impressas cerca de dez mil cópias, porque havia estudante consumindo o produto. Os Centros nos convidavam para discutir o documento, permitindo uma ampla mobilização, a ponto de realizar uma passeata em defesa da Universidade. Hoje, está cada vez mais difícil fazer uma passeata em defesa da Universidade. No "Fora, Collor!", houve uma passeata memorável, de 5 mil pessoas, abraçando a Universidade.

Na época conseguimos outra conquista, em termos de sindicato, que nos pareceu importante. Com a transformação em Sessão Sindical, nós tí-

nhamos um mandato sindical. E com ele, conseguimos negociar com a reitoria o afastamento de 20 horas das atividades da Universidade, contando como cargo administrativo, para poder exercer a atividade sindical. Tínhamos direito a três em dedicação exclusiva. Optamos por seis em regime de 20 horas. Isso valeu para o Departamento, na hora da promoção. Não tivemos dificuldades depois em relação a isso, porque houve uma mudança nas regras do jogo, na gestão que havia concedido isso, que foi a gestão do Diomário. A gestão do Diomário concedeu, a Nilcéia participou disso, e parece que *a posteriori* puxaram o tapete. Mas nós tínhamos garantido e exercemos esse direito plenamente.

Outro fato importante que propusemos e que deixamos de herança, foi a proposta de ampliar a diretoria. Somente com quatro pessoas não era possível tocar a multiplicidade de tarefas que havia. Sem dúvida nenhuma, deixamos de fazer o boletim artesanalmente. Isso o Milton havia esquecido de falar, mas os diretores faziam o boletim também, recortando e colando. Passávamos as noites recortando e montando o boletim. Tinha-se de entender de absolutamente tudo naquela ocasião, mas conseguimos superar essa etapa, apesar de que todo o equipamento pertinente veio posteriormente. O Ventura veio na nossa gestão; editávamos o jornal no computador; era uma coisa maravilhosa. Tentamos organizar os arquivos da APUFSC nessa ocasião e não conseguimos (risos). Eu entendo que esse relato histórico é uma tentativa de salvaguardar a memória da APUFSC. Porque é a coisa mais complicada do mundo tentar organizar a papelada que tem lá, com caixotes e caixotes de papel. A gente tinha contratado, inclusive, uma bibliotecária, para tentar organizar; ela nos cobrou uma fortuna e não conseguiu êxito adiante.

Tivemos eventos culturais e festivais. Inauguramos isso, ou seja, deve-

ria ser uma gestão de muita festa. Realizamos os bailes da APUFSC, os memoráveis bailes da APUFSC. Havia uma presença maciça de professores e era uma ocasião de congregação muito grande entre os professores. Bailes com música tipo anos 70. Tivemos a sorte de ter na nossa gestão, também, os "100 Anos de Gramsci", que foi uma promoção da nossa gestão para marcar essa efeméride. Sem contar que nós lançamos a revista *Plural*. Um sindicato que edita revista também não é uma coisa pouca. Nós editamos dois números. Já havia começado a ser pensado na gestão do Edmundo, e tivemos a sorte de "colher" o primeiro número na nossa gestão. Fizemos o segundo. A Vera Bazzo foi fundamental para a organização da *Plural*. Para vocês verem que não foi uma gestão pouco ativa. A Vera era a vice-presidente quando fez o primeiro sarau, que foi um concerto de violino e piano. Foi um dos mais concorridos da história (risos da audiência).

Antes de passar para a Bernardete, eu só queria acrescentar que a APUFSC participou das duas greves gerais que aconteceram no período, a de 89 e a de 91. A de 89 foi a maior greve geral que o Brasil teve nos últimos anos. Inclusive – não sei se vocês se recordam – Blumenau parou completamente daquela vez; Florianópolis parou bastante; a Universidade não parou completamente. A greve de 91 foi uma greve geral de dois dias, 14 e 15 de maio de 91, e poucos setores pararam. Era uma greve muito difícil, contra o governo Collor. A própria diretoria da CUT estava desistindo da greve geral no meio do caminho, mas a APUFSC e sua valente Kombi estiveram lá nos atos públicos no centro da cidade. Inclusive, uma passeata que saiu aqui da Universidade, com professores, estudantes e servidores, chegou ao centro num momento de confronto com a polícia, e ali nós tivemos uma baixa. O Professor José Arno, do Centro de Comunicação e Expres-

são, foi preso e colocado em um camburão. E nós, que tínhamos recém contratado um advogado da APUFSC, ato contínuo, fomos com o causídico nas portas da 10ª DP e conseguimos libertar o nosso preso. A gente fala meio de brincadeira, mas na época foi algo muito sério. Então a APUFSC participou desses movimentos gerais. Lembramos também que naquele episódio do "Fora, Collor!" a APUFSC veiculou pela televisão a propaganda do "Fora, Collor!", matéria paga. Saíram treze seções, duas no *Jornal do Almoço*, uma num dia e outro em outro, e uma inserção na hora do *Jornal Nacional*. Apareceu um texto de vinte e cinco segundos, dizendo porque a APUFSC era a favor do *impeachment* do Collor. E não era só pela questão moral, era contra a política neoliberal. Era contra toda a política de desmonte da educação, dos serviços públicos de saúde e tudo mais. Isso, evidentemente, teve continuidade na gestão seguinte. Por isso que eu vou passar agora a palavra para a Profª Bernardete, que foi presidente da APUFSC na gestão 1992/1994.



"Numa reunião de autoridades, quando o Ministro da Educação, Eraldo Tinoco, veio à reitoria, a APUFSC pediu para estar presente, e leu um documento fazendo as reivindicações sobre LDB, terminando a leitura, encarando o ministro e dizendo: 'Fora, Collor!' Foi fantástico! Esperei aplausos, mas não vieram, ficando aquele silêncio constrangedor. Mas foi uma coisa louca!"

(Marco Da Ros)



Como vocês trabalharam muito para derrubar Collor e também para implantar a URP (Unidade de Referência de Preços), e estes se constituíram em dois eixos decisivos da gestão anterior, poderia dizer que nossa gestão ainda foi muito marcada por esses dois grandes fatos. Na história da APUFSC, melhor seria dizer que os problemas da nossa entidade se tornaram significativos. Se o Marco diz "começou na nossa gestão", eu digo, tudo isso continuou. Aquilo que prometia ser uma vitória constituiu-se num problema.

Quando iniciamos a gestão, a gente ficava pensando: Bom! Um sindicato da envergadura da APUFSC é um sindicato que necessariamente trabalha com grandes questões. E um dos primeiros problemas que tivemos para resolver foi a construção de uma cozinha, pois a APUFSC não tinha cozinha, apesar do ex-presidente ser médico da Saúde Pública. (sic) A louça era lavada na pia do banheiro, etc. Menciono isto, inicialmente, a título de brincadeira, e também para evidenciar que nem sempre nosso dia a dia foi marcado por traba-

lho em grandes questões.

Recordando, uma das primeiras decisões da nossa gestão foi justamente ampliar a sede, que se encontrava pequena para a quantidade de trabalho e de serviços que oferecia. A sede foi ampliada, logo no início de nossa gestão, em mais ou menos 50% da área construída. Quem já fez reforma sabe o que ela significa. Muita poeira, sujeira, desentendimentos, brigas.

Ao lado disso, foram criadas algumas condições profissionais para o trabalho infra-estrutural dos dirigentes. O departamento de jornalismo ampliou-se, foi montada uma rede de informática, de forma a agilizar o trabalho dos dirigentes e de todas aquelas pessoas que de alguma maneira davam assessoria ao trabalho da APUFSC. Eu não vou me estender nessa questão de organização de espaço, porque tudo isto não passou de tarefa secundária, necessária, porém desgastante.

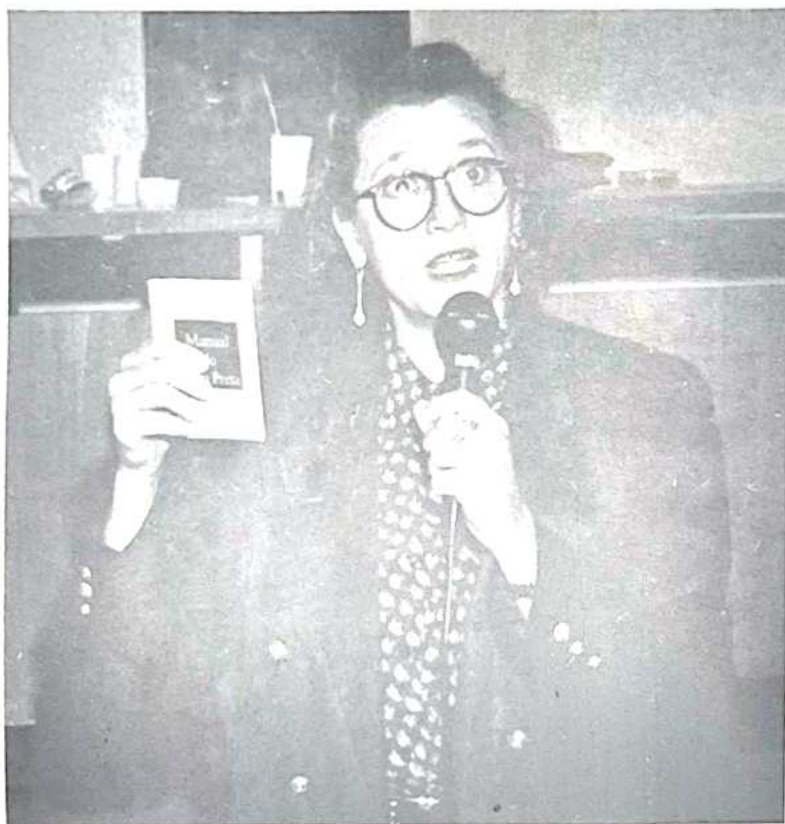
Esta foi uma gestão pós-"impeachment" de Collor, pós-URP e pós-UNIMED. Tendo saído de um processo de intensa mobilização e participação na esfera política, tendo conseguido pela via judicial a reposição de perdas salariais, estes fatos, contraditoriamente, marcaram os anos da nossa gestão.

Se não bastasse o refluxo próprio do desencanto de ter destituído um presidente e quase nada ter mudado no país, os ganhos na justiça estavam longe de representar uma vitória para o movimento sindical. A URP, que de fato foi uma conquista para alguns - uma significativa reposição salarial - acabou dividindo o movimento. E para completar, nos associamos à UNIMED, ou seja, contrariamos, na prática, nossos princípios de defesa dos serviços de saúde pública, aderimos ao plano privado de medicina, o que no limite também é fundamentalmente contraditório. Tudo isto tem um preço político. Todavia, fazemos o que era historicamente possível, não o que gostaríamos.

Os anos 92-94 levam a marca de um

Bernardete Aued

Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSC. Foi Presidente da APUFSC de 1992 a 1994



período de refluxo do movimento ao nível nacional e local. Os movimentos sindicais, os movimentos sociais, aquela grande mobilização a que o Marco se referiu (de 4 mil, 5 mil, 100 mil pessoas) não passava de uma lembrança. A gestão na qual estivemos à frente foi caracterizada por muito poucos eventos que reuniram grande público. Não foi porque nós não quiséssemos, não. A conjuntura de descenso é que tornou praticamente impossível organizar uma luta de grande participação.

Em 93, a APUFSC teve que conviver com uma não-participação em greve nacional. Depois eu quero voltar a ela. Por ora, muito resumidamente, caracterizo esse primeiro movimento de refluxo, um movimento cujos desdobramentos marcarão significativamente a gestão. Suas consequências demandam muita reflexão e análise crítica, que foge ao escopo desta mesa.

Marcada por transições em marcha ré, tanto em nível nacional quanto local, demandou muitas e muitas noites de reuniões da diretoria, no sentido de buscar saídas e reverter o quadro. Dizíamos: Já não somos mais o que éramos. O que seremos? Que fazer? Fazer bailes? Fizemos vários bailes mas os professores não foram. Os bailes eram de estudantes e de servidores. Eles não foram não porque o conjunto não fosse bom. Não era nada disso. Havia algo no ar, que fugia ao controle de nossos dedos, e que é interessante pensarmos um pouco a respeito. Pensar, por exemplo, por que o baile ou outras iniciativas da APUFSC não mobilizavam. Se fazíamos assembleias, apareciam poucos professores. Se organizávamos chopadas, igualmente apareciam poucos professores, muito embora aparecessem outras pessoas. Para não dizer que não fizemos uma promoção de grande público, notadamente de docentes, é preciso lembrar da Conferência do Professor Eric Hobsbawm. Apesar de ter sido num período anterior ao Natal, o auditório da Reitoria lotou para ouvir o historiador, que debateu com o Professor Octavio Ianni.

Freqüentemente nos deparávamos com depoimentos eivados de uma cer-

ta saudade. Tinha-se saudade de certas assembleias. Diziam-nos: "Ah, que bons tempos eram aqueles em que as assembleias eram numericamente expressivas, em que havia briga por microfone". Agora, nem participantes, nem oradores. Outros tempos, outros envolvimento. Não éramos aquilo que havíamos sido até então, ou seja, o movimento docente que havia emergido juntamente com a geração de 68, que havia participado do movimento estudantil e que havia entrado para a Universidade, na forma de colaborador ou na forma de concursado. Esta geração também não estava mais próxima do sindicato. Estava construindo outros movimentos... Que movimentos? Lembro de uma vez que fizemos um mapa situando onde estavam os nossos docentes dirigentes. Neste dia, listamos mais de quarenta docentes que estavam fora da UFSC, em formação no exterior ou no Brasil, ou estavam atuando em outras frentes de luta. Alguns estavam na Prefeitura, trabalhando em cargos de secretarias do município, enquanto que outros em cargos administrativos na Reitoria. Esse conjunto de participantes, que outrora dera vida para o movimento, estava agora em outras frentes de luta. Essa situação contribuiu para tornar ainda mais difícil o que era difícil conjunturalmente. Eu vou listar apenas algumas destas dificuldades: ao invés de professores da ativa participando do sindicatos, nós tivemos professores aposentados. Não foram poucas as assembleias que tinham presença majoritária de aposentados, e minoritariamente de docentes da ativa. Essa situação, que se fazia presente na gestão do Marco – como ele lembrou – ganhou muita força e sobretudo exigiu uma readequação do movimento. Os aposentados trouxeram outras exigências para a APUFSC e em decorrência, precisamos implementar a Secretaria Especial dos Aposentados. Tudo isto se deu não sem problemas, evidentemente. Quem assumiria a responsabilidade pela secretaria? Qual o seu caráter? A criação institucionalizada desta secretaria foi uma opção política para não dividir mais o movimento, que era tantas vezes cindido. Foi um parto muito difícil, porém

"Os professores que haviam emergido juntamente com aquela geração de 68, que haviam participado do movimento estudantil e que, depois disso, tinham entrado na Universidade, na forma de colaboradores ou como concursados, também não estavam mais próximos do sindicato."

Estavam fazendo outras coisas"

(Bernardete Aued)

“ Não foram pequenas as observações de que nós não deveríamos participar das atividades do conjunto dos trabalhadores. E foi neste sentido que nós promovemos uma seqüência de seminários para discutir a questão das transformações recentes do mundo do trabalho. Nós entendíamos que o refluxo que estávamos vivendo no movimento tinha razões e explicações que transcendiam um pouco o nosso universo”

(Bernardete Aued)

necessário. A diretoria passou a dar mais atenção a este segmento que já naquela época enfrentava problemas. Um número expressivo de docentes havia se aposentado após um decreto do presidente Collor ameaçava a aposentadoria especial. Não foi só esse problema que nós precisamos enfrentar. Ao nível local, mais especificamente a partir da nossa gestão, podemos dizer que se desencadeou toda uma discussão com relação a nossa identidade.

Quem somos nós? Somos servidores públicos federais? Apenas docentes? Não foram poucas as assembleias em que discutimos essa questão. Participamos ou não dos movimentos dos servidores federais? Concentramos nossa atenção somente no movimento de docentes?

De certa maneira, diria que esta dificuldade de delimitação da identidade foi um divisor de águas, foi até mesmo um fator de desmobilização de certas lutas juntamente com os servidores federais. É um problema que está por resolver, a construção da unidade com os servidores públicos federais.

No nível da ANDES, a nossa participação também foi intensa. O Marco e o Milton caracterizaram bem a atuação da APUFSC. Ao nível nacional, a APUFSC é uma referência. Pelo menos, tem sido ainda uma referência significativa, tanto no nível da ANDES como da CUT. A atuação da APUFSC, por exemplo, foi significativa quando insistiu que a ANDES tomasse posição em relação à CIOSL, que não apoiasse a entrada da CUT na CIOSL. Esta decisão, cuja discussão havia iniciado há algum tempo, se alongou pela nossa gestão. Ainda evidenciando-se como uma questão de identidade, explicitou divergências políticas, fragilizou o movimento. Este era um momento de cisões: a URP nos transformara em “desurpados” e “urpados”, docentes e docentes/servidores federais, docentes a favor de um movimento sindical alinhado à social democracia (CIOSL) e docentes favoráveis ao sindicalismo combativo. Resquícios desta crise de identidade ecoam ainda hoje.

A última greve (de 95/1) demonstrou o grau de dificuldades que o movimento atravessa, mais especificamente,

quanto à identidade. Refletiu ora um certo autonomismo: a assembleia é soberana, ora que a autonomia é relativa, pois não somos mais uma associação, mas seção sindical. Não foram uma nem duas as reuniões em que a diretoria discutiu acerca de que fazer com as decisões tomadas nas reuniões de setor: “Vamos deixar a decisão com a base. Vamos ver o que a base diz. A base... a diretoria... contra as decisões...”

Há uma outra nuance da questão da identidade: Quem somos nós? Somos trabalhadores? Marco evidenciou, de diversas maneiras, o nosso sindicalismo, a APUFSC buscando uma interface com a sociedade, participando dos fóruns de saúde, do fórum de educação catarinense, participando do fórum de ensino superior. A tudo isso – algumas coisas mais, outras menos – nós demos continuidade.

Todavia, não foram pequenas as observações de docentes no sentido de que não deveríamos participar das atividades do conjunto dos trabalhadores. As transformações recentes no mundo do trabalho tem impresso profundas mudanças tanto na situação objetiva como subjetiva dos trabalhadores em geral. Escapam dela os docentes? Neste sentido promovemos um grande seminário, praticamente um ano de mesas redondas para discutir a questão destas transformações recentes. Entendíamos que o momento de refluxo é um momento de reflexões e muitas vezes elas transcendiam um pouco o nosso universo. Esses seminários tiveram grande participação, com a presença inclusive de outros sindicatos, que olharam com bons olhos essa atuação. Provavelmente a diretoria atual deve publicar a síntese desses seminários. Alguns textos desses estão na revista. PLURAL. Neste sentido organizamos as seguintes mesas: Internacionalização do capitalismo e integração da América Latina, (Emir Sader-USP- Fernando Ponte de Souza-UFSC- Silvio Frank Alem-Andes-SN) Mercado, Liberalismo e Neoliberalismo em questão (Walquiria Leão -Unicamp- Paulo Pinheiro Machado-UFSC- Célio Espindola-UFSC), Relação capital e trabalho: a ex-

perência das câmaras setoriais (Márcio Antonio de Oliveira-Andes-SN- Paulo Tumolo-UFSC), Metamorfozes do mundo do trabalho (Ricardo Antunes-Unicamp- Armando Boito-Unicamp- Hoyêdo Lins-UFSC), Partidos e sindicatos nos anos 90 (Antonio Carlos Mazzeo-Unesp- José Paulo Neto-UFRJ- Joana Maria Pedro-UFSC), Sociedade do trabalho sem trabalho. Desemprego estrutural (Wolfgang Leo Maar-USP- Idaletto M. Aued-UFSC- Norberto Etges-UFSC).

A revista PLURAL foi implementada. Conseguimos implementar também o jornal bimensal. Tudo isto pode parecer pouco aos olhos de quem vê do lado de fora, mas quem viveu este dia a dia não esquecerá jamais o que ele foi. As marcas deste contínuo atirar de metralhadora giratória são indeléveis. O movimento sindical é um pouco isto: a delícia e a dor de viver, de aprender a cada minuto. Enfrentamos inúmeras dificuldades, resolvemos muitos problemas e criamos outros tantos. O que seremos amanhã a história dirá. A geração de 68, com raras exceções, está fora da universidade. Em contrapartida, há mais de seiscentos novos docentes. Talvez seja um pouco para eles que a gente está

falando. O que seremos no futuro depende destes novos docentes, das novas diretorias que nos sucederão. E para falar de futuro nada melhor do que o Osni pois como atual presidente, tem a responsabilidade de dar seguimento a isso. Pelo menos é assim que se diz no movimento. A responsabilidade é sempre do presidente, sobretudo quando algo não vai bem, enquanto que os os louros...ah os louros, isto é sempre mérito da diretoria. Tivemos muitos acertos. Erramos muito. Só não erra quem não faz.

Paulo Pinheiro Machado - Certo. Passando para o Osni. Mas, antes, só lembramos que na gestão da Bernardete, foi lançado o jornal **Debatendo a CUT**, que veiculou nossa posição nos fóruns da CUT. Foram dois números. Trinta mil exemplares, que foram distribuídos pelo Brasil inteiro. Quer dizer, de fato a APUFSC realmente formou quadros, não só para a administração da UFSC, mas também para a administração do município e para várias diretorias da ANDES. Quer dizer, esse é um fator que pode ser avaliado. A APUFSC foi um centro de formação de quadros políticos importantes.

Osni Jacó da Silva

O grande problema de se manifestar por último é que a minha lista de assuntos foi aumentando. De vez em quando, alguém dizia: "Bom, mas o Osni deve falar nisso." Agora, devo responder a pergunta da Profª. Bernardete... por essa eu não estava esperando! Mas, na realidade, eu vou contar aqui 8 meses de gestão. Então, se todos tiveram 15 minutos, eu teria que dar conta em 5 minutos. Mas eu acho que vou precisar usar os 15, também.

Paulo Pinheiro Machado - Osni, só para te interromper um pouquinho: O Prof. Osni também fez parte da gestão anterior, na diretoria da Profª. Ber-

nardete. E foi nessa diretoria que surgiu um documento, que não era assinado por ninguém, que se chamava "Manual do Capa Preta" e teve ampla divulgação nacional, também.

Osni Jacó da Silva - Continua tendo divulgação. Agora internacional, também. Só que continua não assinado. Não dá para começar a contar essa nossa gestão sem contar que, depois de duas gestões, a gente teve uma disputa eleitoral. No final da nossa gestão, houve a inscrição de duas chapas para a Diretoria da APUFSC. Houve portanto uma disputa que ganhamos.

O problema da URP vem permeando toda essa mesa. Então, eu te-



nho que lembrar que, quase no final da gestão da Profª. Bernardete, chegou algum dinheiro para pagar parte dos precatórios da URP, que até hoje ainda não foi pago totalmente. O processo da URP trocou de mãos. E a doutora juíza que assumiu a tramitação do processo dali em frente, modificou uma sentença transitada em julgado, ou seja, uma sentença da qual não pode haver mais qualquer modificação. Esse é um negócio que, quando a gente fala, deixa meio de queixo caído as pessoas que não estão acompanhando de perto essa questão, principalmente quem não entende das questões jurídicas. A doutora deu uma nova interpretação para uma sentença que não tinha mais nenhum recurso, estava em fase de execução. E eu estou me referindo a este fato por que isso, inclusive, foi utilizado na disputa eleitoral.

A composição da chapa foi de novo formada pela Com-Posição, uma articulação de forças políticas que tinha sido inaugurada lá na articulação da chapa do Prof. Edmundo. Foi uma eleição extremamente difícil, em que a gente esperava uma diferença muito pequena de votos. Por exemplo, durante a apuração, uma urna do CTC tinha recebido um voto de um bolsista do CNPq que não tinha votado em

separado, tinha colocado o voto misturado com todos os outros dentro da urna. Então, a comissão que estava fazendo a apuração decidiu que ia deixar essa urna para contar por último. Porque se a diferença fosse de um voto, seria necessário refazer a eleição no CTC. Isso é só para dar uma idéia do que se esperava dessa eleição. Esperava-se, inclusive, que pudesse ser definida por um ou dois votos. Foi para nós uma surpresa grande de ter havido uma diferença em torno de 60 ou 62 votos, não estou bem lembrado agora. Mas foi um trabalho fantástico. Nós tivemos que percorrer toda a Universidade em poucos dias. Foi um desgaste considerável, mas com um resultado, para nós, bom, com certeza.

Ao contrário de gestões anteriores, nós herdamos uma administração muito ágil, com alguns problemas ainda a resolver, mas que está longe de ser o caos administrativo que foi relatado aqui por outros que me antecederam. Na realidade, nós estamos com uma infra-estrutura que ainda precisa de alguns ajustes, de alguns reparos. Mas essa infra-estrutura de hoje não necessita mais que diretor fique sentado, fazendo cálculos de cheque APUFSC, muito menos montando artesanalmente os boletins. Esta agilidade foi uma herança das gestões anteriores. Essa gestão não fez muito mais do que tinha sido feito. A gente pretende, até o final da gestão – e no final, eu vou contar uma coisa para vocês –, deixar para a próxima uma estrutura melhor ainda.

Não herdamos nenhum problema financeiro. Deste ponto de vista, todas as questões estavam saneadas, com dinheiro em caixa. Se por um lado, isso é muito bom, por outro lado, a gente às vezes tem dez pedidos de doação, de empréstimo, de tudo que vocês possam imaginar, para analisar em uma reunião de diretoria, o que torna as coisas extremamente complicadas. A gente tem que tratar de questões políticas muito mais importantes que essas. Temos uma diretoria que está absolutamente co-

Osni Jacó da Silva

Professor do Departamento de Educação Física da UFSC, foi Diretor de Imprensa na gestão 90/92. Atualmente, é Presidente da APUFSC



ordenada – é uma bela diretoria, do ponto de vista de coordenação – e que trabalha “por música”. Não há, até o momento, nenhum problema. Perdemos alguns diretores que se afastaram para cursar pós-graduação, mas já conseguimos recompor.

Conseguimos “evoluir” - isso é discutível - em uma questão que era um nó que vinha atrapalhando, atravancando, gerando uma série de desconfortos: a assessoria jurídica. Alientamentos: a assessoria jurídica. Até então, nós tínhamos o advogado, e hoje nós temos assessoria jurídica. Ou seja, nós contratamos mais dois advogados, que agora formam uma assessoria jurídica. Inclusive, nós estamos trabalhando no sentido de que isso tenha cada vez mais um caráter de assessoria jurídica. Talvez, isso venha nos imobilizar mais ainda, mas não tem como trabalhar essa questão de outra forma.

Com relação à questão da Unimed, à qual o professor Marco se referiu, no final da gestão da professora Bernardete foi renegociado o Plano de Saúde. A Unimed nos deu bastante trabalho quando acabou com o plano que existia até então, o plano “B”, passando para o Uniplan. O Uniplan, entre os existentes no mercado, é o menos pior. Atualmente, a maior reclamação dos professores é o fato de não conseguir as consultas agilmente com médicos mais famosos da cidade. Mas não há nenhuma reclamação com relação, por exemplo, à cobrança por fora de internações ou de exames laboratoriais. Ele tem, com certeza, vantagens maiores que os defeitos. Mas são os defeitos que aparecem mais.

Continuamos a ter um problema com relação aos Grupos de Trabalho (GT's). A gente pode dizer que hoje tem um único GT que funciona, que é o GT Ciência e Tecnologia. Os outros GT's existem no papel. A gente tem feito o que é possível para tentar reativá-los, mas a relativa desmobilização se reflete na composição desses grupos. Mesmo assim, a nossa participação em nível nacional continua

sendo considerável. Saliento, por exemplo, nossa participação do GT Comunicação e Arte, que tem sido fundamental, no sentido de desenvolver algumas ações, como a campanha na mídia, em nível nacional, a criação da agência de notícias e do jornal da ANDES. Este último, é um projeto de médio para longo prazo. A princípio, será um jornal de grande circulação, para entrar no circuito comercial. Não seria mais um jornal voltado para a categoria. Nesse GT, nós temos tido grande participação. Em outros também, mas eu estou frisando este porque a participação nele tem sido fundamental.

Com certeza, nós temos hoje uma agilidade administrativa que dá respaldo para a intervenção política. Temos agilidade administrativa e finanças adequadas. Ninguém deixa de participar de uma reunião para discutir uma questão política devido a qualquer outro problema, nem deixamos de caminhar devido a questões administrativas.

Temos que passar agora a analisar a conjuntura. E aqui não se trata mais de “revendo a história”, mas de “vivendo a história”. Nós assumimos praticamente junto com FHC. Nós em meados de outubro de 1994, e Fernando Henrique Cardoso no começo de janeiro de 1995. Enfrentamos a situação de ter um presidente professor universitário, um intelectual com um passado de esquerda, exilado político e com um passado diferente do Collor, por exemplo. É um passado que pode ser discutível. Mas não há – pelo menos, eu não conheço – acusações de corrupção, por exemplo. Parcela grande da nossa base apoiou e votou. E apoia! Então, isso criou uma complicação muito grande para a gente trabalhar com todas essas questões.

Continuamos a participar, em nível nacional, da construção do movimento do Servidores Públicos Federais (SPFs) e participamos, inclusive, da construção do movimento unificado dos SPFs com as estatais. Tivemos a “petulância” de propor, escancaradamente, a primeira greve política.

“Ao contrário de gestões anteriores, nós herdamos uma administração muito ágil, com alguns problemas ainda a resolver, mas que está longe de ser o caos administrativo que foi relatado aqui por outros que me antecederam. Na realidade, nós estamos com uma infra-estrutura que ainda precisa de alguns ajustes, de alguns reparos. Mas essa infra-estrutura de hoje não necessita mais que diretor fique sentado, fazendo cálculos de cheque APUFSC, muito menos montando artesanalmente os boletins”

(Osni Jacó da Silva)



“Enfrentamos a situação de ter um presidente professor universitário, um intelectual com um passado de esquerda, exilado político e com um passado diferente do Collor, por exemplo. É um passado que pode ser discutível. Mas não há – pelo menos, eu não conheço – acusações de corrupção, por exemplo. Parcela grande da nossa base apoiou e votou. E apoia! Então, isso criou uma complicação muito grande”
(Osni Jacó da Silva)

Escancaradamente! Dissemos: “Essa greve é, sim, em primeiro lugar, política. Tem algumas outras reivindicações, mas essas não estamos considerando prioritárias.” Fizemos isso por decisão unânime da diretoria de encaminhar para a greve, mesmo com uma assembléia com 92 professores presentes, na qual parcela razoável se posicionou contrária. Não foram poucas as pessoas que nos disseram o seguinte: “Vocês estão loucos!” Mas nós considerávamos que, naquele momento, não dava para fazer outra coisa; tínhamos que encaminhar naquele sentido. Porque ficar acomodado seria pior ainda. Avaliamos que a maioria dos professores universitários – e uma grande parte dos SPFs – não estava só desmobilizada; estava, na verdade, refratária, não respondendo a nenhum tipo de convocação. Na gestão anterior, da qual eu fiz parte também, um número considerável de professores veementemente contrários ao movimento foi defender suas posições. Nessa nossa última greve, simplesmente ignoraram, o que é muito pior e mais complicado. Mas conseguimos o que pretendíamos, uma greve curta, tão forte quanto fosse possível e que preparasse, ou que pelo menos ajudasse na mobilização e que ajudasse a discutir questões importantíssimas para a Universidade. E acreditamos que tivemos sucesso nisso. Parece que eu estou fazendo uma avaliação em assembléia de greve. Mas não tem jeito; é isso!

Na questão da LDB, se a gestão do Prof. Marco Da Ros lançou os doze pontos desfavoráveis, durante esta gestão o comando de greve relacionou vinte e sete. “Progredimos” um pouco e “arrumamos” mais quinze pontos (risos), os vinte e sete pontos de por que somos contra a LDB-Darcy-MEC. Acreditamos que conseguimos resgatar um pouco a discussão dessa questão, talvez não no nível necessário. Aquele documento no qual relacionamos os vinte e sete pontos negativos da LDB-Darcy-MEC, frequentemente precisa ser reproduzido, tal a demanda.

Neste momento, a conjuntura é extremamente adversa, há um Congresso que está passando como um trailer, um rolo compressor por cima de todas as questões. O líder do PMDB declarava, na semana passada, na Folha de São Paulo, que o PMDB está votando no escuro, está aprovando tudo que o governo quer e vai cobrar daqui a dois anos, para ver se as coisas mudaram ou não. Isto aconteceu em um momento que o movimento sindical está em baixa. Ao par disso, o governo nos ataca de novo com a onda das privatizações, desta vez de vários ângulos. Se em ocasiões anteriores, as propostas de privatização eram feitas através de um projeto isolado, desta vez o ataque à Universidade Pública vem de todos os lados. Tem deputado fazendo projeto, ao que aparece, por iniciativa própria, determinando cobrança de mensalidade, o MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado propõe a “publicização” das universidades – que no fundo é a privatização – e o Senador Darci Ribeiro com o seu projeto de LDB aliado ao MEC aponta na mesma direção. Além destas propostas vindas de cima para baixo, sem qualquer discussão com a sociedade, propostas também começam a surgir de baixo para cima. Por exemplo, ontem um jornalista me telefonou para perguntar o que eu achava de a universidade passar a cobrar para estacionar nos espaços públicos do campus. Pode-se chamar do que quiser, eu chamo isso de privatização. Esta proposta nasceu aqui dentro da Universidade Federal de Santa Catarina. Isto é só para se ter uma idéia de como é que está a situação neste momento.

Está sendo difícil dar respostas a todas as demandas. Eu creio que isso nunca foi diferente, sempre foi assim. Mas neste momento, a coisa está bastante complicada, porque a gente tem que ficar prestando atenção na reforma da Previdência, na quebra dos monopólios, na LDB, no Projeto de Lei do Antônio Jorge, na Lei de Patentes, etc. Com relação à Lei de Patentes agora deu para dar uma rela-

xada porque já não há mais muito o que fazer. Passou mesmo contra nosa vontade. Isto foi o que deu para fazer até agora. Estou achando que a gente vai ter que se mobilizar para, daqui a uns quatro anos, desfazer a Reforma Constitucional.

Ao par desta conjuntura, a gente está vivendo um momento difícil para o Sindicato Nacional, que transpareceu muito no XXX CONAD. A ANDES está ficando muito mais parecida com uma federação do que com um sindicato nacional. As decisões nacionais são julgadas em nível local, de acordo com as conveniências. Por exemplo, não se procura respeitar as decisões de um comando nacional de greve

ou tampouco cumprir decisões de Congressos e Conads. Nesta última greve nacional, uma Seção Sindical permaneceu em greve semanas após a decisão em contrário do Comando e outras tantas abusaram dos "indicativos de greve sem data". Esta perda de unidade nacional é muito ruim para nós e ótima para o governo. Com relação a pergunta da Profª. Bernardete: "O que seremos daqui para a frente?" Não dá para responder. A gente vai ter que, daqui a dez anos, rever a história para poder responder. Acredito que existiremos daqui a dez anos para poder vir aqui contar a história. Talvez sejamos bem diferentes das décadas de 70 e 80.

Debate

Gerônimo Wanderley Machado -

Eu queria, em primeiro lugar, fazer alguns destaques para registro e, se for o caso, para o comentário da mesa. Na minha avaliação, acho que o movimento da APUFSC, sua ação sindical, pode ser dividido em três períodos básicos. Eu consideraria um período de forte politização, desde a sua fundação – ou a partir de 1978, mais precisamente – até 1986. Foi um período – e aí eu quero retomar um argumento utilizado pelo Milton Muniz, na sessão passada – de transição, uma transição que alguns aceitam e outros não. Mas, justamente esta mesa aqui e este plenário de hoje confirmam aquela hipótese do Milton que é a importância da "era de transição", que foi de 1986 a 88. Depois, há o período de 1988 até hoje, 1995, com a *Com-Posição*, que é uma nova formulação política que construímos. E aqui

quero caracterizar dois tipos de hegemonia: uma que vai até 1986 e que é bastante clara. Uma tendência, com um ideário político e um tipo de prática muito claro e, absolutamente, vinculada ao PT. E, a outra, a *Com-Posição*, posterior à transição de 1986 a 88, definindo uma nova hegemonia.

Eu quero dizer – com base em minha visão das coisas e, de um certo modo, também como uma provocação – que, no período que foi até 1986, houve fortíssima politização e, contraditoriamente, de 1988 para cá, houve um decréscimo gradual, em termos de politização ou presença de uma muito forte despolitização. Penso que a mesa diretora dos trabalhos de hoje, de uma certa maneira, configura bem esta minha hipótese. Há uma forte conotação burocrática no nosso sindicalismo posterior a 1988. Eu diria que, num bom nível, esta é



No período que foi até 1986, houve fortíssima politização e, contraditoriamente, de 1988 para cá, houve um decréscimo gradual, em termos de politização. Há uma forte conotação burocrática no nosso sindicalismo posterior a 1988. Acho que se tem que pensar muito sobre isto"

(Gerônimo Wanderley Machado)

**"O problema das ausências, nas
assembléias gerais, não é nenhum
defeito de nenhuma diretoria. Isto
é resultante de uma prática
histórica e de um período de entre-
safra, um período de refluxo ou de
queda da luta política, substituído
pelo trabalho burocrático
aperfeiçoado e eficiente"
(Gerônimo Wanderley Machado)**

uma mesa despolitizada. Acho que se tem que pensar muito sobre isto.

Neste ínterim, eu queria chamar a atenção de todos, porque estas coisas não estão muito descoladas umas das outras: despolitização e burocracia. Por exemplo, a questão da comunicação da APUFSC. É evidente que há uma melhoria enorme, neste plano. Eu já disse isto em outro momento. Então, o nosso público, ao invés de ir à assembléia geral, lê o boletim. Um bom boletim, bem feito e ágil.

Queria lhes lembrar que participei de muitas noites na APUFSC, com tesoura, cola e máquina de escrever, fabricando boletins. Sem ser membro da diretoria, sem ser nada, apenas um militante, comprometido com o movimento. Hoje não precisamos mais de nada disto. Hoje temos tudo que é equipamento de tipo eletrônico. É "scanner", é computador para todos os lados, são dois "gigas" para cá, quatro "gigas" para o outro lado. Enfim, o boletim sai "pré-armado" e em fração de minutos ele está pronto, corrigido a 100%, evitando 98% dos erros ortográficos e gramaticais. Isto facilita tudo mas não politiza, não substitui o processo inerente ao combate político transformador.

Então, o professorado, com base nisto, deixa de ir à assembléia geral e se considera informado. E o problema das ausências, nas assembléias gerais, não é nenhum defeito de nenhuma diretoria. Isto é resultante de uma prática histórica e de um período de entressafra, um período de refluxo ou de queda da luta política, substituído pelo trabalho burocrático aperfeiçoado e eficiente. Quando temos assembléia geral, a moçada vem para dizer "sim" ou vem para dizer "não", como na diretoria de que participei, de 1992 a 94, quando o professorado veio dizer que não queria fazer greve (1994) e assim decidiu por esmagadora maioria. Neste ano, 1995, os professores não vieram às assembléias gerais e nós definimos uma greve com 65 professores a favor e contra. Isto também é histórico e redundou numa greve que foi um fiasco. A

greve de 1995 deu no que deu, por que havia uma avaliação equivocada, hegemonizando o movimento docente, ou suas direções e, por isto, o resultado foi muito ruim.

Então, essas hegemonias até 1986 e posterior a 1988 precisam, não só que se lhes registre, mas que se faça a sua avaliação política, qualificada, enquanto problemas que podem ser considerados fenômenos de unidade, até 1986, de transição entre 1986 e 88 e de reunificação e despolitização de 1988 para cá, com hegemonia da *Com-Posição*, sua força principal, sem hegemonia clara de nenhuma força político-partidária. De 1988 em diante, a hegemonia ficou bastante difusa, por certo, com a presença hegemônica de forças que não aquelas que hegemonizaram o movimento docente, na UFSC, até 1986. Isto é importante. É com base nestas idéias que considero a *Com-Posição*, de 1988, como uma nova hegemonia, na UFSC, diferente da hegemonia do período anterior a 1986.

Por outro lado, o aperfeiçoamento do boletim da APUFSC, outro aspecto acentuado aqui, caracteriza mudanças conjunturais, de fato. Além disto, hoje nós temos muitos colegas, muitos companheiros do movimento docente – estou aqui diante de alguns –, que outrora foram membros ativos do movimento e que hoje desempenham responsabilidades administrativas, na reitoria, nas direções de centros, nas chefias de departamentos, no governo municipal, no parlamento estadual, nacional e municipal, nos governos estaduais, etc.

Não vamos fechar os olhos para estas mudanças. Elas têm uma repercussão muito forte no que é este movimento hoje, no que ele tem sido e no que ele será. Não podemos fazer as nossas análises e nem concluí-las, abstraindo estas questões que, no meu juízo, são básicas. Enfim, era fundamentalmente isto o que eu queria deixar registrado. Se a mesa quiser oferecer alguma consideração sobre o que foi dito, eu agradeceria.

Milton Muniz - Eu quero voltar a duas questões. Uma é a questão da URP. Antes de impetrarmos essa ação aqui, o que o movimento docente discutia? É que a ação judicial, do ponto de vista salarial, iria quebrar a isonomia duramente conquistada. Então, era uma questão que precisava ser avaliada politicamente. Havia discussão do tipo "vamos quebrar a isonomia com uma ação judicial", até a deliberação da juíza que questiona uma questão transitada em julgado. Então, a história da URP é extremamente importante se a gente for calma de percebê-la do ponto de vista político. É aquela questão que eu coloquei inicialmente: Não dá para a gente pensar que lei é lei, e direito é garantido em qualquer lugar.

A outra questão que eu quero resgatar foi a feliz coincidência de trabalhar junto à APUFSC e à SBPC, em 89, na época da constituinte estadual. A SBPC tinha uma proposta clara: Inserir nas constituições estaduais recursos para a ciência e a tecnologia. Entretanto, a SBPC não tinha infraestrutura para esse tipo de trabalho. E a APUFSC consorciou-se com a SBPC e conseguiu – e eu acho que de forma significativa – colocar aquele percentual destinado à ciência e à tecnologia, que deve estar hoje, em nível anual, em torno de 17 a 20 milhões de dólares. Vejam o seguinte, se esses recursos fossem jogados, efetivamente, na atividade de ciência e tecnologia, isso a nível de Santa Catarina, que tem uma população com uma formação superior significativa, tenho a impressão de que o Estado daria um salto de qualidade. Enquanto não me chamam a atenção para o tempo, há as questões atuais.

Uma é a Reforma Constitucional. Se a Andes estiver disposta a bancar aquele lobby no Congresso, é preciso que a APUFSC esteja presente. É preciso pressionar o Congresso. Uma outra questão que me ocorreu – levantada a partir da questão da prisão do José Arno – é que o momento de refletir também a questão dos direitos humanos. Foi publicada recentemente

a lista dos desaparecidos durante os governos ditatoriais. Então, não dá para passar apagada, por exemplo, uma questão dessa ordem numa entidade sindical de esquerda. E não fizemos ainda nenhuma menção, pelo menos em nível de Diretoria, sobre essa questão, que é a lista dos desaparecidos. Junto da lista dos desaparecidos, há os eliminados e há os cassados. A gente considerava que, no momento em que foi feita a anistia, a questão das anotações políticas sobre as manifestações, a livre manifestação, não mais existiam. E o que a gente verifica hoje ainda, e muito recentemente, é que essa questão continua. Então, é preciso discutir a questão dos direitos humanos, na perspectiva da liberdade de expressão.

Marco Da Ros - Eu sou um dos que se afastaram um pouco. Estou fazendo doutorado atualmente e tenho acompanhado o movimento docente um pouco à distância. Absolutamente, não é um abandono, mas é um acompanhamento à distância, nesse momento. E por isso mesmo, porque eu estou um pouco à distância, eu acabo perdendo um pouco a prática de assembleias, de reuniões, etc, e eu caio em provocação. Acho que a gente tem que esclarecer alguns pontos. Eu entendo que a análise de conjuntura hoje é muito mais uma análise de estrutura, até de entender o que está acontecendo em nível internacional. Há viradas tremendas nesse mundo: Chirac, presidente; o Ieltsin, que é um horror; o Menem se reelege; o neoliberalismo "triunfa" no mundo inteiro. Isso não estava presente nas gestões anteriores. Isso acontece a partir da gestão da Bernardete, a partir principalmente da gestão do Osni agora, que fez um quadro trágico do que está acontecendo.

Essa modificação do movimento, para mim, estruturalmente é tão importante que vai refletir nos partidos políticos, nos sindicatos e na possibilidade de mobilização. Por falar em mobilização, hoje quem abraça alguma coisa é a RBS - Rede Brasil Sul de

Comunicação. Ela é que bota um monte de gente na rua. Nós fazíamos isso, enquanto movimento de esquerda e de protesto. Hoje a direita faz e consegue. E nós temos que pensar em outras possibilidades de mobilização. O movimento zapatista hoje é seguro, ou seja, não é esmagado pelo governo mexicano, devido à Internet. A Internet se encarrega de bloquear isso. Todo mundo colocando recado na Internet, isso é suficiente. Conheço uma pessoa na Lagoa que administra uma firma em São Paulo. Da Lagoa da Conceição! Ou seja, as pessoas não são mais de estar presentes. E isso muda muito o caráter de mobilização. Muito! Então, não é uma questão da APUFSC, é uma questão internacional, nacional. Partido, sindicato, tudo isso está em crise. A APUFSC, acho até que ela sobrevive galhardamente dentro dessa crise. Consegui fazer uma assembléia de 60 pessoas e retirar uma greve. Fantástico! Outras entidades já abandonaram isso. Acho que a gente conseguiu conviver com um movimento de politização crescente nas últimas gestões e acho que, mais do que nunca, a APUFSC está muito politizada, politizada para novos tempos. E tem conseguido responder isso bem. Como eu disse, eu caio em provocação ainda.

Bernardete Aued - Queria fazer um comentário à fala do Milton em relação à URP. Ela nos ensinou, de fato, o árduo caminho da luta jurídica e principalmente os limites que ele tem. Ela ensinou também o preço que as saídas individuais, ao invés de saídas coletivas, impõem ao movimento. A solidariedade é bem difícil nos dias atuais. É isto que está colocado, o quanto é complicado construir movimento coletivo. Quando o Marco fez referência ao quadro internacional, também concordo, a dificuldade advém desde longa data e não é absolutamente conjuntural. Para além do nosso umbigo, o contrafluxo do movimento tem envergadura maior do que a gente imagina. Nosso problema não é dessindicalização, como o mo-

vemento sindical francês, por exemplo, mas enfrenta outros problemas que também não são exclusivamente sindicais. Vivemos um momento de desindustrialização, e isso nos afeta, não poderia ser diferente. Alguns que têm emprego, querem ficar com ele e tudo fazem para não perdê-lo. Não é à toa que só estão sobrevivendo, neste momento, alguns sindicatos. São poucos que conseguem sobreviver neste momento, buscando estratégias de manutenção do seu próprio emprego, única e exclusivamente. Em alguns casos, buscam o contrário, aquilo que o movimento sindical luta em outros momentos, até ampliam a jornada de trabalho, não se incomodam com a intensificação do trabalho. O que ocorre na UFSC serve como exemplo. Na nossa gestão, tentamos fazer um jornal avaliando as condições de vida do professor universitário. Com que condições ele trabalha? Várias pessoas foram consultadas. A grande maioria não quis falar. E a gente sabia que estavam trabalhando mais de 40 horas. "Trabalha mais de 40 horas. Poderia pôr no papel isso?" "Não. Não posso." "Trabalha no fim de semana?" "Trabalha no fim de semana." "Trabalha em feriados?" "Trabalha em feriados. Mas eu não posso, não quero colocar isso no papel, assim também como eu também não quero reivindicar condições de trabalho." Mas isso, como diz a Bíblia, são sinais dos tempos. Eu quero é segurar o meu emprego. É isso que eu quero. Isso não é conjuntural, isso é estrutural.

Milton Muniz - Eu só tive tempo de preparar a falação depois que sentei na mesa – aquela explicação dada no início. Uma questão colocada hoje. Acho que não pode passar em branco, porque "o que seremos" é a questão de eleição para reitor. APUFSC não deve se envolver, e quanto instituição, enquanto entidade, com problemas de candidatura. Mas eu acho que a APUFSC precisa discutir projetos de universidade.

de. É esse o momento adequado. Corremos o risco, em uma avaliação bastante pessimista, de termos um único candidato a reitor, e isso inviabiliza qualquer discussão política. O máximo que vai dar para discutir, se deixarmos o barco na posição que está, são as normas eleitorais.

A questão da nova sede: Acho extremamente importante investir na nova sede da APUFSC. É preciso deixar uma infra-estrutura física que estimule as pessoas a trabalharem e que seja um local de trabalho adequado às atividades sindicais. Com isso, a questão da informatização deve ir às últimas conseqüências.

E a questão da comunicação: Temos essa nova forma de comunicação que está na rua – eu não sei se todos já viram – o painel e o rádio. E estamos fazendo esforço para ir também para a televisão. A gente entende que são aquelas outras formas de luta, que não é greve, como sempre se tinha.

Só uma complementação da fala do Prof. Osni, com relação à Lei de Marca, Patente e Propriedade Industrial: Ela já está encaminhada, mas precisamos ainda reverter uma questão, que é o patenteamento de seres vivos sob qualquer forma de manifestação. Essa questão, ainda estamos considerando a possibilidade de reverter-la, embora já esteja indicado que microorganismos serão patenteados. Nós, e o resto do mundo desenvolvendo e cientificamente conseqüente, sabemos que patenteamento de seres vivos, sob qualquer forma, é um prejuízo enorme para a sociedade. Talvez não seja um prejuízo só econômico, mas um prejuízo social significativo.

Tanira Piacentini - Eu queria lembrar uma conquista – eu acho que foi uma proposta da APUFSC, levantada na gestão 90/92 – do voto paritário real. Nós não conseguimos, naquela época, fazer passar essa proposta no Conselho Universitário. E na semana passada, o conselho aprovou a nova forma. Então, foi uma proposta da APUFSC que, finalmente, encontrou



respaldo no Conselho Universitário. Eu queria também fazer um reparo. Pegando a expressão usada no seminário passado, um "reparo carinhoso", viu Marco? Com relação à greve de 91, eu achei que tu foste um pouco injusto com aqueles 40, 60 velhos companheiros que trabalharam junto com a diretoria. Eu me lembro da comissão de divulgação, por exemplo...

Marcos Da Ros - 60 pessoas?!

Tanira Piacentini - Tinha muita gente. Talvez tu não tenhas te colocado bem nessa hora. Mas passou para a gente, ou pelo menos para mim, a imagem de uma diretoria conduzindo a greve muito solitariamente. E eu acho que tinha pouca gente, mas tinha gente muito disposta ao trabalho.

Há uma questão que eu vou levantar para deixar registrado, porque eu acho que a gente tem que retornar a ela: É a forma como não só a APUFSC, mas também a administração universitária, tem encaminhado e está encaminhando ainda, por respingos da época, a questão dos aposentados da APUFSC. Não estou discutindo a Resolução 116 do CUn, a questão de retorno dos aposentados, mas a forma de lidar com a idéia da aposentadoria. Eu vou usar o plural aqui apenas por uma questão de não indicar responsáveis por isso; eu não olhei,

"É preciso deixar uma infra-estrutura física que estimule as pessoas a trabalharem e que seja um local de trabalho adequado às atividades sindicais. Com isso, a questão da informatização deve ir às últimas conseqüências".

(Milton Muniz)

Eu acho que a gente cometeu, no encaminhamento das questões, algumas injustiças, que precisam ser analisadas, avaliadas, agora que estão um pouco mais distantes. Uma questão que eu acho que foste tu que levantaste, Osni, eu acho que é o grande problema, o mais imediato, e que nós temos que lidar com ele. É a questão da privatização. Claro, deve-se lidar com todas as questões maiores, mas eu tenho ouvido depoimentos assustadores com relação à questão da privatização da Universidade. Essa questão sempre esteve em pauta, mas as pessoas tinham um pouco mais de vergonha. Hoje é moda privatizar, hoje está na mídia que a privatização é uma coisa positiva. Nós temos um presidente, de origem e de atuação na esquerda, que defende isso. Portanto, temos pessoas que nem sempre pensaram mas começaram a olhar com bons olhos a questão da privatização da Universidade, principalmente os setores nobres da Universidade – temos os nobres e os pobres. Há algo que eu não chamaria de movimento, mas uma conversa bastante forte, do lado de lá do rio, com relação ao apoio maciço à privatização da UFSC. Acho que essa diretoria vai enfrentar essa questão, e talvez seja aí o momento de começar a discutir, para mobilizar. Eu acho que é a questão que mais me assusta nesse momento.

Osni Jacó da Silva - Eu queria dizer o seguinte: Eu me inscrevi porque há uma série de coisas que ficaram anotadas aqui e eu acabei não falando. Mas eu queria corrigir uma questão que foi colocada, acho que pelo Marco. É uma correção carinhosa. Embora talvez não tanto quanto a Ta-

nira (risos). Pode não ser o mesmo carinho. Olha, a questão da carga horária de 120 horas continua. Ela não é a mesma gestão, não. Tanto que essa diretoria usa 120 horas. Inclusive, uma maneira que quer, ou seja, pode ser com 10 horas, ou 3 com dedicação exclusiva, 40 horas, está certo? O problema, portanto, não é institucional. É, digamos assim, cepepiano. Para todo mundo que entenda um pinga é letra. Então, o problema é lá no CPPD, não é um problema de instituição. O que a administração da Universidade modificou - até é uma interpretação diferente - foi com relação à cessão de professores para outros sindicatos. E aí está determinado mesmo que não conta pontos. Por exemplo, cede o médico para o sindicato dos médicos, cede o engenheiro para o sindicato dos engenheiros, mas aí não conta para a progressão, fica congelada a progressão. Pelo menos é esse o acordo, o entendimento verbal que nós temos. E eu acho que tu estavas junto nessa conversa. Então, me inscrevi para "limpar essa área" e para dizer que eu, apesar de estar participando de assembleia, também.

Eu tenho participado um bocadinho de assembléias nos últimos dias. Quanto à questão da despolitização, eu acho que a gente não pode considerar que "a APUFSC está despolitizada". Não é uma coisa divorciada do conjunto dos professores, entendendo. Porque a APUFSC somos nós. E a retórica às vezes é reflexo, às vezes reflete, às vezes está um pouco na frente, às vezes está atrás. Agora, legal é que essa coisa toda, essa "despolitização" – que eu não considero que seja – coincide com o término da ditadura. Naquela época, era fácil todo mundo ser contra. Daí para frente, ficou mais complicado, porque já não é mais ditadura, e começa a haver uma série de direções um pouquinho diferentes, um pouco mais para a esquerda, um pouco mais para o centro. Até então, era fácil aglutinar todo mundo

contra. Era mais tranquilo. A gente vê isso nos partidos políticos. Nos sindicatos, não seria muito diferente! E quero reafirmar aquilo que o Milton falou com relação à eleição para reitor. Acho que como entidade a gente não deve se envolver. Agora, nós devemos aproveitar o momento para discutir que Universidade nós queremos, o projeto de Universidade. Essa é uma chance que não dá para perder. Porque vai haver uma mobilização intensa. É uma chance que a gente vai ter de chegar a todo mundo. Temos que aproveitar esse momento. Era só isso.

Marco Da Ros - Eu agradeço as "correções carinhosas". Coisa típica do Capa-Preta, aliás. Está ali no manual. Ele faz correções carinhosas. Capa-Preta não cita artigo, só... Pessoal, eu tinha pedido a palavra para falar isso que a Tanira falou antes, da conquista da nossa proposta eleitoral. Tinha que marcar melhor isso. Porque, na ocasião, nós tínhamos o Fórum Inter-Entidades e tínhamos um problema, porque os funcionários defendiam o tipo de voto que prevaleceu na eleição do Bruno e do Gilmar, que era o paritário desproporcional, digamos assim. Porque favorecia a corporação dos funcionários mais presentes na Universidade. Então, eles defendiam isso para que o seu voto valesse mais. A proposta dos estudantes era o voto universal, "em nome da democracia". Pode ser. Mas, sem dúvida nenhuma, favorecia a eles numericamente, o maior grupo da Universidade. Portanto, também favorecia. A gente tentou fazer uma proposta que não era a proposta, na época, do CFM ou a proposta do Fernando Henrique. A proposta era que 70% valeriam os professores, 20% os alunos e 10% os funcionários, ou vice-versa. Também nós não defendíamos uma proposta que privilegiasse o professor. Defendíamos essa proposta que acabou passando, que é a do voto paritário proporcional. Ou seja, essa é a proposta que nos parece mais justa. Isso coloca uma

nova conjuntura na Universidade, a ser pensada.

Em relação às questões que me colocaram, as "correções carinhosas", eu acho que a Tanira tem razão em relação à greve de 91. Mas é uma sensação importante, porque eu já tinha participado de outras greves de desmobilização. Essa sensação começa a ficar caracterizada já em 91, e ela vem se agravando. Cada vez mais está-se delegando para a diretoria. Acho que acabei exagerando, mas é bom caracterizar o início do processo desmobilizatório, de delegação de funções para a diretoria. A diretoria define e bota no boletim, como o Gerônimo falou.

A outra questão, que o Osni levantou, do CPPD, 20 horas, também me parece importante. Porque a Albertina teve problemas severos para conseguir que as 20 horas valessem. Acabava sendo uma definição do departamento. Não era para haver problemas. A gente tinha um acerto, inclusive, de que isso não seria problema. Então, passa agora por problemas na CPPD e no Departamento. Mas isso seria legalmente viável e tínhamos garantia.

Eu queria colocar uma questão que, ao meu ver, está cada vez mais clara que é a questão da aposentadoria, que a Tanira colocou. Eu tenho

"Eu acho que a gente não pode colocar que "a APUFSC está despolitizada". Não é uma coisa divorciada do conjunto dos professores. Porque a APUFSC somos nós. E a diretoria às vezes é reflexo, às vezes reflete, às vezes está um pouco na frente, às vezes está atrás"

(Osni Jacó da Silva)



visto, em termos de estrutura, cada vez mais gente desempregada. Tive dados agora da França de que, com 25 anos, uma idade absolutamente produtiva, 25% da população francesa é desempregada. O que acontece na França? O capitalismo vai muito bem lá, obrigado. Cada vez desenvolvendo mais produtos e cada vez com mais tecnologia e desempregando mais gente. Como se não bastasse todo o pessoal do norte da África tentando conquistar um espaço na França, há uma onda de desemprego violenta lá. É um problema só da França? Não. É um problema mundial. Para mim, é da lógica do desenvolvimento do capitalismo. Conseqüentemente, o que significa isto na nossa aposentadoria? Nós começamos a mudar, e isso no Chile também. No Chile, só tem velho empregado. Porque não sendo a aposentadoria integral, o pessoal não quer se aposentar. Por exemplo, se a aposentadoria for de dez salários mínimos, como é a proposta que está circulando, o professor titular não se aposenta. E não se aposentando, não abre o mercado de trabalho. Então, a defesa das conquistas do Regime Jurídico Único, da aposentadoria integral, etc, hoje, é um problema de defesa do futuro dos nossos filhos. E isso não é demagogia. Temos que lembrar, muito claramente, que os nossos filhos não terão emprego. Os empregos estão sumindo, desaparecendo, e nós estamos participando disso. Nós quem? Sem dúvida nenhuma, quem defende hoje essa política do Fernando Henrique.

A política da Previdência que ele está propondo – com argumentação de que “não, espera mais um pouquinho, nós somos absolutamente produtivos com 55 anos, como é que nós professores universitários vamos nos aposentar com 55 anos? Nós temos que produzir mais” – fecha cada vez mais o mercado. Cada vez mais se impede que as novas gerações tenham emprego. Eu temo muito pelo futuro dessas decisões que a gente toma agora.

Juarez Müller Dias - Bom, em pri-

meiro lugar, eu quero manifestar minha satisfação de estar aqui. Eu saí de um dia de trabalho e de reuniões com as minhas energias esgotadas. Estava indo para casa, vi o convite da APUFSC e disse “vou até lá”. Chegando aqui, eu consegui mais um pouco de energia para continuar o dia de hoje e os outros. Por eu ter chegado atrasado, não sei se foi colocado. Se foi colocado, eu peço desculpas a mesa. Mas eu acho que, na última fala do Osni, foi tocado na questão de se discutir que Universidade nós queremos. E eu lembro que, na gestão da Bernardete na presidência da APUFSC e com o final desse processo, no início da gestão do Osni, nós tivemos, como membros da comunidade universitária aqui, uma grande oportunidade de criarmos a universidade que nós queremos. E eu tenho, assim, uma inter-rogação muito grande comigo. Em que deu a Estatuinte? E eu acho que seria preciso resgatar isso na história da APUFSC. Nós tivemos representantes nossos da APUFSC, representantes dos estudantes, representantes da comunidade externa. E foi, assim, a maior canja para um reitor dessa Universidade ter administrado de maneira tranqüila, sem nada, executando exatamente a política que ele queria, não dizendo que era a política dele. Porque, a partir do momento que você está em um órgão diretivo, é lógico que você procura implantar uma política que você pensa que é a melhor para o desenvolvimento da instituição. Embora eu acredite que deva ser uma política com a maior participação possível. Então, eu gostaria que fosse resgatada a questão da Estatuinte e, se possível, fosse um pouco mais discutida. Eu acho que nós devemos resgatar isso, porque nós estamos reivindicando uma coisa que nós tivemos na mão e não utilizamos.

Bernardete Aued - Não me inscrevi para falar da Estatuinte. Nós temos muitas e muitas outras questões importantes. A estatuinte é um assunto que precisa ser retomado neste momento. A discussão sobre que Univer-

cidade queremos tem um ponto de partida. Existe um trabalho a respeito, e a discussão precisa partir dele. E penso que é tarefa da APUFSC promover, instigar mais uma vez o debate. Mas não é só da APUFSC, não. Eu acho que é de todos. E aí, fraternalmente ousou dizer à companheira Tainira, que a resposta à pergunta "O que seremos?" não é de minha responsabilidade apenas, não. Muito pelo contrário, é de todos os integrantes desta universidade, integrantes deste movimento. Nós temos, sim, a responsabilidade de pensar sobre ele. No que fizemos até agora, no que erramos e erramos muito. Mas, erramos porque lutamos, tentamos lutar. Cabe a nós também pensarmos prospectivamente, a partir da provocação que o Marco nos fez. Se hoje é assim, o que será amanhã? O caso dos aposentados é extremamente emblemático. Há muitas questões intervenientes. Relembro um dado que foi mencionado no encontro dos aposentados: A longevidade dos brasileiros aumentou. É claro que a longevidade do Sul não é a do Nordeste. E nós não podemos esquecer que o Brasil não é só Sul; é Nordeste também. E isso, por si só, traz demandas, pressões frente ao mercado de trabalho. Então, é evidente que esta é uma batata quente. E ela, de certa maneira, está exigindo, inclusive, uma redefinição ao nível dos objetivos da política, das reivindicações. Antes os aposentados ficavam felizes porque iriam se aposentar, era motivo de festa. Participei de várias no meu

departamento. Quando o professor se aposentava, puxa vida, era uma festa só. Hoje não tem mais nada disso. As pessoas têm um certo pavor de se aposentar. Há uma questão nova. Não é porque o professor se aposenta; é pelo conjunto de ameaças que ele vem sofrendo. Se se desvincula hoje o salário dos aposentados do salário do pessoal da ativa, o que acontecerá com os aposentados? Questões como essa merecem, sim, a nossa atenção.

Para além de todas essas questões que imprimem seriedade ao movimento sindical, o seu dia-a-dia não é feito só de problema, de "abacaxi", não!

Nesta sessão de memórias quero re-lançar, para imortalizar, "O Manual do Capa-Preto". A você docente que ainda não teve a oportunidade, leia o Manual, você chega lá. Como diz o Raul Guenter, gostaria de falar sobre o Manual para uma platéia repleta de professores novos. Há passagens no Manual que são imperdíveis, marcam um pouco da beleza que é esse Manual. O Capa-Preto é sempre o cara que sabe tudo. Ele sempre ilustra, como diz o artigo 13, citando clássicos, para demonstrar segurança de quem tudo sabe, "como disse Marx", "como disse Lênin", "Lênin defendeu dessa maneira essa questão", "Fidel nunca abriu mão", "Guevara apontava tal" e vai por aí a fora. O Capa-Preto sempre tem razão. E, em alguns casos, ele apenas se equivoca. E quem manda no capa é a mulher do capa, mas quando o capa é mulher, ninguém manda nela. Maravilha, não?

"Antes os aposentados ficavam felizes porque iriam se aposentar, era motivo de festa. Participei de várias no meu departamento.

Quando o professor se aposentava, puxa vida, era uma festa só. Hoje não tem mais nada disso. As pessoas têm um certo pavor de se aposentar".

(Bernardete Aued)

Um olhar retrospectivo

Organizadoras

Tanira Margarete Piacentini
Carmen Aidê Hermes
(Professoras Aposentadas do
Colégio de Aplicação)

Colaboradores

Márcia J. de Oliveira,
Wladimir Gregório Espíndola
Edison Puente

Ao lado da chuva de palavras que tem marcado a história do movimento docente, encontramos registros em que o verbo se desfaz e abre espaço para a imagem. Muitos momentos desta história foram congelados no tempo pelo olhar fotográfico que, como diz a sabedoria popular, "fala mais do que mil palavras".

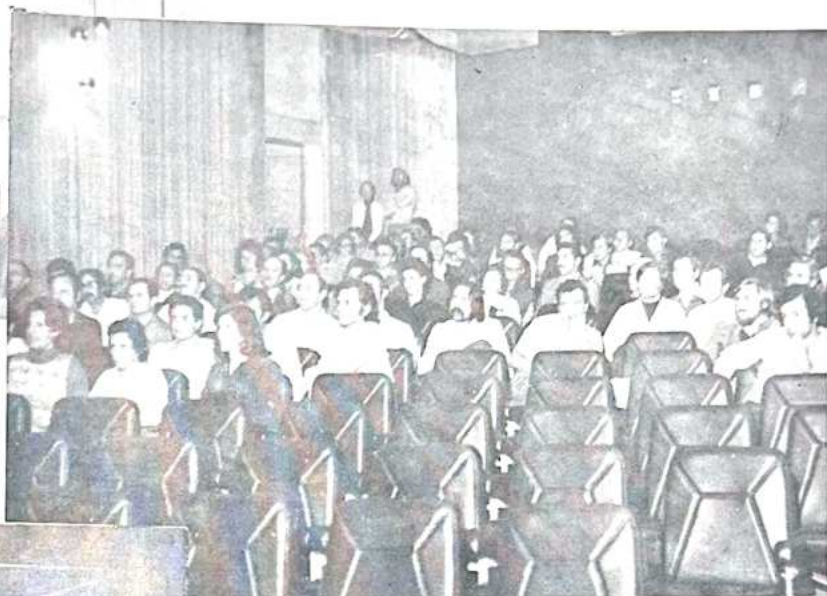
*"(. . .) despertar
do meu olhar
despertador*

*meu olhar
leitor "*

Paulo Leminski



1974 - Fundação da APUFSC - 1ª Reunião (14/06) Traçando os objetivos, Hamilton Schaeffer e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa



1974 - Ainda a Fundação da APUFSC



1980 - Congresso de Fundação da Andes (Campinas, São Paulo)
Eleito 1º Presidente o Prof. Osvaldo de Oliveira Maciel, Presidente da APUFSC (78/80 e 80/82)



1980 - Plenária do Congresso de Fundação da Andes



Assembleia Greve

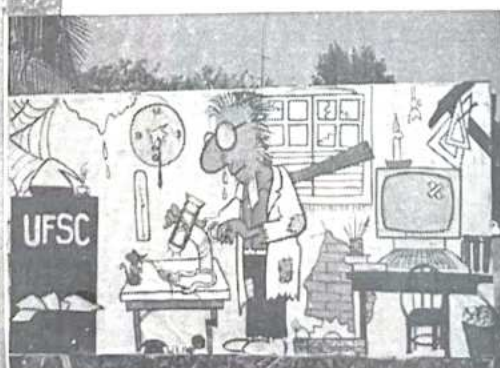
Reunião do
Comando de Greve



Cartazes da Greve



Passeata no Centro
da Cidade



Síntese das greves de 80, 81, 82...
Greve de 84 - Produção artística do
Comitê de Divulgação
(presente, criativo e atuante em
todas as greves!)



Movimento Docente faz convenção
para escolha do candidato a
ViceReitor (1987)



"Primavera na UFSC -
Candidatos a Reitor
plantando...
(1987)

Campanha para eleição a
Reitor (1987)



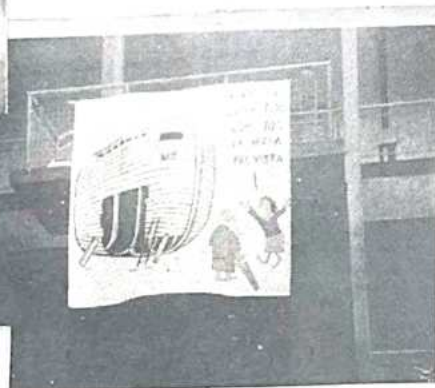
Festa do Dia do professor



Eleições para a Diretoria da APUFSC (1988)



CONAD S. Luís do Maranhão (1987) - O Movimento Docente vai ao Bandeirão ...



Greve de 1987



Ela também fez história (até 1990, foi grande companheira!)



Chapa Com-posição comemorando a vitória (por 9 votos !)



Festa da Posse (1988)



Luiz Carlos Prestes na UFSC (atividade conjunta APUFSC/ASUFSC/DCE)



Manifestação na Delegacia do MEC (greve de 89)



Deflagração da Greve de 89 (maio)



A caravana já foi...



1º Seminário
Nacional de
Educação sobre LDB
(Junho 89)
(ANDES-SN/
FASUBRA/UNE/
CNTE/UBES)



Seminário de
Avaliação Docente
(maio de 89)

Comemorando
(porque ninguém é
de ferro!) o Dia do
Professor - Clube
Penhasco (out/89)



Curso sobre Verbas -
Prof. Elias Jorge
(UFMG e Diretoria da
Andes/SN - 1990)



Concerto na TAC - Música para o Dia do Professor (out/90)
Roberto Cipulo (Violino) e Clóvis Faggion (Piano)



Passeatas no Centro da Cidade (Greve de 1991 - a mais longa...)



Bingo da Greve (1991)



Lançamento da Revista Plural - convidados Maurício Tragtemberg e Cesare Giuseppe Galvan (1991)



Abraçando a UFSC (Greve 1991)



*Comunidade universitária
participa da passeata pró
impeachment (set/92)*



*Monumento pró-
impeachment, patrocinado
pela APUFSC - Autoria :
Anderson Cattoni
(Projeto coordenado pelo
Professor Cesar Floriani/De-
partamento de Arquitetura)*



*"Análise da época contemporânea
e os elementos da Nova Ordem
Mundial"*

*Palestrante: Eric Hobsbawn;
Debatedor: Otávio Ianni;
Promoção: APUFSC - SSind/UFSC*

Festa de (re) inauguração da APUFSC/SSind



Ainda a festa (e a homenagem, nas figuras da Mari, Henrique e Gerda, a todos os funcionários da APUFSC, de todas as gestões. Muita história prá contar, não é, companheiros?)



Assembléia Geral Permanente (greve /93)



26ª CONAD da Andes/SN (junho/93)



5º CONGRESSO NACIONAL CUT

5º Congresso
Nacional da
CUT (1994)

*Seminário "Metamorfoses
do Mundo do Trabalho"
Prof. Edmundo Dias
(UNICAMP/Diretoria da
Andes/SN)*



28º CONAD da
Andes/SN (junho/94)



Conferência Nacional
de Educação para
todos - Brasília
GT-PE/APUFSC SSind
(agosto/94)

Posse da
Diretoria



Apresentação do Projeto
arquitetônico da sede da
APUFSC/SSind

" Um velho relógio de parede numa fotografia - está parado? "

Colaborações para o arquivo

O arquivo de fotos da APUFSC está desfalcado. Ainda é tempo de atualizá-lo. Se você tiver fotografias de qualquer evento do Movimento Docente/APUFSC, que tal doá-las para o arquivo do Sindicato?

Um agradecimento especial aos fotógrafos Marco Cezar (Greve84) e Rosa Alice Mosimann (todas as fotos dos cartazes e comando de greve 84).

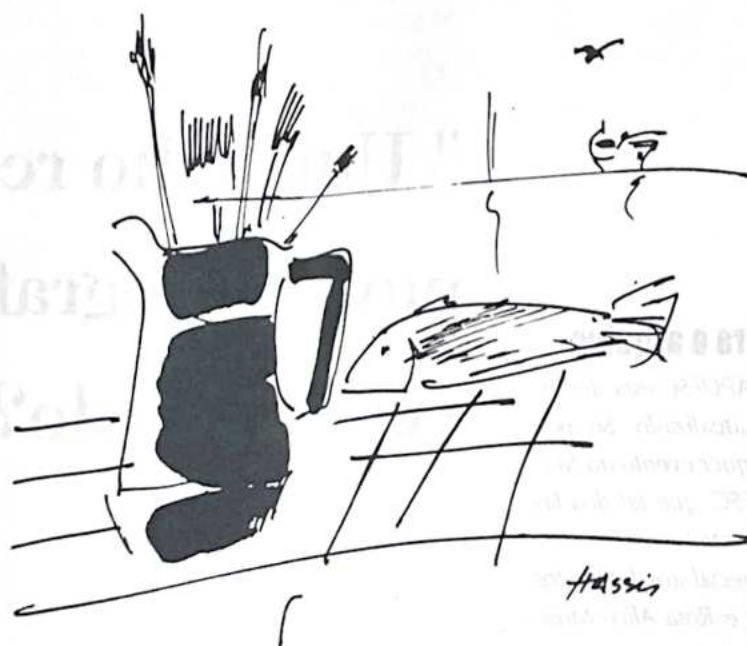
Mário Quintana

Com o objetivo de divulgar a boa literatura, "Plural" publica agora dois poetas: Alcides Buss e Pablo Neruda. E dois contistas catarinenses: Silveira de Souza e Virgílio Várzea, este apresentado por Ledo Ivo

Raimundo C. Caruso

Silveira de Souza

Do lado de Flávio Cardoso, Amílcar Neves e Emanuel M. Vieira, João Paulo Silveira de Souza faz parte do primeiro time de contistas de Santa Catarina. Seus textos são enxutos, de temática quase sempre urbana, onde o autor combina sabiamente a racionalidade e fértil imaginação. Vive na rua 23 de Março, 146, Itaguaçu - Florianópolis.



Românticas Neuroses

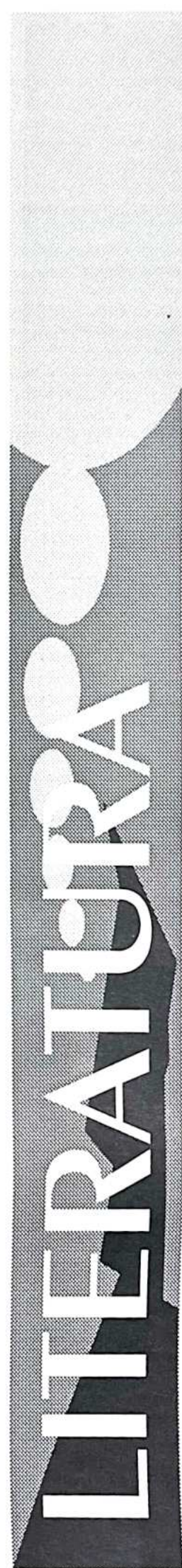
As vezes está no escritório, a trabalhar. Por exemplo, datilografa um relatório ou uma exposição de motivos. O assunto é enfadonho, mas inadiável. Num dado momento, alguma coisa vinda do interior dele mesmo o distrai. Os dedos se paralisam sobre as teclas da máquina; o pensamento se desvia para um território neutro, enevoado; os olhos se erguem abstraídos dos objetos reais, para verem somente a mulher, que está pensando nele. De início é simples imagem nebulosa, ondas invisíveis de tênue fumaça que sobem pelo ar e se entrelaçam em anéis, formando o rosto que é desconhecido, mas logo desejado. E o rosto pensa nele procura-o na distância em frase que brota de súbito no pensamento: "Que cara legal ele é!" Então ele se envaidece em silêncio por ser um cara legal, mas há um abismo, um vácuo como sombra a impedir o encontro deles. Ela, a mulher, quer materializar-se, vir ao encontro dele, no entanto algo sempre acontece e interrompe a irresistível corrente vibratória que tenta uni-los. Então ele cai em si e volta a datilografar o relatório enfadonho e inadiável.

Sempre uma história, um episódio, que se intromete. Outras vezes pode estar recostado numa poltrona a ler um livro. Os olhos correm de um lado para o outro, no movimento impensado e rápido de captar as palavras que tecem a arte e o drama em seu cérebro. de repente, uma especial palavra, um som vindo de fora - ou terá sido apenas a ligeira mudança da luminosidade sobre o vidro da janela? - distrai a mente daquelas personagens que sofriam e se conflitavam em projeção imponderável. E daí a mulher, a mulher/rosto, sempre diferente das sonhadas em outras vezes, mas enfim sempre a mesma, indefinida e próxima, surge no espaço em múltiplas situações, numa praia, numa boate, nas ruas centrais apinhadas de gente, num quarto de motel, numa igreja. Nem sempre está só, homens a procuram, pessoas conspiram contra eles, outros amores lhe são impostos e ela os aceita, há in-

tensidade de afetos e renúncias, de capitulações e rebeldias. Tudo por causa dele. Ainda que figura ausente nessas representações, ele é uma constante obsessiva, ansiada, no pensamento dela, que é afinal o pensamento dele. E ele se envaidece e sofre íntimo sofrimento, na solidão que tudo dissipa, quando então vem à tona e os olhos encantados e perplexos voltam a olhar as palavras do livro. "Coroa neurótico e solitário", pensa de si mesmo, tentando rir da própria contração inibidora ante os prazeres reais. Mas se a figura imaginada mostra por acaso a nítida radiância de seu corpo excitante, que teima em permanecer vívido na memória, ele não raro se dirige com alguma pressa ao banheiro...

Figura ausente nas representações, ele coordena porém os acontecimentos com o seu egoísmo, a sua dependência afetiva, sensações de terna compreensão ou de ressentida tirania. Ela se deixa envolver pelas pressões do mundo porque o ama, entrega-se a outros homens porque o ama e ele a faz sofrer por despeito, por simulada indiferença, embora sentindo um espinho a ferir-lhe o coração. Masoquismo? Quantas vezes morreu, para imenso desespero dela? Quantas vezes a matou, para atroz amargura de seus devaneios?

Uma constante: Os momentos finais que antecedem à morte. Ela jaz deitada, numa campina? em plena calçada? no beliche de uma cabana, a retirada cabana de um homem? Ela jaz deitada e olha triste do interior de seu sonho, como se acaso ele pudesse estar presente. Há alguma coisa que relembra nele, de modo impreciso, um trecho lido de romance antigo, uma história contada, uma cena de filme ou de novela de televisão. Ela jaz deitada e diz: "Eu te amo" num fio de voz, no instante sublime que precede a morte. Ele se comove. Talvez uma névoa úmida preencha os seus olhos. Mas então, de súbito, cai na realidade, correndo os olhos despertos e contrafeitos - mas de certa forma recompensados - pelos enfadonhos e banais objetos circundantes, que são o mundo que ele deve sofrer com a sua displicente e premeditada infelicidade.



Pablo Neruda

Um dos quatro latinoamericanos prêmio Nobel de literatura, **Pablo Neruda** era, até há duas décadas, um dos mais assíduos livros de cabeceira da classe média culta do continente. Nasceu e morreu no Chile, poucos dias depois da deposição de Allende por Pinochet, em setembro de 1973.

Este poema: "**Puedo escribir los versos...**" foi escrito quando Neruda tinha 21 anos de idade, em 1925

Puedo escribir los versos

Puedo escribir los versos más tristes esta noche.

Escribir, por ejemplo: "La noche está estrellada,
y tiritan, azules, los astros, a lo lejos".

El viento de la noche gira en el cielo y canta.

Puedo escribir los versos más tristes esta noche.
Yo la quise, y a veces ella también me quiso.

En las noches como ésta la tuve entre mis brazos
La besé tantas veces bajo el cielo infinito.

Ella me quiso, a veces yo también la quería.
Cómo na haber amado sus grandes ojos fijos.

Puedo escribir los versos más tristes esta noche.
Pensar que no la tengo. Sentir que la he perdido.

Oír la noche inmensa, más inmensa sin ella.
Y el verso cae al alma como al pasto el rocío.

Qué importa que mi amor no pudiera guardarla.
La noche está estrellada y ella no está conmigo

Eso es todo. A los lejos alguien canta. A los lejos.
Mi alma no se contenta con haberla perdido.

Como para acercara mi mirada la busca.
Mi corazón la busca, y ella no está conmigo.

La misma noche que hace blanquear los mismos árboles.
Nosotros, los de entonces, ya no somos los mismos.

Ya no lo quiero, es cierto, pero cuánto la quise.
Mi voz buscaba el viento para tocar su oído.

De otro. Será de otro. como antes de mis besos.
Su voz, su cuerpo claro. Sus ojos infinitos.

Yo no la quiero, es cierto, pero tal vez la quiero.
Es tan corto el amor, y es tan largo el olvido.

Porque en noches como ésta, la tuve entre mis brazos
mi alma no se contenta con haberla perdido.

Aunque éste sea el último dolor que ella me causa,
y éstos sean los últimos versos que yo le escribo.

Virgílio Várzea

No final do século passado duas figuras de vanguarda da cultura catarinense desembarcavam no Rio de Janeiro. Um era branco, descendente direto de português e que seria prontamente lembrado para entrar na recém inaugurada Academia Brasileira de Letras. O outro, negro, mais tarde apontado como o maior simbolista do país, era Cruz e Souza.

Canção Eslava

(A Horácio de Carvalho)

Junto à borda oscilante, sobre a larga tolda do vapor, num recanto isolado dos balaústres de popa, onde se erguia o camarim do comandante e o homem do leme fazia girar vivamente as malaquetas da roda, em meio de contínuos balanços, ele olhava tristemente, pela vez derradeira, as formas recortadas e vagas das montanhas da costa, que se esfuminhavam docemente à distância, no azulamento fosco do céu. E, torturado de saudade, o espírito abatido, numa imensa desolação, sob aquele apartamento cruel, que o destino lhe impusera subitamente, com a costumada possança esmagadora, calada, a cabeça pendida, indiferente a tudo e a todos, como num sonambulismo, o pobre rapaz sonhador ia desfiando lentamente em silenciosas convulsões de choro, que o sufocavam por vezes, a *romanza* enternecedora de todos os afetos, que vicejavam já, em estelar florescência, a primeira estância deliciosa da sua mocidade de ouro.

O crepúsculo caía para os lados da proa, em vasta faixa púrpura, que se esbatia no alto num cor-de-rosa saudoso. As águas, aí, nesse limite aparente e longínquo do oceano, estavam sulcadas de longos *tuyautés* tremulantes de mica. E lá acima, no zênite do firmamento, as primeiras sombras da noite rolavam já, em todas as direções, com a sua gaze leve e flutuante de cinza. Em volta, no convés balouçante, em recantos afastados, alguns passageiros mais rijos, que o enjôo não dispersara ainda, apesar dos vagalhões, olhavam também melancolicamente, numa vaga palração cismadora, ora o esplendor do crepúsculo dolente, ora a barra escura da costa, recuando aos poucos, recuando sempre, ao longe...

E o rapaz, isolado e soturno, cada vez mais alheado de tudo, fixava ainda os lados

onde o litoral se afundava, num profundo recolhimento, sob o bando das recordações.

Em seu cérebro desolado, bailavam agora numa pungência nostálgica, todas as queridas visões da sua infância passada. E nesse embevecimento íntimo e nessa dolorosa saudade, as angústias daquela separação pareciam adorme-

cer por instantes, como embaladas na doçura inefável de um carinho ou de uma benção, no fundo da sua alma sangrando. Mas a noite descia, muda e lutulenta, envolvendo céu e mar num pó denso de carvão. E o ar todo foi-se cobrindo lentamente de uma miríade infinita de pontos de ouro flamante, que riscavam aqui e além de um traço vivo de fogo a cava funda das ondas.

Ele então, debruçado da balaustrada oscilante, ergueu para o alto, instintivamente, os seus olhos melancólicos - e quedou-se a olhar as incomparáveis estrelas, jucando faustosamente o Espaço de pedrarias estranhas.

O seu espírito ficou pairando longo tempo, todo preso ao esplendor sideral e numa mística abstração, invadido de um profundo sabeísmo, quando um cântico soou de repente à proa, lá em baixo no convés, por entre-vante da tolda - trêmulo e rouco como



LITERATURA

uma canção de degedo, ou um gemer arrastado e oprimido de almas anhelantes. Eram os imigrantes eslavos, cantando em coro uma dessas canções nevoentas e saudosas, mas cheias de uma idealidade afetiva, das suas terras brancas do Norte. Saturados ainda da tristeza da vasta travessia atlântica, a alma pesada de nostalgia, na recordação embaladora e perpétua da pátria distante, expandiam-se resignadamente, deixando voar para o Azul, para as constelações, numa vaga melopéia rítmica, a sua dor de exilados, que se fundia por vezes desoladoramente, nos sonoros smorzandos, com a plangente sinfonia dos cabos e o ciciar funerário do vento nas vergas.

Arrancado subitamente assim ao êxtasis constelar do seu Sonho rolando pelas estrelas, baixou os olhos tristemente sobre aquela massa fervilhante de gente, apertada entre as amuradas de proa como um humilde rebanho, e de onde se erguia aquele canto dolente que reavivava em seu peito as puas finas da dor. A noite, em redor, tornara-se mais densa na sua negrura de tinta, enquanto no alto as gotas de ouro dos astros radiavam, mais vívidas e trêmulas. O mar todo tinha a sumtuosidade trágica de um manto de veludo sinistro, estendendo-se sobre uma planura sem fim e cujas dobras movediças ondulavam continuamente, aqui e além, recamadas de clarões azulinos e de um vago reluzir de lantejoulas.

O canto cessara como alados gemidos sem benção, e tudo recaiu num leve murmúrio de ondas e nos ruídos esparsos do vapor, singrando rigorosamente para vante, contra a aragem do largo, que aumentava de sinfonia gemente. No horizonte, a Leste, vinha apontando agora uma tênue barra de claridade láctea, que vestia as águas, ao longe, de vastas placas argêntas. E, daí a instantes, a lua surgia maravilhosamente, cobrindo a amplidão com o seu imenso velário de tule.

Então, à proa, junto ao castelo, na amurada de bombordo, onde batia em cheio o luar, uma figura esguia e branca de mulher ergueu-se do meio da massa negra fervilhante dos imigrantes

eslavos: e uma voz suavíssima abriu vôo na noite, num ritmo lento e balançado, como um fio de melodia saudosa.

Era uma dessas canções gemedoras de terras rurais em algum platô do Kherson, onde o homem se bate com o solo, ao vento e à chuva, ao calor e à neve, numa labuta constante. Os versos diziam, na sua cadência vagarosa e lânguida, o custoso revolver da terra ao clarear das manhãs, o sulcar das charruas para as primeiras plantações, a capinação incessante dos terrenos gramados, o verdejar alegre das plantas, o crescer florescente das hastes, o amadurecer das espigas, o amoroso cantar das ceifeiras e o reluzir profuso dos grãos, em montões alteros, no meio da palha fofa. Tudo isso envolto com as alegrias, as esperanças, as tristezas e as desgraças dos pobres *moujiks* louros. E as estrofes finas davam a emoção psicológica, o esquisso vago e vaporoso de um idílio de campo, na amplidão rasa de uma estepe sem termo, ao badalar plangente do Angelus numa torre de campanário longínquo, à margem de um rio espelhante, onde dois jovens se enlaçam e beijam enternecidamente, num último adeus de colheita acabada, sob um poente de sangue...

Todos, à ré, já haviam adormecido no silêncio das *cabines*, sob a sonolência das altas horas de bordo, em meio aos contínuos balanços. Só, sobre a tolda, o rapaz enlevava-se, sonhando os seus amores passados na sua aldeia distante, embalado espiritualmente pelo som acariciador e bendito da campesina canção. E a rapariga eslava, magnífica ao luar, numa Alvura de visão, de pé contra a borda, apoiada às enxarcias, o belo rosto de opala voltado para o céu, como num embevecimento, soltava ao vento e às ondas, apaixonadamente, as notas deliciosas daquela balada branca...

Rio 1894

Importância, vida e obra de Virgílio Várzea



Ledo Ivo, poeta

Como o destroço de um navio afundado que volta à superfície das águas, Virgílio Várzea ressurgiu no horizonte com este *Mares e Campos*.

O naufrágio foi completo. De seus romances e contos, e poemas que o impuseram como uma das vozes mais singulares de um determinado período da literatura brasileira, e concorreram para testemunhar o rumo e a fervilhação da vida cultural de Santa Catarina no movimento simbolista, e de sua condição emérita de amigo e companheiro de Cruz e Souza numa revelação inaugural, nada restou. A sucessão dos dias e dos anos, que é também um oceano, engoliu a figura e a obra de Virgílio Várzea.

O raivoso mar literário, que devora homens e livros com a mesma impiedade do oceano verdadeiro que arrasta barcos e navios para suas profundezas, tornou o autor de *O Brigue Flibusteiro* apenas um nome na incômoda e numerosa relação de naufragos que compõem a sua galeria de desaparecidos.

A filiação estética de Virgílio Várzea já antecipa o soçobro, dada a sua condição de figurante da ebulição cultural do nosso simbolismo que, mesmo nos exemplos gloriosos de Cruz e Souza e Alphonsus de Guimaraens, jamais deixou de ostentar a sua condenação à sombra e aura de indesejabilidade.

A leitura deste livro, no qual se depositam todas as qualidades e limitações de Vir-

gílio Várzea, documenta o seu hibridismo estético. O convívio de um evanescente e esbraseado simbolismo com um realismo vigoroso e minucioso, de surpreendente valor documental, comprova que a notória participação de Virgílio Várzea no movimento simbolista, que o firma como uma figura altamente referencial nas evocações e pesquisas de Andrade Muricy, esteve longe de assegurar-lhe a condição de simbolista puro.

Pelo contrário, o que se observa, nestas e em outras páginas de seus livros diversos, é a mescla de dois fluxos antagônicos - e se é lana caprina que o esplendor do Simbolismo fulge, como uma sucessão de pormenores significativos, na descrição das paisagens, nomeadamente nos instantes em que o seu olhar capta as luzes do céu e as cores do mar, um realismo estuante o guia quando ele se detém nos personagens humildes e rústicos que transbordam de sua galeria de tipos como uma próspera rede de peixes.

Todavia, o casamento das matérias realistas, e ambiciosas de veracidade, com os elementos de teor simbolista, não constitui uma regra fixa ou uma imposição ortodoxa. Neste livro, o texto intitulado "A bordo do *Steamer*", significativamente dedicado a Gonzaga Duque, mostra que Virgílio Várzea era ou sabia ser, às vezes, um simbolista de quatro costados, íntegro e completo. Esse texto é um dos ápices da prosa simbolista em nossa língua - uma primorosa mancha impressionista em que o sentido de visualidade se consorcia com a musicalidade mais peregrina, numa cadência exemplar. Com a sua altaneira orquestração estilística, procede do modelo ao mesmo tempo rigoroso e fugidio dos poemas em prosa de Baudelaire e das *divagations* de Mallarmé.

A vida miúda dos pescadores e demais habitantes dos vilarejos praiheiros de Santa Catarina flui das páginas de *Mares e Campos* com o selo da observação continuada, da longa vivência e da demorada convivência convertidas em linguagem; e, como os marinheiros que, desembarcados, penetram desembarcadamente na terra firme, Virgílio Várzea, em sua ficção, não hesita em distanciar-se do litoral. Aos flagrantes campesinos presentes neste livro, como ilhas desgarradas, não falta a cor forte da observação que avança em suas cenas náuticas, praiieras e portuárias, e ainda a sanção da imaginariade que os legitima.

Os usos e costumes recolhidos por Virgílio

lio Várzea em suas ficções longas ou curtas - em seus "quadros rústicos da vida catarinense" - realçam a dimensão documental; de toda e qualquer criação literária como depósito do tempo esvaído e da memória empenhada em seu próprio resguardo. O cheiro e o sabor da vida local habitam as suas descrições e figuras e os instantes festivos ou dolorosos de suas histórias. E ao olfato mais desatento não se esquivará o cheiro fundamental de sua obra. É o cheiro do mar, dos trapiches, das ondas que se desdobram, de tainhas pescadas, do alcatrão que veste as jangadas, e dos navios que passam. Da maresia persistente se deverá dizer que é menos uma ocorrência literária, uma criação das letras, do que uma transposição da vida, o sinal indelével de uma experiência.

Virgílio Várzea foi um marinheiro, e não faltou à sua vida o tempero do sal da aventura. O vento da viagem o enfunou.

Enquanto os seus companheiros de confraria intelectual se deleitavam ou fingiam deleitar-se em viagens imaginárias, ou esgazevam os olhos para o inatingível Azul mallarmaico, ou tinham a punção do espinho da imobilidade e do marasmo insular da antiga Desterro, Virgílio Várzea conheceu o encanto das viagens verdadeiras. Ao acordar para a vida, acordava também para as evasões e partidas, e por um pequeno mas fecundo período acumulou as vivências marítimas e oceânicas que fizeram dele o nosso melhor e mais desembaraçado marinheiro. É coisa de lamentar-se que tenha durado tão pouco a temporada oceânica que poderia ter feito dele o Jack London brasileiro ou um Pierre Loti tropical. A sede de longes terras e longes mares foi depressa saciada, e ele passou a conhecer apenas pequenos horizontes, como criatura terrestre constantemente movida pela nostalgia dos dias juvenis em que viu portos e mares, ilhas e ventos, navios e gentes estranhas.

O lauto glossário marítimo e náutico que desfila em sua obra indica que esses dias voltados à errância lhe vincaram para sempre a personalidade literária e humana. Esses dias de vagas e tempestades permeiam os seus livros que as ondas e ventos de outro mar terminaram por engolir.

Ainda adolescente, e reprovado ao tentar ingressar no colégio Naval do Rio de Janeiro, Virgílio Várzea engajou-se como praticante de piloto num lugre que o levou a Montevidéu, Buenos Aires e à Patagônia. A seguir, uma embarcação espanhola lhe revelou Cuba, Haiti, Venezuela e Colômbia. Finalmente, um brigue lhe proporcionou conhecer o Oceano Atlântico até o arquipélago do Cabo Verde. Uma súplica materna o devolveu à ilha de

Santa Catarina. Confinado, na condição de caixeiro, na papelaria e litografia de um combativo jornalista, descobriu simultaneamente o ideário republicano e as letras. Já se ensaiava como escritor quando o demônio da partida e da viagem voltou a fustigá-lo. Desta vez uma barca espanhola o levou ao cabo da Boa Esperança e a portos da África Oriental e do sul da Ásia. Nova súplica materna o devolveu, mais uma vez, ao seu lugar de nascimento. O vento da viagem não voltaria mais a incitá-lo.

Uma amizade providencial o ligou a Cruz e Souza, como o comprova a circunstância de terem publicado, em parceria, em 1885, o *Tropos e Fantasias*. O grande poeta de *Broquéis* muito o estimulou na prática do jornalismo e da literatura, o que determinou a sua transferência para o Rio de Janeiro.

Este *Mares e Campos* foi editado em 1895, quando Virgílio Várzea já era um nome firmado nos meios jornalísticos, como colaborador de jornais prestigiosos do Rio e de São Paulo. Nele, o simbolismo inicial, aflorante em *Troços Azuis*, o livro de versos que representara em 1894 a sua estréia individual, já se rendia ao ideário estético do realismo. Assim, a sua afeição pessoal a Cruz e Souza não se completava com uma fidelidade estética. A sua clara propensão para o realismo apontava para uma dissidência.

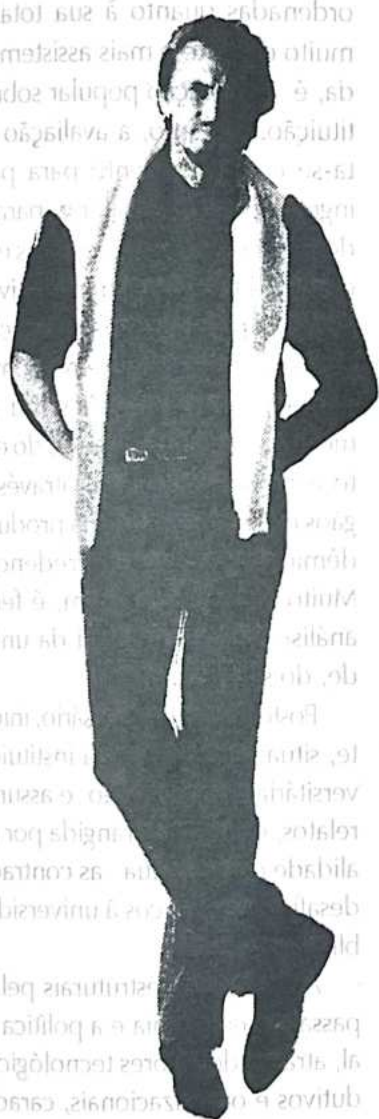
Incorporado à comunidade jornalística e literária do Rio, Virgílio Várzea trabalhou na redação de *A Imprensa*, de Rui Barbosa, e conviveu com escritores do naipe de João Ribeiro, Gonzaga Duque, B. Lopes, Emiliano Perнета e Ramiz Galvão. Por quase trinta anos foi inspetor escolar, o que lhe assegurou conviver com o então e sempre glorioso Olavo Bilac, seu companheiro de repartição. Participou da campanha civilista de 1908, e por duas vezes foi deputado estadual por Santa Catarina.

Ocorreu em 1910 a sua derradeira aparição editorial, com o livro de contos *Nas Ondas*. Daí por diante veio o grande silêncio. Quando morreu, em 1941, deixando vários livros inéditos, o Modernismo já imperava, e persistia no cenário cultural a recusa ao reconhecimento do Simbolismo, como nos seus dias iniciais reprimido como uma atividade poética subterrânea e talvez indesejável. Outro era o tempo e, nesses dias novos, Virgílio Várzea, que então escrevia as suas memórias deixadas inacabadas, vivia o passado e, quase octogenário - pois nasceu em 1863 - o representava com a sua sombra e o seu silêncio de excluído.

Já era um naufrago, nutrido talvez pela convivência taciturna de que toda história literária é uma sucessão interminável de naufrágios.

Alcides Buss

Intelectual que, além de lecionar faz literatura, Alcides Buss é um dos mais conhecidos autores catarinenses. Já editou doze livros de poemas, publicou textos nos melhores jornais literários brasileiros e, como Lindolf Bell, tem trabalhado para ampliar o consumo e a distribuição da poesia. Seu endereço é Caixa Postal 5019, CEP 88040-970, Florianópolis.



Oh, riu teu coração, tristíssimo
palhaço, acrobata da dor
na negra claridão,
na negridão mais clara.

Se a morte celebraste, tua noiva
da agonia, endiabriste o nada
de louco e fascinante tudo.

Palavra na palavra, coração
no coração, a vida te revive...

Nos botecos desta ilha
o povo um dia te dirá.

Perdoa-nos, por ora, se faltamos
ao sentido do teu nome.

LITERATURA

Avaliação Institucional da Universidade

** Professor do Depto de Ciências Sociais, do Programa de Mestrado em Sociologia Política e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas - Sociabilidade e Meio Ambiente - UFSC; Pesquisador do CNPq; Membro da Diretoria da APUFSC*

Por iniciativa da ANDES e APUFSC, foi promovido nos dias 11 e 12 de agosto deste ano, o Seminário Regional de Avaliação Institucional. Além da qualidade das palestras e discussões, tal evento estampa que nem só os interesses estritamente corporativos orientam a intervenção sindical. Noutras palavras, **avaliação é coisa séria**, pois carrega várias implicações que transcendem a vida das instituições. Justamente por isso, precisamos ser mais exigentes frente ao simplismo administrativo com o qual, muitas vezes, o assunto é apresentado. Razões sociais e políticas impregnam as relações culturais como um denominador comum: avaliação institucional. Logo, não é apenas uma questão de método. Apresentamos, então, neste texto, algumas considerações com base na intervenção da APUFSC no referido seminário.

Em larga abrangência, a avaliação proposta e praticada, de uma certa forma, não é estranha à Universidade, em suas várias modalidades: a dos órgãos financiadores, das autoridades educacionais, das administrações universitárias, consultores, especialistas, professores, etc. Embora sem sistematizações mais

ordenadas quanto à sua totalidade, e muito distante e mais assistemática ainda, é a avaliação popular sobre tal instituição. Portanto, a avaliação apresenta-se como elemento para permitir o ingresso e saída do aluno, para medir o desempenho dos professores e dos funcionários técnico-administrativos visando a sua promoção nas respectivas carreiras profissionais, bem como o desempenho das unidades (ou departamentos) das Universidades, do orçamento e de sua execução, através dos órgãos de fiscalização, e da produção acadêmica pelos órgãos credenciadores. Muito raramente, porém, é feita uma análise da função social da universidade, do seu projeto.

Posto assim, é necessário, inicialmente, situar a temática da instituição universitária, sua avaliação e assuntos correlatos, como constrangida por uma realidade que acentua as contradições e desafios já históricos à universidade pública.

As alterações estruturais pelas quais passam a economia e a política mundial, através de vetores tecnológicos, produtivos e organizacionais, caracterizam uma ordem em desordem e instabilidade.

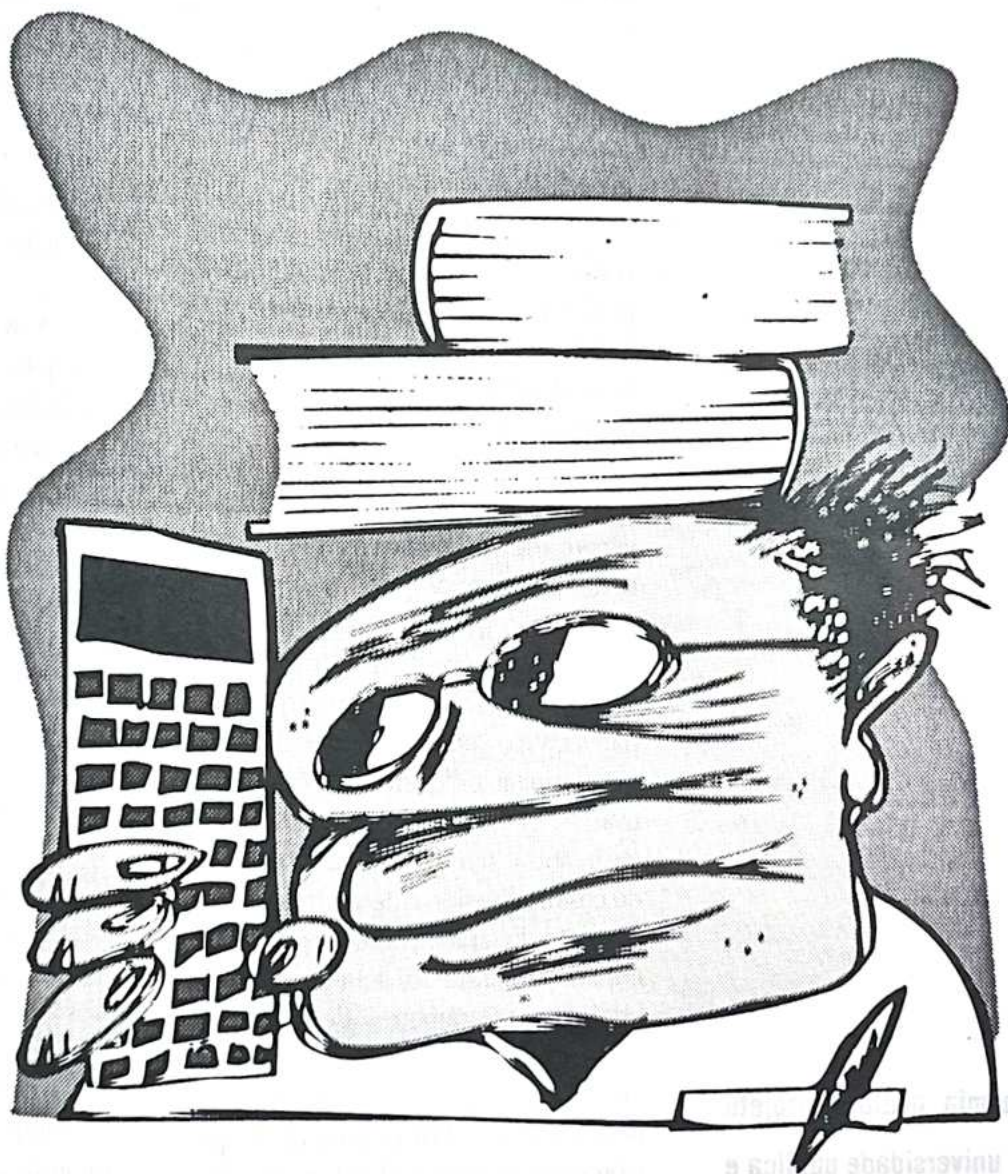
le, cujas conseqüências mais nefastas, têm do estreitamento das instituições democráticas, é a insegurança para os trabalhadores, manifestada, também, como desemprego, subemprego, exclusão social e concentração de renda. A disfunção social da educação compele as forças representativas do capital a exigir da universidade pública, onde existe alguma resistência democrática, do mesmo modo à ética dos negócios. Quantidades de produtividade, independentemente do aviltamento humano de tal propósito, é a qualidade política impressa nas políticas governamentais, inclusive na política administrativa - visto não ser mais logicamente possível falar-se de política educacional. Este é o território onde se apresenta, hoje, a avaliação das universidades públicas, quer federais, quer estaduais.

As propostas que se originam do governo federal já perderam há muito o complexo de virgindade e apresentam-se com toda a explicitação possível. Trata-se de implementar e garantir o controle social como condição de produtividade relativa ao custo contabilizado, pois, também, não é mais lógico falar-se de investimento educacional. Dessa forma, longe de preocupar-se com um padrão de qualidade, como tem insistido a ANDES, representantes do governo acentuam o quantitativo como objeto virtual de avaliação. Surge daí a padronização de medidas sem consideração à história, cultura e condições de trabalho das universidades.

Qualquer sistema de avaliação, culturalmente conseqüente, deve compreender as identidades singulares de cada organização, criadoras da representação de si mesmas e do seu projeto pedagógico, como expressão e equivalência de

sujeitos diversos, porém unitários. É o desenvolvimento de um projeto unitário, público e de qualidade, expressado nos projetos pedagógicos institucionais, que estabelece uma prática identitária nos gêneros das organizações universitárias - ao contrário de um projeto de conformação subsumido ao gênero "mercado". Tal conformação, aparentemente pluralista por uma espúria competitividade entre as universidades, na realidade, ao invés de um padrão unitário, estabelece um padrão único: o comercial. E longe de aproximar a universidade do povo, torna-a mais excludente. Num projeto público e efetiva-

"É o desenvolvimento de um projeto unitário, público e de qualidade, expressado nos projetos pedagógicos institucionais, que estabelece uma prática identitária nos gêneros das organizações universitárias; ao contrário de um projeto de conformação subsumido ao gênero "mercado".



mente democrático, reside a possibilidade da diferença, como salvaguarda de um padrão unitário, cuja transversalidade é a resposta do projeto pedagógico e sua razão ao utilizar-se da avaliação não para definir medidas já perdidas, mas para estabelecer atribuições políticas e

acadêmicas de equivalência com outros
agires e organizações.

A Universidade frente aos desafios históricos

Como segunda consideração, é possível indicar outra sugestão. A transversalidade de gênero pela avaliação institucional é situada a partir do plano global da universidade como instituinte do projeto pedagógico, ou, porque não admitir, dos diferentes projetos pedagógicos por instituição, área, curso, etc. Quer dizer, sem consideração ao plano global de cada instituição, autônomo e democraticamente elaborado pelos seus sujeitos, destitui-se a universidade pública de sua responsabilidade social de colocar-se frente aos desafios históricos da sociedade.

Neste aspecto, é importante considerar que, nas circunstâncias em que se inserem no Brasil, as IES encontram como obstáculo para definição dos seus projetos um aspecto apriorístico a ser tratado no plano global e sua consequente avaliação pedagógica. Trata-se do paradoxo universitário capitalista a objetivar-se no impasse da qualidade versus financiamento. Não lhe escapa ao gênero este momento, que não é objeto desta intervenção, mas que expõe sua contradição às vezes presente e às vezes omissa nos projetos pedagógicos com fins avaliativos. Trata-se também de seu papel crítico versus o seu papel funcional e, muitas vezes ambos não são efetivados. Este aspecto influi na representação social que se faz das instituições de ensino superior, e da sua auto-representação. Escapa-lhe a superação de tal impasse, quando o desafio maior de estabelecer parâmetros de avaliação, como equivalência de sujeitos diversos, omite a definição política de seu agir. É neste momento de transversalidade que o projeto pedagógico é também um projeto político. Sociologicamente, o projeto político significa desfeticizar seu papel. Daí a proposição que, de alguma forma, deve ser discutida coletivamente numa universidade, especialmente a pública, uma vez que esta não está desobrigada de um compromisso ético com sua época e com os desafios soci-

ais no universo de sua ação.

Em direção contrária caminha o projeto de avaliação do governo federal, com a participação de vários administradores universitários. Orienta-se no sentido da despolitização da universidade, onde a avaliação é mero pretexto, visto que, sem os postulados de um compromisso com as exigências éticas de seu tempo e de seu povo, não se justifica a necessidade dos projetos pedagógicos e suas avaliações. A "ética" do mercado, por si só, dispensa-os; é uma questão, apenas, de aferição.

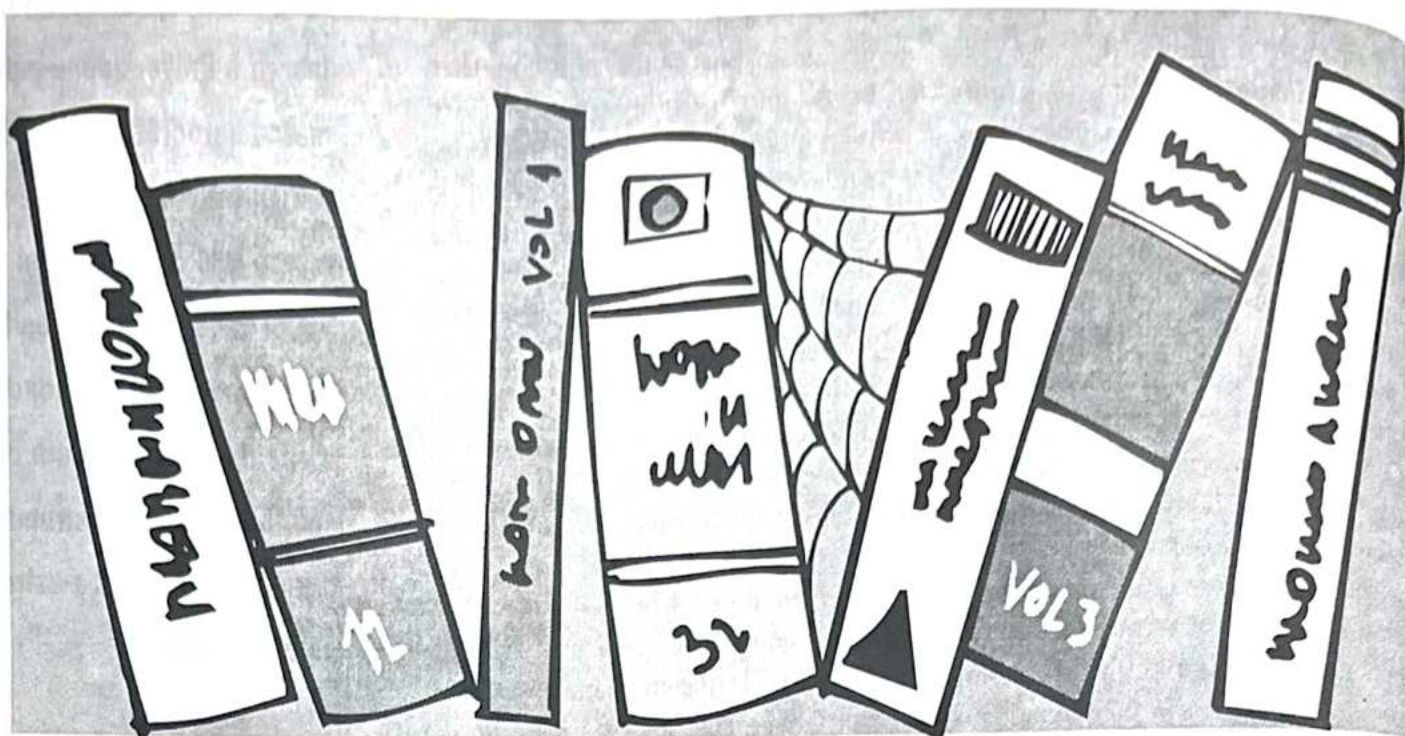
Outra consideração que não pode ser colocada entre parênteses: a autonomia universitária, como condição precedente, principalmente frente aos últimos projetos do governo FHC. Sem autonomia, qualquer projeto de universidade pública e democrática estará comprometido. A prática do poder centralizado, clientelista e chantagista na distribuição dos recursos tem demonstrado isso.

A avaliação não é uma condição do projeto político-pedagógico da universidade; autonomia é a condição do projeto ser avaliado. Do contrário, a avaliação torna-se um ritual burocrático e formalista de legitimação de uma relação de poder. Não é apenas a apropriação de uma fala, é a legitimação do **terror da dívida**; noção esta, inculcada ideologicamente a fim de funcionar, muitas vezes, como uma tortura civilizatória. Não é exagero. No entender de CLASTRES (1982), trata-se da conjugação de dois axiomas etnocêntricos, primeiro o que define que a verdadeira sociedade se desenvolve como Estado (necessidade intrínseca, a sociedade que não o possui é uma sociedade em falta) e o segundo, o que enuncia um imperativo categórico: é necessário trabalhar.

Outro aspecto curioso se observa quando se fala de trabalho e avaliação; trata-se do complexo de avestruz. Quer dizer, em várias proposições e mesmo projetos de avaliação, fala-se da produção do docente, mas nunca se fala de sua remuneração, de salário. Tal coisa, que parece aquela conversa horrível de sindicalista, é simplesmente exumada das avaliações, fetichizando-as, como se

**"Sem autonomia, qualquer projeto
de universidade pública e
democrática estará comprometido.
A prática do poder centralizado,
clientelista e chantagista na
distribuição dos recursos tem
demonstrado isso"**

103



Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.

ANAIS DA 48a. Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. A educação superior e a nova constituição. Brasília, 20 a 24 de fevereiro de 1989.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL. Comissão de Avaliação da UFSC, relatório síntese das atividades desenvolvidas. Apresentado no *Seminário Regional de Avaliação Institucional da Universidade*. Florianópolis, 11 e 12/08/95, promoção Andes Regional Sul e APU-FSC.

AVALIAÇÃO - Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica. II Seminário Nacional Rio, dez/87: *Cadernos ANDES*, n.07, Juiz de Fora, fevereiro de 1989.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL. Documento básico: uma proposta nacional. Comissão Nacional da Avaliação. Brasília, 26/11/94. Mimeo. UFSC.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Avaliação institucional da Universidade. In: *Caderno*, n.1, Rio de Janeiro: ADUFF/SSind-Assoc. Dos docentes da UFF, fev.95, p.25-46.

mento. Se assim for, são dispensáveis os quesitos qualitativos - estes são dados pelo poder de compra. A universidade, como empresa, poderá comprar produtos mais sofisticados para oferecer aos clientes (compradores) que puderem comprar; é apenas uma questão de marketing. Neste caso, seria mais franco adotar outras categorias; em vez de alunos e professores, falar-se-ia de clientes e empregados, assumir-se-ia a racionalidade do mercado que "reduz a humanidade, como cada um de seus elementos, a essa fórmula exaustiva" (ADORNO, p.137).

O próprio termo - avaliação - diz do valor dado pelos avaliadores, que conhecem os valores ou os preços das coisas. É um conceito ligado à sociabilidade do valor e do rendimento pela mensuração e, socialmente, cristaliza e normatiza. Ao contrário, noutra perspectiva, pode ser a análise institucional, que é o exercício da crítica, da síntese e da superação - desmistifica e propõe. Fato que é complicado quando se trata de tempos diferentes em tipos diferentes de instituições, como alerta Seibel: "tempo de produção, portanto, não poderá ser definido a partir de critérios burocráticos ou empresariais, mas acadêmicos (1995, p. 3).

Ainda quanto ao termo avaliação,

considerando o tempo como medida que tem sido comprimida, não é uma insistência meramente semântica. Na realidade, reifica-se o conceito, colocando em jogo o comportamento das pessoas, já que avaliação pressupõe um modelo, uma tipologia de enquadramento. A partir daí, deve-se tomar como base a criatividade de ser capaz de decidir ou alcançar a performance do tipo idealizado? Sabemos como isso tem sido viciador na vida acadêmica. Muitos professores só aceitam tarefas cujas atividades sejam, oficialmente, pontuadas por portarias específicas.

É preciso, também alertar para outra distorção. Avaliação, nos termos da moda, é apresentada como uma **necessidade**. É lógico, que a satisfação dessa necessidade avaliativa cria novas necessidades: avaliadores, especialistas, métodos, funcionários, autoridades, novas hierarquias, poder, salários, despesas, e mais poder para justificar tal sistema e mais avaliação para justificar tal poder. Em suma, faz parte do fetiche o valor da própria avaliação: quanto vale o parecer de um notório especialista? Uma consultoria? Pode valer muito, principalmente se o consultor é ou foi autoridade especial do governo. Empresas de consultoria são montadas e o circuito da indústria da avaliação está completo.

Noutra perspectiva, ao invés de inserir a Universidade pública no marco burocrático, devemos nos perguntar como legitimá-la no marco real, como ela vai ter o apoio da população brasileira, ser respaldada pela sociedade para ter o apoio necessário para cumprir sua função como instrumento de criação de uma infra-estrutura para o futuro. Para isso é necessário algo de liberdade a ser defendido na atividade de pesquisa e de ensino que não pode ser mera submissão ao capital.

A Avaliação educacional, incluindo-se a Universidade Pública, deve ser inserida num processo mais amplo de mudanças sociais. Não encarada como um movimento, torna-se salvaguarda dos senhores do mundo em fazerem do Estado o educador, quando o mesmo é que precisa ser educado, pois é notório como o Estado burguês caminha no sentido contrário da liberdade humana.

Como disse no início deste artigo, a avaliação tem implicações que não devem ser ignoradas. Não se trata de, simplesmente, tê-la como dada ou rejeitá-la. Trata-se de fazê-la, quer dizer, politizá-la pelas relações que encerra, especialmente as de poder e hegemonia. Vale aqui lembrar uma intervenção de Marx, em 1869, numa reunião do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores: "Por um lado, é preciso uma mudança das condições sociais para criar um novo sistema educacional. Por outro, é preciso um novo sistema educacional para que se possa mudar as condições sociais. Por conseguinte, é necessário partir da situação atual" (In.: NOGUEIRA, p.184).

Sob tais considerações, três questões básicas devem ser objeto de encaminhamento por parte da ANDES:

1 - Frente ao projeto FHC para as universidades públicas (projeto Bresser), urge discutir e aprofundar a proposta de autonomia universitária da ANDES, nos termos de uma Universidade pública e gratuita, qualificada para intervir socialmente no seu âmbito de ação;

A ANDES, de forma alguma, deve compactuar com qualquer sistema de avaliação, que não tenha como base a real autonomia universitária.

2 - A avaliação institucional, conforme o plano global (ou projeto universitário) de cada instituição, longe de ser um mecanismo administrativo, é uma avaliação de mérito qualitativo, incluindo criticamente os modelos de cursos existentes, a estrutura curricular, o perfil docente, as condições de trabalho, a elaboração e execução orçamentária e, fundamentalmente, discutir a sociedade; tais termos, entre outros, exigem a definição, por parte de cada instituição, de seu projeto pedagógico.

3 - Outra condição fundamental para a avaliação, junto com a autonomia universitária e a consideração ao projeto político-pedagógico da instituição, é a gestão democrática, acadêmica e administrativa. Sem a garantia da universidade de ser democrática nas suas decisões e práticas, a avaliação reveste-se como um claro instrumento autoritário de controle político, acadêmico e ideológico, mesmo que dissimulado em cânones de eficiência administrativa.

Dessa forma, tais questões devem ser colocadas como precedentes à avaliação institucional, inclusive da qualidade do trabalho docente, independentemente do mérito técnico de qualquer mecanismo proposto, cuja discussão isolada, neste momento, pode ser enganadora.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Avaliação institucional. In.: *Cadernos ADUFG* - nov.1994, p.3 - 18

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. 2a. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CUNHA, Luiz Antônio. Crise de Identidade na universidade pública - a avaliação em questão. In.: *Revista Universidade e Sociedade*, ano 2, n.3, junho de 1992.

DIAS, Edmundo Fernandes. As transformações no mundo do trabalho e o movimento sindical. In.: *Caderno*, n.1, Rio de Janeiro: ADUFF/SSind- Assoc. Dos docentes da UFF, fev.95, p.4-25.

DURHAM, Eunice Ribeiro. O sistema federal de ensino superior: problemas e alternativas. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, n.23(8) outubro de 1993, p.5-37.

FONSECA, Eduardo Giannetti. Crescimento econômico e desenvolvimento. In.: *Caderno IDESP. Instituto de Estudos Econômico Sociais e Políticos de São Paulo*, 1995, p.9-20.

NADER, Alexandre Antonio Gili. Avaliação institucional e qualidade do trabalho acadêmico: concretizando um projeto de universidade. Mimeo. João Pessoa e São Carlos, maio de 1995. Apresentado no Seminário Regional Avaliação Institucional da Universidade. Florianópolis, 11 e 12/08/95, promoção Andes Regional Sul e APUFSC.

NOGUEIRA, Maria Alice. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1990

RISTOFF, Dilvo. Princípios do Programa de Avaliação Institucional. Palestra apresentada no Seminário Nacional do PAIUB - UNB - 24 a 26/08/94. Mimeo. UFSC.

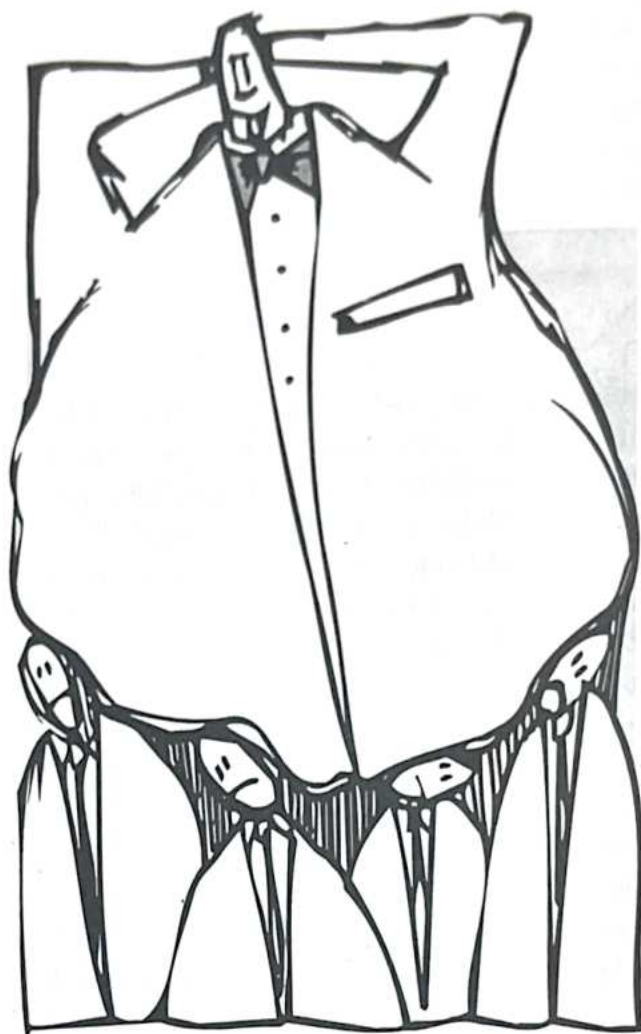
SEIBEL, Emi. Sobre avaliação institucional In: *Boletim APUFSC*, n.101, Florianópolis, 07 a 11 agosto 1995.

SOUSA, Fernando Ponte de. O fascínio do liberalismo. In: *Boletim APUFSC*, n.93, Florianópolis, 12 a 16 junho 1995.

_____. Projeto pedagógico e avaliação da qualidade do ensino. In: *Revista Estudos* - ABME, n.13, São Paulo, 15 a 16 junho de 1992, p.20 - 23.

XX CONAD - Belém, 01/11 a 04/11/89. Relatório Final da Plenária do tema III: Autonomia e Avaliação.

XXIX CONAD - Conselho Nacional da ANDES. Avaliação: Universidade, que instituição é esta?. Niterói, 29/11 a 3/12/94. Mimeo.



Mais crise, mais lucro

A condição não moderna do Brasil

**Professores da UFSC,
Pesquisadores do CNPq,
Doutores em Economia e Sociologia*

***Economista, bolsista do CNPq*

O período de prolongada crise que atravessa a economia brasileira desde o final dos anos 70, tem suscitado a retomada das problemáticas associadas às relações entre Estado e desenvolvimento. O discurso oficial recente, de alguns segmentos da sociedade civil e dos organismos financeiros internacionais apregoa que essas relações devem ser cada vez mais tênues e coloca as leis do mercado como eixo gravitacional de uma nova regularidade no crescimento. Os elementos desse discurso são as políticas de estabilização e ajustamento, a liberalização do comércio exterior, a desregulamentação dos mercados, a flexibilização, a privatização do setor produtivo estatal, a redução do tamanho e abrangência do Estado.

Considerando que a retomada desse discurso de cunho liberal se situa no contexto das transformações tecnológicas e financeiras ocorridas, desde o final dos anos 60, nas economias de industrialização mais avançada, torna-se necessária a colocação de algumas indagações: será que as políticas liberais, propostas à solução da crise brasileira, refletem um adequado diagnóstico da natureza dessa crise? Serão suficientes para promover uma regularidade no crescimento? Ou, dadas as particularidades da formação histórico-social brasileira, que papel cabe ao Estado na viabilização dessa nova regularidade?

Uma resposta aceitável a essas indagações requer uma compreensão das características da crise brasileira, o que implica levar em consideração a dupla dimensão dessa crise. De um lado, está inserida na crise do fordismo praticado nas economias de industrialização mais avançada, a partir do final dos anos 60; de outro, ocorre o esgotamento interno do modelo de desenvolvimento fordista periférico, que se expressa na incompatibilidade do regime de acumulação intensiva e o modo de regulação "truncada", caracterizada pela feudalização ou balcanização do Estado e pela ausência de regras estáveis na condução das políticas públicas.

Crise no fordismo central

No período pós-2ª Guerra Mundial, entra em vigor nos países capitalistas avançados o modelo de desenvolvimento denominado fordismo. Caracteriza-se pela articulação entre um regime de acumulação intensiva - organização científica do trabalho baseada na associação entre taylorismo e mecanização com produção em larga escala, elevados ganhos de produtividade e grande volume de equipamentos utilizados por trabalhador - e um modo de regulação monopolista, formado por um conjunto de práticas e instituições sociais (nas quais o Estado do Bem Estar e a relação salarial têm um papel destacado) que, mediante o crescimento do poder aquisitivo dos salários paralelo ao crescimento na produtividade, asseguraram a compatibilidade dinâmica entre as transformações nas condições de produção e nas de consumo, possibilitando a reprodução geral do sistema. Realizava-se a conexão entre produção de massa e consumo de massa crescentes, baseada num compromisso global entre patronato e sindicatos. Assim, resolvia-se ao longo do tempo a contradição entre produção e realização do excedente.

No final dos anos 60, o compromisso fordista começa a entrar em colapso. No âmbito externo, com o crescente processo de internacionalização e globalização das estruturas produtivas e dos mercados, ocorre uma perda de hegemonia das regulações nacionais. No âmbito interno, assiste-se a uma queda na rentabilidade do modelo produtivo. As principais circunstâncias dessa queda são: a) os ganhos de produtividade começam a definhar nos principais ramos produtivos; b) os salários reais permanecem em alta, mantendo seu poder aquisitivo; c) ocorre uma elevação no custo de capital fixo que as empresas deveriam imobilizar; d) saturação dos padrões de consumo. Manifesta-se uma clássica crise de oferta, com a relação de causalidade movendo-se da

"A criação de um modo de regulação internacional, baseado no livre jogo do mercado e coordenado por formas reguladas supranacionais (FMI, OCDE, Banco Mundial, OMC, etc) para assegurar que "as leis do mercado" sejam respeitadas, aparece como indispensável ao processo de modernização produtiva dos países de industrialização mais avançada. É neste contexto que emerge o discurso liberalizante"

diminuição na produtividade para, diante de salários reais altos e rígidos para baixo, a queda na lucratividade e estagnação nos investimentos.

Diante dessa situação, a busca de soluções para a crise deu-se em duas direções: do lado interno, para restabelecer a lucratividade sem deteriorar o poder aquisitivo dos salários, apresenta-se como alternativa a introdução de novos métodos e formas de organização social de produção - a chamada terceira revolução industrial - baseada no paradigma da flexibilidade. Porém, os altos níveis de desemprego que acompanham o curso desse novo paradigma técnico-econômico fazem com que este se defronte com obstáculos postos pela atuação sindical, em defesa dos níveis de emprego e pela legislação social do Estado do Bem-Estar, ambas ainda circunscritas às realidades nacionais. Logo, a adoção de inovações tecnológicas que assegure ganhos de produtividade por si só não garante um crescimento sustentável. São necessárias condições político-institucionais para remover os obstáculos postos pelas regulações nacionais. Deste modo, do lado externo, a criação de um modo de regulação internacional, baseado no livre jogo do mercado e coordenado por formas reguladas supra-nacionais (FMI, OCDE, Banco Mundial, OMC, etc) para assegurar que "as leis do mercado" sejam respeitadas, aparece como indispensável ao processo de modernização produtiva dos países de industrialização mais avançada. É neste contexto que emerge o discurso liberalizante.

Segundo Lipietz (1991, p. 57-59) a tese central do discurso liberalizante apregoada pelos países centrais - notadamente os EUA e a Grã-Bretanha - é de que há uma revolução tecnológica em curso e para desbloquear seu livre desenvolvimento, os rigores impostos pelo Estado - previdência e seguridade, a legislação social e outras normas circunscritas às especificidades nacionais - devem ser eliminados. O livre jogo do mercado ditará automaticamente um novo mode-

lo de desenvolvimento compatível com as novas tecnologias. Portanto, as políticas liberais aparecem como parte da solução da crise no fordismo central.

Entretanto, a observação das políticas adotadas pelos países centrais - retaliações comerciais, medidas anti-dumping, estabelecimento de quotas para importação, regulamentação das patentes, etc - revela uma certa relutância na adoção das políticas liberais nestes países, o que deixa transparecer que há apenas uma retórica apologetica das virtudes das forças do mercado. Se em princípio deveriam ser adotadas por todos os países, na prática não o são, em especial pelos países que mais as apregoam e, de certa forma, as impõem aos países em desenvolvimento, para que estes submetam incondicionalmente suas economias à lógica de operação de quem controla o mercado mundial.

A crise do fordismo periférico brasileiro

Dentro dessa lógica, para solucionar a crise brasileira bastaria seguir as prerrogativas do "Consenso de Washington", as quais são apresentadas como condição necessária e suficiente para promover a retomada do crescimento.

O consenso nada mais é, segundo Tavares e Fiori (1993, p. 18) do que "um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes". Colocado dessa forma, negligencia-se as particularidades da formação histórico-social brasileira, as especificidades de um modelo de desenvolvimento que difere do fordismo central. Se o desenvolvimento no pós-2ª Guerra Mundial nos países de industrialização mais avançada deu-se pelo fordismo, no Brasil e a trajetória do de-

envolvimento deu-se de maneira distinta. "Não houve fordismo, em sentido estrito e rigoroso, na trajetória industrializante do Brasil, entre os anos que vão de 1929 a 1980" (Fiori, 1994, p. 7).

No Brasil, o processo de consolidação do regime de acumulação intensiva urbano-industrial, a partir de meados dos anos 50, deu-se: com forte presença de um Estado do tipo desenvolvimentista, muito mais voltado às necessidades de acumulação postas pelos grupos de interesse do que às questões vinculadas ao bem-estar; com a expansão da indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital, a partir da entrada de capital estrangeiro, resultando na incorporação de tecnologia sofisticada e elevados ganhos de produtividade; com uma tendência intrínseca à concentração da renda, na medida em que não se estabeleceu o vínculo entre crescimento na produtividade e elevação na taxa de salários, pilar básico do fordismo.

A esse respeito, analisando a evolução da diferença entre salários e valor agregado da indústria na década de 50, Furtado (1968, p. 56), chega à seguinte conclusão: "Os dados disponíveis indicam que, entre 1950 e 1960, a participação dos salários no valor agregado declinou de 27 para 20% nas indústrias modernas e de 22 para 20% nas indústrias tradicionais. Como nada indica que o nível de vida dos assalariados industriais haja declinado com respeito aos demais setores da massa assalariada, torna-se evidente que um conjunto de circunstâncias levavam o processo de industrialização a concentrar os benefícios do desenvolvimento em mãos de um número reduzido de pessoas." Nessa mesma direção, comparando o crescimento dos salários e da produtividade na indústria de transformação, Candal (1969) afirma que "entre 1955 e 1962, quando o salário médio da indústria de transformação cresceu 12,3% a produtividade aumentou 72,8%".

Essa assimetria entre ganhos de produtividade e aumento salariais acentua-se nas décadas seguintes, como pode ser observado na Tabela.

Observando a evolução dos dados na Tabela, nota-se que há uma grande disparidade entre a participação dos salários no valor agregado da indústria de transformação dos países desenvolvidos e do Brasil. Enquanto naqueles a participação dos salários no valor agregado é elevada e crescente (em 1961, a participação média era 61,6% aumentando para 74,8% em 1981), no Brasil essa participação é baixa e decrescente (em 1962, a participação era 31,8%, diminuindo para 18,7% em 1984). Essa evolução revela o caráter excludente do desenvolvimento capitalista brasileiro, no qual a regularidade no processo de acumulação - a sincronia entre normas de produção e de consumo - deu-se através de elevada concentração da renda e de mecanismos de financiamento criados para sustentar o consumo das camadas médias e demais estratos superiores da sociedade e bloqueio ao acesso dos trabalhadores de base a esse padrão de consumo.

A situação acima não quer dizer

Participação dos Salários no Valor Agregado (Indústria de Transformação)

PAÍSES	1961	1969	1975	1979	1981
Bélgica	58,3	60,6	77,0	75,7	76,9
Canadá	67,3	68,5	69,2	65,8	-
Dinamarca	68,6	72,2	74,5	76,5	74,5
França	65,9	65,8	74,1	74,6	75,9
Alemanha	52,6	52,6	60,5	59,2	63,3
Japão	39,6	40,3	53,8	49,8	-
Reino Unido	69,9	71,0	80,2	79,7	82,8
EUA	70,5	71,0	71,6	73,8	75,6
Média	61,6	62,7	70,1	69,4	74,8
Brasil ¹	31,8	25,0	20,3	19,9	18,7

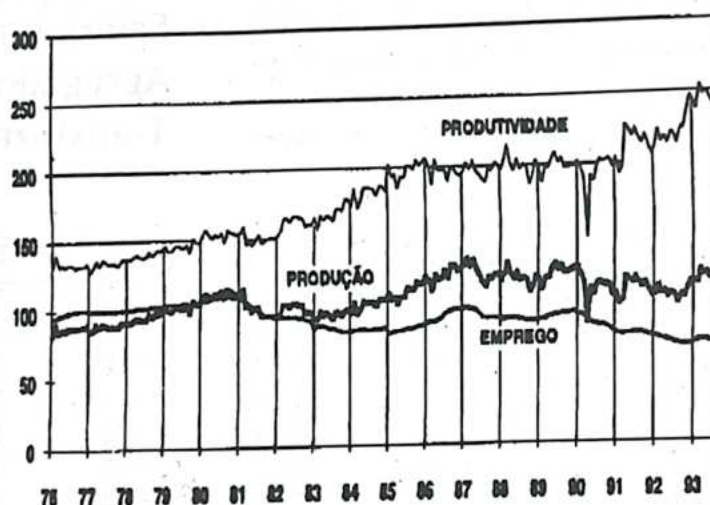
que alguns trabalhadores brasileiros não foram beneficiados com os aumentos da produtividade. Dada a diferenciação no interior do mercado de trabalho, apenas uma parte dos trabalhadores (membros da tecnoestrutura: quadros de direção e gerentes) tiveram seus salários acoplados aos ganhos de produtividade e à inflação, o que significa que parte dos benefí-

*FONTE: Bruno, Sachs (1985).
Exceto os dados para o Brasil que são da FIBGE (Censos Industriais e Pesquisas Industriais) trabalhados pelo autor.*

1. Os dados para o Brasil referem-se aos anos: 1962, 70, 75, 80 e 84, respectivamente.

"No Brasil, produtividade e lucros mantêm-se elevados, o que indica que a crise brasileira se manifesta menos do lado da oferta e mais do lado da demanda. Há uma inadequação das normas de consumo às de produção, decorrente da desigual distribuição da renda e da riqueza, uma vez que os ganhos de produtividade não se deslocaram de forma significativa para salários e preços"

Produtividade na Indústria Geral



FONTE: IBGE, apud Silva et alii (1993, p. 29)

Bibliografia

- ARAÚJO Jr, José J. de. (1989). *O programa de integração Argentina-Brasil e as tendências atuais da economia mundial. Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 181-188.
- BRUNO, M.: e SACHS, J. (1985) *Economics of Worldwide Stagflation*. Harvard University Press.
- CANDAL, Arthur (1969). *A industrializa-*

cios gerados se concentrou nesses trabalhadores, configurando um excelente mercado de bens de consumo duráveis (ver Sabóia, 1987). A essa categoria de trabalhadores estendeu-se o círculo vicioso fordista que acoplava os salários aos aumentos de produtividade. Assim, a participação dos salários no valor agregado da indústria de transformação brasileira, além de ser relativamente pequena e decrescente, está concentrada nos trabalhadores dos médios e altos escalões das empresas.

Observando esses aspectos, pode-se aceitar a afirmação de Fiori (1994, p. 11) de que o "ciclo de desenvolvimento brasileiro pós-anos 30 foi um ciclo orientado pelo paradigma tecnológico-industrial norte-americano, mas que não logrou articular os seus mercados e sua institucionalidade sócio-econômica segundo o modo de regulação fordista". Do mesmo modo, é válida a afirmação de Tauile e Young

(1991, p. 6-10) de que "o projeto de industrialização modernizante, com base na substituição de importações, acoplada à criação de uma sociedade de consumo de massa, falhou em sua organicidade. Resultou, em termos de regime de acumulação, numa espécie de fordismo capenga, em última instância pela incapacidade de atenuar a concentração da pirâmide de distribuição da renda (o que se explica pelo fato de que à vigorosa modernização do aparato produtivo não correspon-

dia uma modernização das relações trabalhistas capitalistas)".

O vigor do aparato produtivo pode ser observado pelo seu desempenho em termos de produtividade (Gráfico).

Observa-se que durante o período 1976-93, a evolução da produtividade da indústria brasileira apresenta uma tendência crescente, o que sugere que a crise brasileira não parece ter uma clara relação com quedas de lucratividade, circunstância que ressalta uma diferença importante em relação à crise no fordismo central. No Brasil, produtividade e lucros mantêm-se elevados, o que indica que a crise brasileira se manifesta menos do lado da oferta e mais do lado da demanda. Há uma inadequação das normas de consumo às de produção, decorrente da desigual distribuição da renda e da riqueza, uma vez que os ganhos de produtividade não se deslocaram de forma significativa para salários e preços, como se pode constatar na citação de Araújo Jr. (1989, p. 15), comparando os salários dos trabalhadores em trinta países no período 1975-86: "... uma constatação é inequívoca: os salários pagos no Brasil situam-se entre os mais baixos do mundo, em torno de 10 a 20% dos níveis vigentes nas economias industrializadas".

Nesse mesmo sentido, Furtado (1989) analisando dados de 1980, faz a seguinte afirmação: "No Brasil os salários correspondem a 17% do produto industrial, menos da metade da média geral (42%) e também bastante inferior à média da América Latina (27%) (...). O mark up (taxa de lucro) da indústria brasileira alcança níveis recordes: ele representa nada menos que 52% do produto industrial, quase o dobro da média geral (28%). Em outras palavras, a indústria brasileira pratica preços médios muito mais altos do que os praticados pela indústria do resto do mundo." Trata-se da contradição presente desde o início da industrialização, entre um crescente potencial de acumulação (elevadas margens de lucro e produtividade) e condições de demanda para essa rea-

lização. Mesmo tendo sido o mercado interno, em decorrência da crescente urbanização nos anos 70 e da modernização dos padrões de consumo das famílias, o locus da acumulação nos anos 80, as políticas de ajustamento recessivo (restrição de crédito, arrocho salarial, juros elevados) deprimiram a demanda interna, impedindo que o capital encontrasse novos espaços para a acumulação na esfera produtiva, e acabaram conduzindo grande parte dos recursos para a acumulação no mercado financeiro, o qual apresentava ganhos elevados em operações financeiras (especulativas) de curto prazo e baixo risco.

Considerações finais

Deste modo, dadas as características da economia brasileira, se para alguns países de industrialização mais avançada a desregulamentação dos mercados, a flexibilização dos salários e das relações de trabalho, e o desmantelamento das políticas keynesianas aparecem como possíveis saídas para suas crises, no Brasil a situação é diferente. Contrariamente às políticas apregoadas pelo discurso liberal, existe ainda um potencial de crescimento via configuração de uma regulação que privilegie a constituição de um mercado interno de massas, assegurando uma inserção mais autêntica no mercado mundial e conciliando dinamismo na acumulação com distribuição de renda e equidade social. Para viabilizar essa configuração, o Estado continua a desempenhar um papel importante. Não faz sentido propor o Estado mínimo, mas a reformulação na atuação e no aparelho do Estado desenvolvimentista, em suas organizações burocráticas e instrumentos de política econômica, conduzindo à re-



cuperação de sua capacidade de macroregulação, implicando em uma reforma fiscal que recupere sua capacidade de financiamento.

Da mesma forma, não faz sentido discutir flexibilização dos salários no Brasil. O que se faz necessário é uma reformulação na legislação trabalhista e na atuação sindical em direção à modernização das relações de trabalho, estabelecendo formas de controle social e o acoplamento dos salários aos ganhos de produtividade e à inflação. O resultado disso seria uma melhor distribuição da renda que aumentaria a propensão média a consumir, potencializando os investimentos. Essa redistribuição da renda passa tanto pela questão salarial quanto pela redução do preço dos bens via aumento na produtividade e investimentos públicos no aperfeiçoamento e expansão na infraestrutura básica.

Para evitar pontos de estrangulamento na produção, passa também pela adoção de políticas industriais que impulsionem a criação e absorção de inovações tecnológicas e novas formas de organização social da produção. Políticas que promovam a realização de investimentos adequados para garantir a compatibilização entre as modificações no perfil da demanda, decorrentes de uma desconcentração da renda, e a estrutura produtiva.

ção brasileira : diagnóstico e perspectivas. Rio de Janeiro : IPEA.

FIORI, José Luiz. (1994) *Existe um Estado pós-fordista? Reformas e funções no Estado brasileiro no novo paradigma.* Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1994 (Texto para Discussão, 307)

FURTADO, Celso (1968). *Um projeto para o Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro : Saga.

FURTADO, João E. de M. P. (1989) *Grandes Mark-ups levam à concentração de renda.* *Jornal do Economista*, São Paulo, n. 14, jun.

LIPIETZ, Alain. (1991) *Audácia: uma alternativa para o século 21.* São Paulo: Nobel.

SABÓIA, João. (1987) *Teoria e regulação e rapport salarial no Brasil.* In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. *Anais...* Salvador: ANPEC, p. 225-248, dez.

SILVA, Antônio B. de Oliveira et al. (1993) *Retrospectiva da economia brasileira.* In: *Perspectivas da economia brasileira - 1994.* Rio de Janeiro: IPEA.

TAUÍLE, Ricardo e YOUNG, Carlos E. F. (1991). *Concentração de renda e crescimento econômico : uma análise sobre a década de setenta.* Brasília : PNPE. (Cadernos de Economia, n. 29).

TAVARES, Maria da Conceição; e FIORI, José Luís. (1993) *Desajuste global e modernização conservadora.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Guardem as estátuas de Lênin

Elas voltarão a seus antigos lugares

Waldir Rampinelli

Professor do Departamento de
História da Universidade Federal
de Santa Catarina.

PETRAS, F. James. *Ensaaios contra a Ordem*.
São Paulo: Scritta, 1995, 269 páginas.

James F. Petras lançou, no mês de abril/95, em São Paulo, o livro **Ensaaios contra a Ordem**, que trata das mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no mundo nos últimos anos. Na primeira parte de sua obra, Petras faz uma análise do declínio da política revolucionária, o recuo dos intelectuais, o avanço do imperialismo cultural e a equivocada tese do pragmatismo desarmado.

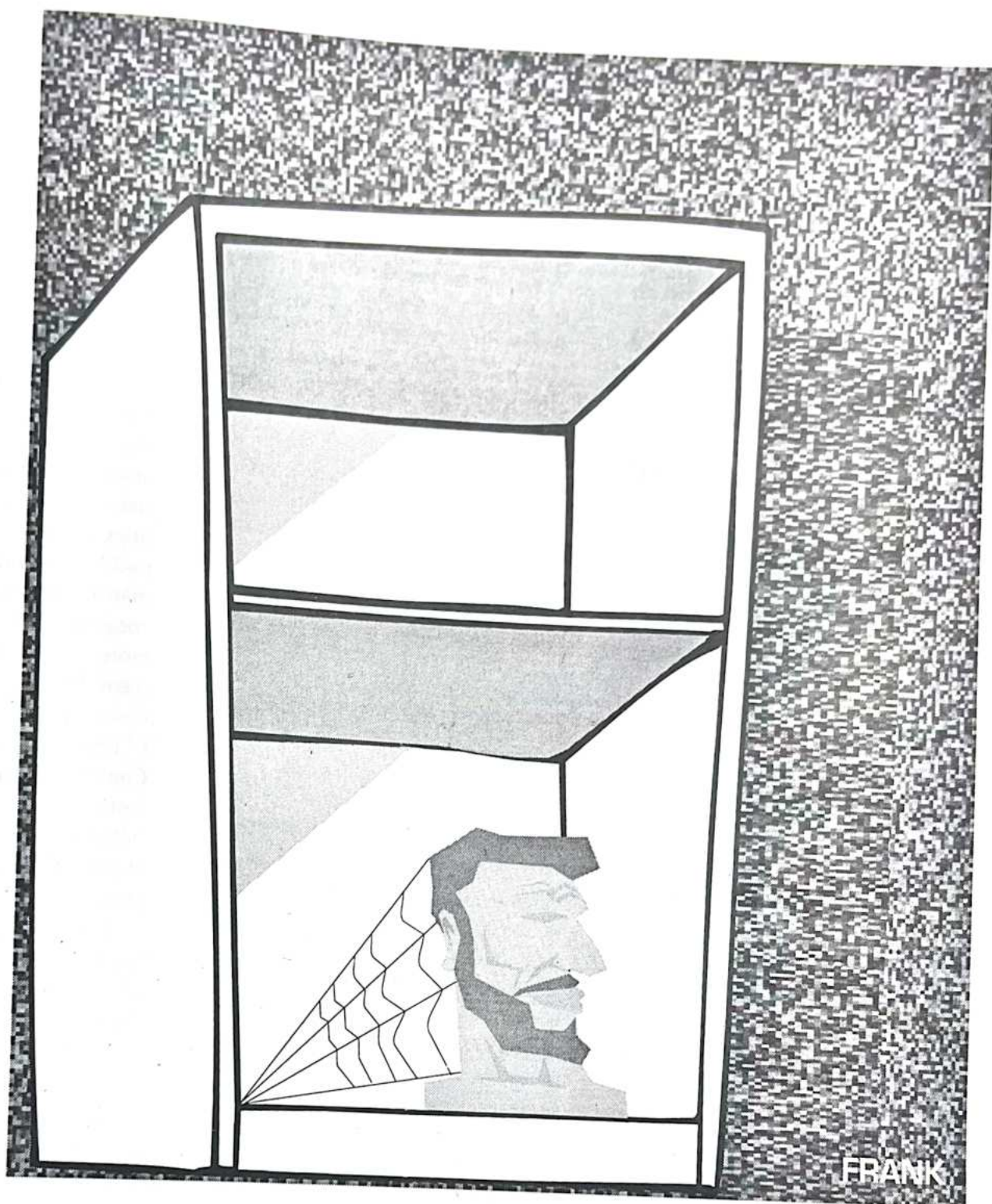
O autor apresenta duas perspectivas gerais para interpretar o descenso da política revolucionária: uma, que "ênfatisa a importância das estruturas econômicas", e a outra, que "considera as lutas e os instrumentos sócio-políticos como fatores determinantes na inversão do processo de mudança social". Enquanto os *estruturalistas* afirmam que o capitalismo "ainda é uma força dinâmica e criativa, solapando relações anacrônicas e desenvolvendo as forças produtivas", a teoria da ação política e social argumenta que "o declínio da esquerda revolucionária não é resultado de processos estruturais globais, mas de lutas político-sociais específicas, em locais específicos, históricos". Enfim, o refluxo da esquerda revolucionária é o resultado de derrotas políticas e não de algo intrínseco à sua própria essência. Tanto é verdade que o triunfo do

capitalismo hoje está criando condições objetivas e subjetivas para uma nova onda revolucionária.

Quanto ao recuo dos intelectuais de suas posições de vanguarda na defesa de um projeto socialista, tornando-se, na maioria das vezes, anticomunistas e anti-terceiomundistas, Petras afirma que tais atitudes estão relacionadas "com o declínio do poder do movimento da classe operária e com o poder ascendente do capital nas últimas décadas, tanto na esfera cultural quanto na econômica". Ocorre também que muitos intelectuais, por criticarem as ditaduras militares ou civis de seus países, foram torturados e mortos, outros proibidos de escrever e uma grande maioria buscou asilo político no exterior. Com a perda de sua fonte de renda e o bloqueio de seus mecanismos de publicação, ficaram suscetíveis, política e economicamente, aos Institutos de Pesquisas financiados pelo capital transnacional, sujeitando-se, muitos deles, aos ditames de trabalho destes órgãos privados. Por serem demasiado sensíveis às mudanças de poder, optaram pelo caminho do "revisionismo gramsciano, ou a doutrina da indeterminação, ou o ecônomo-marxismo neoclássico".

No tocante ao imperialismo cultural, o autor distingue duas estratégias

1. Petras faz uma crítica ao livro de Jorge G. Castañeda (*Utopia Desarmada - intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994) por não apresentar uma discussão séria dos efeitos ocasionados pelo terrorismo estatal durante as ditaduras de segurança nacional na América Latina, como também por não analisar o tratamento de choque econômico e a nova ordem mundial desencadeada pelos Estados Unidos sobre a esquerda do continente.



de sua implementação: **uma é a econômica**, destinada a conquistar mercados para seus produtos culturais, modelando desde o interior, as consciências das classes populares, principalmente a dos jovens; **outra é a política**, obstinada em dissociar as pessoas de suas raízes culturais e tradições de solidariedade, criando novas necessidades e padrões de vida. Essa

estratégia leva a uma "segmentação da classe operária", gerando no seu interior o individualismo, que por sua vez desemboca no egoísmo.

Finalmente, Petras faz uma dura crítica aos defensores da estratégia do pragmatismo desarmado que apresentam a tese da continuidade da economia liberal, buscando fazer com que a mesma dê mais atenção aos

"Ensaio Contra a Ordem de James Petras, com a participação de Steve Vieux e Morris Morley, é um livro com análises acuradas e conclusões contrárias às da grande maioria dos intelectuais, políticos, governos e centros de poder do mundo. Ele está na contra mão da história. Daí ser uma obra corajosa, polêmica, questionadora, que merece ser lida"

custos sociais. Isto é ilusório, pois não se convencerá aos beneficiários da economia de mercado a dividir sua riqueza e seu poder com as classes populares, sem derrotar a política neoliberal...¹

A única alternativa à loucura do mercado

Na segunda parte do livro, Petras se dedica à análise da estratégia do avanço do neoliberalismo na América Latina e suas conseqüências, desfazendo, um a um, os seus mitos e apresentando as realidades. Afirma textualmente que a região está sendo "saqueada". Durante a *década perdida*, por exemplo, o subcontinente exportou 200 bilhões de dólares para os centros financeiros internacionais, a título de pagamento dos serviços de sua dívida externa.

O capitalismo neoliberal criou uma economia dual rígida, qual seja: "um setor privado ligado aos circuitos internacionais e que se alimenta de recursos financeiros de fora e da pilhagem do Estado, e um setor nacional privado dependente de um mercado interno cada vez menor, ligado a salários em queda, serviços estatais em deterioração e falta de oportunidades de trabalho".

Ao mesmo tempo ele vislumbra novas lideranças que emergem para opor-se às políticas neoliberais. São as mulheres, na sua maioria jovens, que se engajam nas organizações dos bairros de Santiago (Chile) ou na luta armada no Peru; são os grupos camponeses da Colômbia com seus bloqueios às rodovias; são alguns sindicatos específicos, como o dos ferroviários de Buenos Aires e o dos metalúrgicos do ABCD paulista; são os movimentos de estudantes e os grupos organizados de favelados de Caracas; é o Movimento

dos Sem Terra no Brasil, enfim, são os indígenas, que começam a mudar a história do subcontinente com o Exército Zapatista de Libertação Nacional no México.

Petras afirma que, obviamente, há um caminho longo e árduo para transcender a esta ruína econômica, política e moral do capitalismo. E o futuro do socialismo está em ser a única alternativa possível "para enfrentar a onda irracional da loucura de mercado que ameaça defender a miséria geral com uma violência sem limites".

Ensaio Contra a Ordem de James Petras, com a participação de Steve Vieux e Morris Morley, é um livro com análises acuradas e conclusões contrárias às da grande maioria dos intelectuais, políticos, governos e centros de poder do mundo. Ele está na "contra mão da história". Daí ser uma obra corajosa, polêmica, questionadora que merece ser lida. Sem dúvida alguma, o sociólogo norte-americano joga luz nesta longa noite do "fim da história". É imprescindível conhecer **Ensaio Contra a Ordem** para entender a conjuntura atual sob um outro aspecto. A "vitória de Pirro" do capitalismo neoliberal já começa a preocupar seus próprios defensores.

James F. Petras - sociólogo, professor e pesquisador da State University of New York - foi membro do Tribunal Russel contra a repressão na América Latina. É autor de vários livros sobre a América Latina, tais como, **América Latina: Reforma ou Revolução** (traduzido já para 12 idiomas); **Classe, Estado e Poder no Terceiro Mundo**; **Forças Políticas e Sociais no Desenvolvimento do Chile**; **Estado e Regime na América Latina**; **América Latina: Banqueiros, Gerais e a Luta pela Justiça Social**, e muitos outros.

Aos colaboradores

Normas para o envio de artigos

1. Os textos devem conter, no máximo, dez laudas. Um texto ideal seria de 5 ou 6.
2. Na preparação dos trabalhos a serem enviados para a Revista, o Conselho Editorial recomenda que:
 - 2.1. Se evite vocabulário especializado, glossários e frases com mais de 4 linhas;
 - 2.2. Se evite títulos e sub-títulos acadêmicos como "Introdução", "Método de trabalho" e "Considerações finais", contudo sugere-se o uso de intertítulos sobre o conteúdo a ser desenvolvido a cada 30 linhas de textos aproximadamente;
 - 2.3. Se produza textos com conteúdos atualizados e informativos, evitando a produção de textos hermeticos, "empolados", desinteressantes, com informações já conhecidas, chavões político-partidários, etc.
 - 2.4. Título e conteúdo sejam compatíveis, em que as expectativas geradas sejam efetivamente realizadas ao longo do texto.
3. O Conselho Editorial dará preferência a textos produzidos especificamente para a revista. Deve-se evitar a simples reprodução de palestras, monografias, etc. Quando o autor julgar relevante a publicação desse material, deverá adaptá-lo seguindo as normas de publicação.
4. As referências bibliográficas devem ser citadas de acordo com as normas da ABNT (por exemplo, usar como modelo a revista "Ciência Hoje").
5. Os artigos deverão ser encaminhados em disquetes, acompanhados de três cópias, com parágrafo duplo, no idioma português ou espanhol. Eles devem ser digitados nos

programas Winword 2.0 (ou 6.0) for Windows ou nos programas Word 4.0, 5.0.

6. Os textos deverão conter uma abertura ("lead"), abordando as principais idéias do texto contendo, no máximo, 10 linhas (aproximadamente 80 palavras), acompanhada de uma breve descrição do autor (onde trabalha, o que faz atualmente, endereço para contatos, etc). Tais informações deverão ser escritas em duas línguas: português - inglês ou português-francês.
7. Recomenda-se que as ilustrações necessárias para os textos sejam providenciadas pelos autores, que deverão também sublinhar frases ou trechos que julgam ser convenientes para serem destacados em negrito dentro do artigo.
8. A devolução dos artigos revisados, juntamente com a cópia corrigida pelo revisor, deverá ocorrer no prazo máximo de uma semana.

Seções de Plural

Resenhas críticas: serão aceitas resenhas críticas de livros, artigos, periódicos e teses com informação completa de fonte resenhada. Tais resenhas deverão conter, no máximo 70 linhas (aproximadamente 2 laudas).

Cartas do Leitor: serão aceitas, desde que estejam adequadas e eticamente redigidas. Deverão conter no máximo, 30 linhas.

Fotos e Ilustrações: serão aceitas fotos e materiais de ilustração (bico de pena, desenhos, ilustrações, charges, etc) que poderão ser aproveitados para matérias específicas. Todo o material será recebido em arte final. Fotos e ilustrações deverão se ater ao tamanho máximo da Revista, acompanhadas de in-

formações sobre o autor.

Contos, Poemas e Poesias: serão aceitos desde que aprovados pelo Conselho Editorial.

Indicador de Leitura: sugestões de livros e revistas recentemente lançados no mercado editorial e que tenham relação com a linha editorial da revista e com as atividades propostas e desenvolvidas no Sindicato.

Professor-repórter: curtos relatos de experiências vivenciadas em outras instituições acadêmicas, tanto nacionais como do exterior, relacionadas à sobrevivência e vida acadêmica desenvolvidas nestes locais.

Intercâmbio Universitário: trocas de informações, experiências e outros aspectos relacionados às atividades da comunidade acadêmica, particularmente aspectos polêmicos (por exemplo, experiências com avaliação docente, papel das diferentes CPPDs, etc.).

PLURAL é distribuída gratuitamente para:

- todos os associados da Apufsc/SSIND
- todos os sindicatos do Estado de Santa Catarina
- todas as Universidades Federais Brasileiras
- todas as Universidades Federais do Estado de Santa Catarina
- os deputados da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
- os vereadores da Câmara Municipal da Cidade de Florianópolis

A Comissão Eleitoral

Plural / APUFSC / SSIND. - 1, n. 1
(jul. / dez. 1991) - . -
Florianópolis: APUFSC / SSIND, 1991
- v.; 30 cm.

Semestral.
INSS 0103-9717.

I. Associação dos Professores da
Universidade Federal de Santa
Catarina

Desejo fazer uma assinatura da Revista Plural por

() um ano ou duas edições () dois anos ou quatro edições

Nome _____

Endereço _____ apto. _____

CEP _____ Bairro _____ Cidade _____ Estado _____

Local e Data _____

Assinatura _____

Valor de assinatura; um ano (duas edições: R\$ 10,00; dois anos (4 edições): R\$ 20,00
Sob pedido sócios da APUFSC-SSind receberão a revista gratuitamente

Brasil ano 2010



Sem Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade o Brasil não tem Futuro

Uma nação que não investe na universidade pública, não aposta no futuro. Nossas universidades preparam profissionais e produzem pesquisas, ciência e tecnologia que possibilitam o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. O Brasil depende de investimento governamental na universidade comprometida com as necessidades da realidade nacional. Caso contrário, só restará a idade da pedra.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**
Filiado à CUT